

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

MARCELI LUCIA PAVEGLIO ROMEU

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS
EM ESCOLA BILÍNGUE: POSSIBILIDADES E LIMITES**

**JAGUARÃO
2023**

MARCELI LUCIA PAVEGLIO ROMEU

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
EM ESCOLA BILÍNGUE: POSSIBILIDADES E LIMITES**

Relatório crítico reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Jefferson Marçal da Rocha.

**Jaguarão
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pela autora através do Módulo Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais)

R763f ROMEU, MARCELI LUCIA PAVEGLIO
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS EM ESCOLA BILÍNGUE: POSSIBILIDADES E LIMITES / MARCELI
LUCIA PAVEGLIO ROMEU.
128 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2023.
"Orientação: Jefferson Marçal da Rocha".

1. Formação continuada de professores. 2. Relações étnico-
raciais. 3. Educação bilíngue. 4. Ensino de Libras. I. Título.

MARCELI LUCIA PAVEGLIO ROMEU

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
EM ESCOLA BILÍNGUE: POSSIBILIDADES E LIMITES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação defendida e aprovada em 28 de fevereiro de 2023

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha
Orientador
(UFRGS/ Unipampa)

Prof^a. Dr^a. Cristiane Lima Terra Fernandes
(FURG)

Prof^a. Dra. Silvana Maria Gritti
(Unipampa)

Prof. (titulação). (Nome do membro da banca)
(sigla da instituição)



Assinado eletronicamente por **JEFFERSON MARCAL DA ROCHA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/03/2023, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SILVANA MARIA GRITTI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/04/2023, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Cristiane Lima Terra Fernandes, Usuário Externo**, em 12/04/2023, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1035968** e o código CRC **4628EDEC**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me protege por toda minha vida, com Seu amor e carinho, que me fortaleceu para aprender frente aos desafios e me impulsionou a ter o pensamento sempre positivo. Também me cuidou todos os dias durante o tempo em que estive estudando para o mestrado, quando a escrita em português foi muito exigida, ainda que a minha primeira língua seja Libras, o que me trouxe grande e importante aprendizado.

Agradeço também os bons momentos compartilhados com a querida professora negra Simone Silva Alves (*im memoriam*), com meu estimado professor e orientador Jefferson Marçal da Rocha e todos os colegas com quem convivi neste processo que culmina com a minha grande conquista.

À professora Simone Silva Alves (*im memoriam*), minha primeira orientadora, que foi presente em toda a minha vida acadêmica e que, para além de orientadora, tornou-se amiga, a qual guardarei para sempre em meu coração. Ela me deu a felicidade de conhecer a minha cultura e a minha língua e, assim, pudemos conversar e interagir melhor tanto presencialmente quanto por escrito. Agradeço a Deus por tê-la conhecido e compartilhado momentos maravilhosos e importantes, mesmo que fisicamente distantes, e agora estimo que ela esteja junto Dele.

Ao meu atual orientador, Jefferson, que, carinhosamente, me ajudou e que também me fez muito feliz por aprender Libras, reconhecer a minha cultura e garantir a acessibilidade. Sou grata por estar sempre disponível e solícito, contribuindo significativamente nos encaminhamentos para a conclusão deste trabalho. Isto também é motivo de gratidão a Deus.

A todos os professores de UNIPAMPA, aos colegas e aos intérpretes de Libras que me acompanharam durante todos estes anos e que se esforçaram para compartilhar seus conhecimentos e experiências comigo e para me ensinar a ser uma professora de Libras melhor.

Sou surda, não quer dizer: "Não ouço". Quer dizer: "Compreendi que sou surda." É uma frase positiva e determinante. Na minha mente, admito que sou surda, compreendo-o, analiso-o, porque me deram uma língua que me permite fazê-lo. Compreendo que os meus pais têm a sua própria língua, a sua maneira de comunicar e que eu tenho a minha. Pertença a uma comunidade, tenho uma verdadeira identidade.

EMMANUELLE LABORIT

Atriz e escritora francesa - livro "O Vôo da Gaivota"

RESUMO

O contexto educacional e a escola têm papel central na superação do preconceito e do racismo na sociedade brasileira. O presente trabalho tem como objetivo analisar a necessidade de fomentar a formação continuada de professores para relações étnico-raciais no cotidiano da escola bilíngue, com intuito de superar o racismo e o preconceito através de uma pesquisa intervenção. Para tanto, a metodologia englobou pesquisa documental da legislação vigente quanto ao ensino das relações étnico-raciais e do projeto político pedagógico de uma escola bilíngue sobre a referida legislação. A partir disso, das análises das leis e conteúdos abordados sobre ensino bilíngue e de questionário diagnóstico do conhecimento dos professores da escola alvo acerca de conceitos que seriam trabalhados, foi conduzida intervenção que consistiu em sete encontros presenciais para apresentação de conteúdos sobre bilinguismo, relações étnico-raciais e legislação que obriga a abordagem destes nas escolas. Os resultados exprimem a relevância da capacitação dos professores para o exercício pedagógico bilíngue e que aborde adequadamente as relações culturais étnico-raciais na escola. Compreendemos que a sociedade brasileira necessita de um estudo mais aprofundado, que dialogue em defesa da formação continuada de professores para as relações étnico-raciais, também, entendemos que ações pontuais não terminarão com a discriminação racial.

Palavras-Chave: Formação continuada de professores; Relações étnico-raciais; Educação bilíngue; Ensino de Libras.

ABSTRACT

The educational context and the school play a central role in overcoming prejudice and racism in Brazilian society. The present work aims to analyze the need to promote the continuing education of teachers for ethnic-racial relations in the daily life of the bilingual school, with the aim of overcoming racism and prejudice through intervention research. To this end, the methodology encompassed documentary research on the current legislation regarding the teaching of ethnic-racial relations and the political pedagogical project of a bilingual school on the aforementioned legislation. Based on this, the analysis of the laws and content addressed on bilingual teaching and a diagnostic questionnaire on the knowledge of the teachers at the target school about the concepts that would be worked on, an intervention was conducted that consisted of seven face-to-face meetings to present content on bilingualism, ethnic relations - racial and legislation that requires the approach of these in schools. The results express the relevance of training teachers for bilingual pedagogical practice that adequately addresses ethnic-racial cultural relations at school. We understand that Brazilian society needs a more in-depth study, which dialogues in defense of the continuing education of teachers for ethnic-racial relations, we also understand that specific actions will not end with racial discrimination.

Key words: Continuing teacher education; Ethnic-racial relations; Bilingual education; Teaching Libras.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Libras Diária	30
Figura 2	Que escola é essa?	40
Figura 3	Imagem do vídeo apresentado	60
Figura 4	Pergunta norteadora: “As formações continuadas têm ajudado o professor a trabalhar com a diversidade étnica cultural existente na escola?”	64
Figura 5	Pergunta norteadora: “Você conhece a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana/afro-brasileira na educação básica?”	64
Figura 6	Pergunta norteadora: “Você fez alguma formação sobre educação para as relações étnico-raciais?”	65
Figura 7	Pergunta norteadora: “Caso a resposta anterior seja SIM, foi um curso de:”	66
Figura 8	Pergunta norteadora: “Caso a resposta da questão 3 (três) seja NÃO, foi:”	66
Figura 9	Pergunta norteadora: “Tem quanto tempo que você fez a ÚLTIMA formação sobre a educação para as relações étnico-raciais?”	67
Figura 10	Pergunta norteadora: “Você trabalha com a temática das relações étnico-raciais com os alunos?”	67
Figura 11	Pergunta norteadora: “Você considera importante um curso que relacione a Libras com a diversidade étnica cultural”	68
Figura 12	Pergunta norteadora: “Você gostaria de participar de um projeto de formação continuada de professores sobre Libras e relações étnico-raciais na escola?”	69
Figura 13	Pergunta norteadora: “Na sua concepção quais temas/metodologias você considera fundamental para um trabalho com Libras e relações étnico-raciais na escola?”	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Escolas Bilíngues no Rio Grande do Sul	21
Quadro 2	Cronograma das intervenções	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Art.	Artigo
ASL	Língua de Sinais Americana
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DA	Deficiência Auditiva
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LIS	Língua de Sinais Italiana
LSE	Língua de Sinais Espanhola
LSF	Língua de Sinais Francesa
MEC	Ministério da Educação
INEP	Instituto Educacional Anísio Teixeira
NEEJA	Núcleo de Educação e Ensino de Jovens e Adultos
PCNs	Parâmetros curriculares nacionais
PNEE	Plano Nacional de Educação Especial
PPP	Projeto Político Pedagógico
RS	Rio Grande do Sul
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONTEXTO DA PESQUISA	17
2.1 TRAJETÓRIA PESSOAL	17
2.2 CATALOGAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BILÍNGUES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	21
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SEDE DA INTERVENÇÃO	24
2.4 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.....	27
3 REVISÃO DE LITERATURA	30
3.1 CONCEITOS DE LÍNGUA E LINGUAGEM.....	30
3.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE LIBRAS	31
3.3 O ENSINO DE LIBRAS E PRÁTICA NO CURSO DE PEDAGOGIA	35
3.4 BILINGUISMO E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E VERTENTES.....	39
3.5 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO BILÍNGUE	43
3.6 BASES LEGAIS QUE PERMEIAM A LIBRAS E SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA PEDAGÓGICA VIGENTE	49
3.7 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	51
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
4.1 DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES	61
5 ANÁLISE E RESULTADOS	64
5.1 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO	64
5.2 DIAGNÓSTICO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	64
5.3 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA ESCOLA BILÍNGUE: RELATOS DA INTERVENÇÃO	72
5.4 RELATO DAS ATIVIDADES DE INTERVENÇÃO	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
7 REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES.....	89

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório crítico reflexivo tem como tema geral a formação continuada de professores. O aspecto fundamental é realizar uma pesquisa bibliográfica documental e uma intervenção sobre formação continuada de professores e relações étnico-raciais em escola bilíngue. Pretendemos abordar essa temática de forma aprofundada, pois ainda percebemos lacunas na literatura no contexto da educação básica, especialmente das escolas bilíngues.

Destacamos que a Língua Brasileira de Sinais – Libras passou a ser reconhecida como língua das comunidades surdas brasileiras a partir da Lei nº. 10.436 de 2002, a qual afirma que os surdos e surdas tem o direito de se comunicar através dos sinais e que a Libras é essencial para acessibilidade desses sujeitos nos espaços sociais, inclusive nas instituições educacionais. A lei expressa, em seu artigo 1º, que a Libras é forma de comunicação e expressão, e sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, que se constitui em meio de transmissão de ideias e fatos e que é oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Após três anos, em 2005, através do Decreto nº 5.626/2005, a Libras passa a ser disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia. Além disso, tornou-se disciplina curricular optativa nos demais cursos da educação superior das instituições públicas e privadas do sistema Federal de ensino, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012), a deficiência auditiva severa foi declarada por mais de 2,1 milhões de pessoas. Destas, 344,2 mil são surdas e 1,7 milhão de pessoas têm grande dificuldade de ouvir.

Assim, toda a pessoa surda tem o direito de comunicar-se, independentemente da cor da sua pele ou de outras características físicas, psíquicas ou culturais, tornando-se, então, a Libras fundamental para a acessibilidade em todos os espaços sociais, especialmente nas instituições de ensino. Seu uso é imprescindível para que os alunos surdos compreendam e respeitem as diferentes culturas, e desta forma, seja possível trabalhar a educação para as relações étnico-raciais em Libras, o que é luta

pela causa da inclusão socioeducacional nas escolas brasileiras.

Conforme Almeida (2018, p. 121), “[...] a desigualdade pode ser expressa em dados estatísticos e quantificada matematicamente, mas sua explicação está na compreensão da sociedade e de seus conflitos”. Dessa forma, fica explícito o quanto a sociedade brasileira é injusta e desigual, pois, entre os 2,6 milhões de estudantes de Ensino Fundamental ou Médio que reprovaram no ano de 2018, 41% são negros (pretos ou pardos). Almeida (2018, p. 51), acrescenta que, “[...] a escola reforça todas estas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes”.

O autor ainda explica que:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Entende-se que a sociedade brasileira necessita dialogar e trabalhar em defesa da formação continuada de professores para as Relações étnico-raciais, especialmente nesse período em que vivemos recentemente crise sanitária mundial com a pandemia da COVID-19.

Acredita-se, portanto, que ações pontuais não terminarão com a discriminação racial, no entanto, o contexto educacional e a escola tem o papel central na superação do preconceito e do racismo na sociedade brasileira. (ALVES, FREITAS, STOLL, CHAVES, PACHECO, 2021).

Explanados tais conceitos, percebemos o quanto a sociedade brasileira é desigual e racista, algo que pode e deve ser levado em consideração quando se pensa a educação em escolas bilíngues. Com base no exposto, emergiu a seguinte problemática de pesquisa: Como a formação continuada de professores pode contribuir no planejamento de atividades didático-pedagógica para as relações étnico-raciais através da pesquisa intervenção em escola bilíngue?

Sendo assim, este estudo foi estruturado em quatro seções específicas, sendo a primeira esta introdução. A segunda, apresenta o contexto da pesquisa; a terceira, mostra as escolhas metodológicas, os procedimentos para coleta de dados e a descrição do método de análise. Na quarta etapa, são apresentadas os resultados e sua discussão à luz do referencial teórico. E por fim, são tecidas algumas

considerações acerca do percurso.

A partir disto, com este projeto, pretende-se atender ao objetivo geral de estudar e fomentar a formação continuada de professores para as relações étnico-raciais no cotidiano da escola bilíngue com intuito de superar o racismo e o preconceito através da pesquisa intervenção com atividades didático-pedagógicas. De forma específica, tem-se os objetivos de a) mapear as propostas didático-pedagógicas que os professores da escola bilíngue trabalham na temática das relações étnico-raciais; b) identificar quais atividades pedagógicas desenvolvidas na Escola Municipal de Educação Bilíngue Carmem Regina Teixeira Baldino, localizada na cidade do Rio Grande / RS, podem contribuir para o trabalho dos professores e para as relações étnico-raciais em escola bilíngue e c) realizar uma formação continuada com professores de escola bilíngue com atividade didático-pedagógica sobre relações étnico-raciais demonstrando sua relevância para a superação do racismo e do preconceito no contexto socioeducacional.

2 CONTEXTO DA PESQUISA

2.1 TRAJETÓRIA PESSOAL

Em primeiro lugar, apresento a minha trajetória pessoal, acadêmica e contextualizo a justificativa deste projeto, razão pela qual busquei o curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus Jaguarão. O curso, além de ser um desafio para mim, também foi uma grande oportunidade de aprofundar meus conhecimentos e melhorar minha prática e, principalmente, valorizar minha língua e cultura diante dos estudantes ouvintes.

Minha jornada escolar na cidade de Porto Xavier – RS foi até meus cinco anos de idade. Depois, no ano de 1986, me mudei e fui morar em Santa Rosa, no mesmo Estado, onde permaneci até meus 25 anos, quando conheci meu marido Daniel. Nossa história aconteceu de forma bastante rápida, namoramos por apenas 4 meses e então casamos e fomos morar na cidade de Pelotas – RS.

Na época da minha infância, tive muitas dificuldades, pois não existia uma escola especial para surdos. Aprendi a língua de sinais com minha mãe, pois ela estava preocupada sobre como seria sua comunicação com a filha surda, portanto, ela procurou informações sobre surdos e descobriu a escola de surdos na cidade de Santa Rosa. Assim, minha mãe deixou seu trabalho com agricultura e fomos para aquela cidade. Lá, minha mãe não trabalhava fora de casa, vivíamos do aluguel de nossa antiga casa, em Porto Xavier.

Primeiramente, fui matriculada na Escola Concórdia para surdos desta cidade, no ano de 1986, quando tinha cinco anos de idade. Ali fui estimulada a aprender a Libras. Com relação ao português, aprendi o vocabulário, em atividades didáticas e material de Libras relacionado com a escrita do português. Concluí o Ensino Fundamental e também o Médio nesta escola para surdos.

A história começou, em Porto Xavier, com uma ligação telefônica entre minha mãe e tia, percebi a euforia delas. Em seguida, meu irmão, que estava chegando da escola, com nossos gestos de comunicação disse que tinham encontrado uma “casa” de “escrever” para mim. Eu acreditei que fosse na escola em que meu irmão estudava, porém, minha mãe me disse que era outra, longe. Mesmo sem entender bem, fiquei muito feliz, porque eu iria finalmente estudar.

Eu estava resistindo, porque gostaria de estudar na escola com meu irmão,

no entanto, conforme explica Rolnik (2018), que as instituições seguem as normas do campo da política que organiza em nossa sociedade o que é normal e leva à produção de subjetividades. Eu tinha o desejo de aprender uma língua, que eu ainda não conhecia. Eu não sabia exatamente o que estava resistindo, só sei que o desejo agiu em mim, ou seja, a subjetividade habitava meus desejos interiores e exteriores.

No ano de 1986 comecei a estudar e meu primeiro contato foi com a diretora da escola que falou comigo em Libras. Eu nada entendi, mas já reconhecia alguns gestos, algo de familiar, e aos poucos fui-me apropriando dos novos sinais. Nessa época, conheci dois colegas surdos e negros, sendo que antes de conhecê-los, eu não tinha contato com outras culturas e etnias.

Nas minhas aulas, aprendi Libras e também a escrever. Meu irmão, por convivermos tão proximamente, foi aprendendo Libras também, e minha mãe, que já estava trabalhando na cidade de Santa Rosa, não dispunha de tempo para fazer curso de Libras e, então, seguimos usando os nossos sinais utilizados na família. No Colégio Concórdia aprendi de forma integrada os alfabetos escrito e manual, tive lições a partir de estímulos visuais e era tudo muito encantador. Aos poucos fui substituindo o uso dos sinais próprios pela Libras.

Durante este tempo, meu irmão e eu estudamos na mesma escola, mesmo ele sendo ouvinte e eu surda, pois dentro desta escola, existia para cada um de nós, um sistema educacional específico. Eu ensinava para ele tudo que aprendia em Libras e nosso vínculo ficava cada vez mais forte. Aproveitando-me disto, criei uma artimanha para brincar mais tempo, após o horário das aulas dizia para ele que a minha professora enviava tarefas para ele fazer, o que, na realidade, eram para eu fazer. Assim, as minhas notas eram sempre altas e a professora me elogiava muito. Desta forma, estudei até a oitava série (hoje 9º ano) e concluí o então chamado primeiro grau (Ensino fundamental – anos finais). Porém, a escola não tinha o segundo grau (Ensino médio), tínhamos preocupação quanto ao seguimento dos estudos da turma de surdos formados. Assim, ocorreram várias ações de coleta de recursos e verbas de diversas fontes: governo, instituições privadas, realizações de eventos, entre outros para viabilizar a oferta de turmas de Ensino Médio naquela escola. Finalmente, no ano de 1999, conquistou-se a aprovação para a abertura do curso de ensino médio na escola, a qual passou a chamar-se “Escola de Ensino Médio Concórdia para Surdos”.

Nessa escola, os outros surdos pediam para eu ensinar para eles a Língua de

Sinais, porque eles não conheciam, só usavam gestos e queriam fazer a Língua de Sinais oficial. Nasceu ali o meu sonho de, quando fosse adulta, ser professora de Libras.

Muitas coisas aconteceram na minha vida com a comunidade surda, mas infelizmente, a cidade de Santa Rosa/RS não tinha um curso de formação que me possibilitasse ser professora. Então, com os cursos que estavam disponíveis, resolvi cursar a graduação em Administração na Unijuí (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Santa Rosa - RS) em 2003. No mesmo ano, fui voluntária no projeto de ensino de Libras com crianças surdas da Educação Infantil, na Escola de Ensino Médio Concórdia para Surdos. Destaco que esse trabalho foi muito importante para o meu caminhar, em conformidade com o que explicita Klein (2018, p. 78), com o contexto das “[...] práticas das escolase dos movimentos surdos, e das relações entre os diferentes discursos que se inscrevem enquanto formação discursiva sobre a surdez, os surdos e o trabalho”.

No ano de 2003, continuei minhas investidas junto à comunidade surda, pela oficialização da LIBRAS no município de Santa Rosa-RS, participando de movimento neste sentido no dia 26 de setembro desse ano, data em que se comemora o Dia do Surdo no Brasil.

Ressalto que realizei seis meses de estágio na área de administração, com ênfase em Recursos Humanos e serviços bancários e, logo após, fui contratada efetivamente para trabalhar na empresa Lorentz Construção em Santa Rosa. Destaco que a comunicação com as colegas era bem tranquila e aprendi muitas coisas na área de administração.

Em novembro de 2006, solicitei transferência da faculdade da UNIJUÍ do campus Santa Rosa para Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, onde eu era a única acadêmica surda no curso de Administração e destaco a dedicação, empenho e compromisso dos professores da UCPEL para que eu acompanhasse as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas durante o curso. Nesse sentido, relato que o professor da UCPEL e o gerente do Hospital Universitário São Francisco de Paula, da própria Universidade, me chamaram para fazer uma entrevista para um estágio em março de 2007, e por um ano e meio, fui contratada para trabalhar no setor de Contas Hospitalares e Convênios. Aprendi sobre toda área administrativa e também sobre os setores de Escritório de Qualidade, Ouvidoria e Prontuários. Para ampliar meu conhecimento em LIBRAS, participei de diversos cursos, encontros, seminários

para aperfeiçoamento e sempre buscando mais informações. No ano de 2007, fui aprovada no exame de proficiência Prolibras, que atestou meus conhecimentos para ensinar a língua de sinais. Em 2008, comecei a ministrar o curso de extensão, aulas de LIBRAS na UCPel, com 60h aula, durante todos os sábados para os alunos do curso de Pedagogia e Letras. A atividade se justificava porque os alunos precisavam aprender LIBRAS para ganhar experiência com a língua e o certificado servia também para estagiar nas escolas para atender alunos surdos. Participei de bancas para avaliação na prova prática para ingresso no Curso de Capacitação para Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais no ano de 2010, na UCPel

Em 2011, conclui o curso de Bacharelado em Administração pela UCPel e prestei concurso para Professor Temporário de Libras na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, sendo aprovada em primeiro lugar. Ministrei aulas de Libras para os alunos do curso de Pedagogia, Letras e outros cursos, principalmente para os alunos do curso de Pedagogia que comentavam a preocupação de como fazer as atividades de Libras com as crianças surdas nas escolas e em creches.

Em 2017, iniciei a graduação em Licenciatura em Letras/Libras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, no município de Pelotas/RS, na modalidade de Educação à Distância. No ano de 2018, participei do processo seletivo para professor substituto de Libras na Universidade Federal do Rio Grande – FURG – e fui aprovada em 1º lugar. Neste mesmo ano, participei do processo seletivo para professor efetivo de Libras na Universidade Federal de Pampa – UNIPAMPA, sendo aprovada em 2º lugar e sigo como suplente até os dias atuais.

Apesar de todos os obstáculos que vivenciei durante a minha trajetória acadêmica, o que me inquieta até os dias atuais, é lembrar que acompanhei e percebi que uma colega surda negra, que conheci logo que entrei na escola Concórdia, passou momentos e situações diferentes dos que eu vivi, pois, por ela ser negra o preconceito é maior, eu também sofri preconceito, mas a convivência com essa amiga me faz buscar compreender como a discriminação as pessoas surdas negras é mais forte na sociedade e mostrar o quanto trabalhar à educação para relações étnico-raciais é importante nas escolas bilíngues.

Em julho de 2021, conclui o curso de Licenciatura em Letras/Libras com a minha amiga surda negra que me acompanha desde o ensino médio. Realizei o trabalho de conclusão de curso com a temática: Letramento em Libras, de professores em formação acadêmica: percepções na construção de língua e linguagem na educação

de surdos.

Nesse sentido, tendo como objetivos aprender e pesquisar sobre a formação de professores, relações étnico-raciais e Libras, participei do processo seletivo e ingressei no curso de mestrado em Educação na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, no município de Jaguarão/RS, em outubro de 2020. Também compartilho que fui aprovada no exame de proficiência da língua portuguesa, como requisito básico para aprovação e conclusão do curso de mestrado.

Acrescento que tive várias experiências através da minha participação nos cursos e oficinas de Libras, aprendendo e compartilhando conhecimentos e experiências em Libras para estudantes surdos e ouvintes, percebi que cada turma, cada lugar, cada instituição são pessoas e culturas diferentes. Cada um com seu jeito de aprender, de sinalizar e com suas limitações ou facilidade em praticar Libras. Dessa maneira, o importante para o conhecimento da língua é a vontade de aprender e conhecer o mundo dos surdos. Entendo que, “[...] nada deve ser recusado aos surdos, que todas as linguagens podem ser utilizadas, sem gueto e sem ostracismos, a fim de se ter acesso à vida” (LABORIT, 1994, p. 09).

2.2 CATALOGAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BILÍNGUES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Nesta seção apresentamos um levantamento das instituições de ensino que atuam na educação bilíngue que encontram-se em funcionamento no Estado do Rio Grande do Sul. Destacamos que, na educação básica, há registro de 62.581 matrículas de crianças e jovens com surdez ou deficiência auditiva. Desses 12 % estão em classe escolares especiais segundo o Censo 2020 (IBGE, 2020).

De posse do resultado do levantamento, foram enviados e-mails às instituições, segundo dados de contato constantes nos respectivos *sites*. No texto do e-mail havia informação sobre a pesquisa e a solicitação da contagem de alunos totais e negros na escola.

Para os e-mails, foram obtidas respostas de duas escolas contendo a informação pedida, além da resposta de uma outra escola, que exigia uma série de documentos para fornecer os dados, para providência dos quais seria despendido um tempo que excederia o prazo para a coleta de dados da pesquisa. Ainda outros e-mails retornaram com aviso de erro de endereço eletrônico.

Outras tentativas de contato com as demais instituições foram feitas por ligação telefônica, através de central de Libras iCom®, provida pelas operadoras de telefonia móvel do país. Assim, a ligação era gerada pela central, situada em São Paulo. Nesta modalidade também não houve sucesso nos contatos, pois nenhuma escola atendeu às ligações ou o número parecia estar sempre ocupado.

Quadro 1 – Escolas Bilíngues no Rio Grande do Sul

Instituição de Ensino	Endereço	Cidade	Quantos brancos	Quantos negros	Não declarados
Escola Municipal de Educação Bilíngue Carmem Regina Teixeira Baldino.	R. Duque de Caxias, 342, centro	Rio Grande	48	24	3
Escola Bilingue Professor Alfredo Dub.	R. Zola Amaro, 379 – Três Vendas, Pelotas - RS, 96055-830	Pelotas	38	8	

Escola de Ensino Médio Concórdia para Surdos (Educação Especial Inclusiva).	Henrique Martin, 55 Rua Centro, Santa Rosa – RS, 98900-000	Santa Rosa			Não respondeu
Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Cóser.	R Valdemar Coimbra Sn Vila - Lorenzi, Santa Maria - RS, 97070-690	Santa Maria			Não respondeu
Escola Municipal de Ensino Fundamental	R.Cap. Pedro Werlang, 1011 -	Porto Alegre			Não respondeu

de Surdos Bilíngue Salomão Watnick.	Intercap, Porto Alegre - RS, 91530-110.		
Escola Estadual de Ensino Médio para Surdos Professora Lilia Mazon	R. Morretes, 222 - Santa Maria Goretti, Porto Alegre - RS, 91030-300	Porto Alegre	Não respondeu
Escola Especial para Surdos Frei Pacífico	R. Paulino Chaves, 235- Santo Antônio, Porto Alegre - RS, 90640-200	Porto Alegre	Não respondeu
Escola Estadual Especial Keli Meise Machado	José Trez Filho, 134 - São José, Novo Hamburgo - RS, 93534-000	Novo Hamburgo	Não respondeu
EMEF Especial Para Surdos	Adib Teixeira Chedid, 25- Centro, Gravataí	Gravataí	Não respondeu
Escola Municipal de Ensino Fundamental Bilingue para Surdos Vitória	R. Caçapava, 400 - Mathias Velho, Canoas - RS, 92330- 290	Canoas	Não respondeu
Escola Estadual Especial de Ensino Médio Helen Keller	R. Irmão Robertão, 31- Nossa Sra. De Lourdes, Caxias do Sul – RS, 95070-610	Caxias do Sul	Não respondeu

Escola Estadual Especial Padre Réus	R. Santana, 235, 93280-480, Esteio, RS	Esteio	Não respondeu
-------------------------------------	--	--------	---------------

Fonte: A pesquisadora (2021)

Antes mesmo de toda e qualquer proposta de intervenção, deve-se, primeiramente, partir de uma vivência, que seja no dia a dia ou das relações interpessoais do autor e pesquisador. As relações étnico-raciais e da escola bilíngue, parte da vivência desses sujeitos e dessa diversidade. O vídeo o qual apresentarei logo no início da intervenção, deixará isso evidente, que uma pessoa bem próxima a mim, o qual posso chamar de amigo que passa pelas mesmas dificuldades que eu, que além dele ser surdo, é negro, e eu branca e surda.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SEDE DA INTERVENÇÃO

Por muitos anos, os alunos surdos de Rio Grande lutavam para conquistar uma escola bilíngue em sua cidade e assim não precisarem mais viajar para estudar. A luta pela criação da escola se iniciou com a professora Carmen Regina Teixeira Baldino, quem elaborou o projeto para fundação de uma escola adequada ao ensino de surdo. A trajetória se arrastou por alguns anos, findando-se em 2015, quando o Executivo Municipal assinou o decreto que instituiu o espaço que leva o nome da professora Carmem, falecida no dia 04 de janeiro de 2014, aos 51 anos. A respectiva professora foi muito importante e atuante na luta pela criação da escola e sua morte foi muito dolorosa por marcar a trajetória de desenvolvimento da escola. Carmen foi professora e tradutora, foi uma das idealizadoras da escola bilíngue e sua marca simboliza a luta de todos nós. Por esse motivo, a escola leva seu nome como um reconhecimento e uma homenagem merecida para o que ela representa na comunidade surda, assim como sua filha surda, que estuda na escola até hoje.

Quando Carmen idealizou o projeto, foi criativa na proposição, dedicando sua carreira docente para trabalhar com os alunos surdos. Após a morte da professora, as demais professoras que integravam o núcleo de trabalho junto com Carmen continuaram trabalhando e lutando pela inauguração do local.

Em 05 de fevereiro de 2015, foi lançado o decreto 13.200, o qual criava a Escola Municipal de Educação Bilíngue Prof.^a Carmen Regina Teixeira Baldino. O feito foi

comemorado entre a comunidade surda daquela cidade, especialmente pela homenagem feita à professora Carmen Regina, que, em vida, muito lutou pela fundação de uma escola bilíngue na cidade. O foco principal do espaço são os alunos surdos, mas quem conhece fluentemente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) pode ingressar na escola. Libras é a língua oficial, e o português é usado apenas na forma escrita.

Para que as atividades da escola iniciassem adequadamente, foi feita uma estruturação e ajustamento das salas de aula e ambientes de aprendizagem, com implantação de laboratório de informática, secretaria, sala de direção e coordenação, almoxarifado, refeitório, cozinha, sala de convivência para alunos, sala de convivência para professores e funcionários, banheiros, e área externa para atividades variadas como teatro, educação física, jogos e outras práticas relevantes.

Ainda existe a expectativa de que o Comitê de Políticas de Educação Bilíngue para Surdos, recentemente implantado no MEC, atenda às necessidades da comunidade surda. Sob a perspectiva da educação bilíngue no Brasil, espera-se que haja ações mais diretas para cultivar e renovar a consciência relacionada às especificidades da linguística da educação bilíngue no país.

Os estudantes surdos atendidos possuem faixa etária desde 04 anos até a idade adulta, pois a escola também oferece educação para jovens e adultos com deficiência auditiva, incluindo alunos de cidades vizinhas. Além destes, a escola também atende aos filhos ouvintes de pais surdos sob argumento de que esses pais têm dificuldades em aprender a língua oral. Assim, a escola ensina a Libras aos filhos ouvintes de pais surdos com objetivo de contribuir no processo de comunicação, facilitando interação e compreensão do conhecimento do bilinguismo. A escola tem 20 professores e 67 alunos matriculados no ano de 2021, atende alunos surdos, alunos com deficiência auditiva - DA, alunos CODAS e alunos negros surdos.

Segundo a diretora da escola, Cristiane Lima Terra Fernandes, ao aceitar ser responsável, a felicidade que permeia esta conquista é imensa e os agradecimentos são direcionados ao ex-prefeito Alexandre Lindenmayer (PT – Partido dos Trabalhadores) que assinou o decreto de criação da escola como etapa inicial. Em seguida, o prefeito buscou um prédio adequado para a instalação e para, então,

oficializar a fundação da escola, bem como a constituição da equipe de trabalho: a direção, coordenação, grupo de professores e demais membros da equipe de direção. A escola funciona atualmente em turno integral com objetivo de que haja imersão linguística na maior parte do dia, potencializando que o aluno surdo aprenda as duas línguas.

De acordo com o Decreto nº.13.200/2015, em seu Art. 1º:

Fica criada e denominada a Escola Municipal de Educação Bilíngue – EMEB “Profª. Carmem Regina Teixeira Baldino”, no município do Rio Grande. A escola integrar-se-á a Rede Municipal de Ensino e será destinada a crianças, jovens e adultos surdos, surdos com deficiências, limitações, condições ou disfunções, e surdo-cegueira, ou ainda, pessoas ouvintes que sejam fluentes na Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, não qualquer ouvinte e, sim, pais e/ou familiares de alunos surdos. (RIO GRANDE, 2015).

Conforme o decreto, a escola é caracterizada para a educação bilíngue, aberta a alunos surdos e ouvintes, professores bilíngues desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental. A EMEB Prof.^a Carmem Regina Teixeira Baldino participa das etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental regular, bem como na modalidade para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na educação básica. Na fase de Educação Infantil, atende a crianças a partir dos 3 anos, e conta com estrutura própria para este serviço, e oferta a Libras como primeira língua (L1) e a Língua portuguesa como segunda língua (L2), na perspectiva da educação bilíngue.

O contexto de luta possibilitou a construção política em torno de um governo inclusivo que promulgou a instauração da escola bilíngue na cidade de Rio Grande, de modo que a escola se mantém nesse caminho de participação e integração social no cotidiano dos indivíduos.

A cidade de Rio Grande considera a importância desta escola bilíngue para a comunidade surda, não só na região em que está inserida, mas também em seu entorno, pois atende alunos da cidade vizinha, São José do Norte. Deste modo, este centro escolar tornou-se referência acerca da frequência do tempo integral na escola.

É importante também destacar a chegada desde 2018, a partir da parceria com a 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e o Núcleo de Educação e Ensino de Jovens e Adultos (NEEJA), a oferta do Ensino Médio Bilíngue noturno aos alunos

surdos adultos, de modo que as aulas são ministradas por professores bilíngues ou interpretadas por TILS nas disciplinas da base curricular. Os acompanhamentos da frequência e a aplicação das provas ficam a cargo da escola, assim, a responsabilidade do núcleo é apenas a certificação dos alunos surdos no ensino médio.

2.4 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O PPP foi objeto importante de investigação para este projeto para fornecer informações relevantes para a compreensão das ações docentes, pesquisas e da instituição, na busca pela qualidade do ensino, e pela construção de proposições pedagógicas que se convertam na organização do trabalho pedagógico. Na Escola Municipal de Educação Bilíngue Prof^a Carmen Regina Teixeira Baldino, o projeto pedagógico apresenta uma estrutura das atividades que será desenvolvida na escola, portanto o documento visa orientar todos os esforços de aperfeiçoamento das atividades de formação para alunos. Os professores bilíngues sempre acompanham a trajetória da comunidade surda, no que diz respeito à possibilidades de construção do perfil intelectual ou profissional dos alunos, bem como familiares, com apoio da equipe da Secretaria Municipal da Educação.

A pesquisa desenvolvida no PPP da Escola visou analisar as questões étnico-raciais e sua inserção na construção deste documento, de modo a responder se a escola contempla essa temática étnico-racial para os alunos surdos. A instituição da Lei nº.10.630/2003, inicia-se a partir da atuação do Movimento Negro no Brasil, o qual ampliou a discussão no relacionamento da educação e das questões raciais. Nesse aspecto, vê-se a necessidade de formação de professores nas escolas bilíngues, assim como a importância da análise e revisão do currículo para consolidação de uma transformação social e o trabalho efetivo das relações étnico-raciais integrado na escola de surdos, abarcando alunos surdos, comunidade escolar e famílias.

Um Projeto Político Pedagógico necessita de implementação dos pressupostos legais, de modo a possibilitar as práticas pedagógicas, relações comuns, aquisição de materiais (livros, bonecas, brinquedos, filmes, revistas) e o planejamento de ambientes que promovam uma forma para combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e de gênero, assim como construir uma percepção positiva das diferenças étnico-racial para alunos surdos compreendendo a importância sobre as

legislações e construindo um conhecimento étnico-racial.

As lutas do Movimento Negro no Brasil antecede o sistema instaurado atualmente, surgindo desde os levantes nas senzalas no período de escravatura. Nesse contexto, a Lei nº.10.639/2003, marca um novo período de conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileiro, conectando-nos as lutas e residências de nossos ancestrais. Entretanto, nossa sociedade ainda carece de políticas que desmantele a desigualdade que cidadãos negros sofrem diariamente. Portanto, vivenciar essas aprendizagens no ambiente escolar, proporciona um ensino igualitário, onde as diferenças são respeitadas e discutidas, de modo a ampliar a representação das crianças negra, indígena, imigrante, surda e branca.

A Lei nº.10.436/2002, a qual reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão para surdos, assim como o Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a referida lei, também implicam em alterações no âmbito educacional, mais diretamente no Projeto Político Pedagógico escolar para surdos e toda comunidade escolar, atentando ao contexto histórico e político no cenário atual, de modo que o trabalho e conhecimento produzidos nesta instituição especifiquem o domínio da prática pedagógica e a educação para os surdos. Cada escola possui uma concepção para implementação e avaliação em seu projeto pedagógico, pois ao discutir os elementos básicos da organização do trabalho docente, vê-se a necessidade de construir coletivamente a partir de seus alunos, balizando seus projetos e planejamentos frente aos desafios cotidianos. Ressalta-se que a busca para essas implementações e a oportunidade dessas inserções são contínuas. No aspecto da relação entre um futuro diferente do presente, temos que:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTT, 1994, p. 579).

A intenção do Projeto Político Pedagógico era reunir representantes do corpo docente, técnicos administrativos, alunos, pais e responsáveis para discutir tópicos relevantes e conjuntamente construir o respectivo documento. Nessa perspectiva, há

o agrupamento curricular e de outras atividades diversas, assim como a formação participativa, responsável comprometida, crítica e criativa. O viés pedagógico assume o sentido de definir atividades educacionais e qualidades que as escolas precisam para cumprir seus objetivos e intenções.

Na análise realizada, ressalto que no PPP não há menção à Lei nº.10.639/2003, que altera a LDB 9.394/1996 para os alunos surdos e que trata da abordagem da cultura afrobrasileira nas escolas em disciplina obrigatória intitulada “História e Cultura Afro-Brasileira”. Em paralelo, quando Libras é inserido no currículo das disciplinas, dá-se preferência para que os professores sejam surdos, pois isto favorece a identificação dos alunos, a perspectiva de futuro de seus jovens pares, as condições de progressão – muitas vezes consideradas improváveis pelas famílias – e a manutenção do contato entre alunos e professores surdos, principalmente porque a maioria dos professores da rede municipal são ouvintes.

O conteúdo abarcado na disciplina criada pela Lei nº.10.639/2003, torna obrigatória a inclusão de temáticas como: A história do racismo e preconceito no Brasil; Surdos e negros – Relatos sobre lutas de negro surdo no Brasil; Cultura surda e negros e seus artefatos; Comunidade surda e negra para fortalecimento o povo surdo e as diferentes identidades surdas; Inclusão dos alunos surdos negros e brancos em todos os espaços da sociedade e direitos e deveres na escola bilíngue.

Como já citado, as questões étnico-raciais não são contempladas pelo PPP da referida escola, o que é lamentável, pois é fundamental que as crianças cresçam refletindo sobre estas temáticas e se formem seres humanos dotados de senso de semelhança e cidadania e desprovidos de preconceitos e, no futuro, tenham oportunidade de multiplicar os saberes e ensinar outras crianças – pessoas em formação. A inserção da referida disciplina no PPP da escola seria de grande valia para a comunidade surda e sociedade em geral.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 CONCEITOS DE LÍNGUA E LINGUAGEM

A observação e atenção sobre o ensino de Libras qualifica e torna mais práticos os aprendizados para os alunos surdos. Tal como ocorre com as relações étnico-raciais na escola bilíngue, atividades específicas sobre Língua, Linguagem e Linguística em forma de perguntas e repostas são estratégias didáticas, não só para alunos infantes, mas também para adultos. Neste contexto, é importante propor atividades de experimentar, sentir, criar e recriar mundos, sempre ofertando oportunidades de trocar experiências e aprender com as mais variadas situações.

Para evidenciar a importância do ensino sobre Língua e Linguagem, buscamos obras de autores como Chomsky (1995); Botelho (2005); Lyons (1987), Goldfeld (1997) entre outros, as quais podem também ser acessadas pelos professores para melhor compreender os temas e, assim, oportunizar lições fluentes para os alunos surdos sobre a temática. Usando recursos didáticos variados, é possível praticar o ensino da Libras como primeira língua e reorganizar o foco do ensino para que os alunos conheçam o significado de língua e de linguagem e sejam inseridos em práticas pedagógicas que contemplem também educação para relações étnico-raciais e, assim, execute-se a inclusão dos alunos surdos brancos e negros, juntos, na escola bilíngue.

Goldfeld (1997) afirma e mostra a importância da linguagem quando envolvida na significação semiótica e constitutiva do pensamento do sujeito e também de sua identidade.

Lyons (1987) conceitua linguagem como um sistema de comunicação natural ou artificial que utilizam vários sistemas para exprimir e perceber sentimentos e ideias, através de expressões, gestos, signos, significantes e significados, símbolos e códigos.

Sob outro prisma, Chomsky (1986; 1995) aborda a comunicação e inclui nela a própria língua e também cita que vários estudos utilizam o termo “linguagem” num sentido mais restrito.

3.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE LIBRAS

A formação de professores para o ensino de Libras dispõe por meio do Decreto de nº 5.626/2005 duas exigências distintas em relação ao docente de Libras que deverá atuar na educação superior:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. (BRASIL, 2005).

Portanto, os profissionais que atuam na área podem ser surdos ou ouvintes, conforme como explica Saviani:

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado. (SAVIANI, 2010, p.53).

Saviani (2010), ressalta a importância de uma formação de qualidade, baseada em fundamentos teóricos, bem como atividades que demonstrem a realidade do trabalho que irão realizar, com atividades práticas, como por exemplo: os estágios, que são de grande importância para que o futuro professor compreenda e aprenda sobre as verdadeiras necessidades dos alunos surdos e a dificuldade de traduzir para o português. O autor também considera importante conhecer a história dos surdos no seu processo de aquisição da língua materna, pois, para o surdo, a primeira língua é Libras (L1) e segunda língua, é o português (L2), enquanto para ouvintes é o contrário: a primeira língua é a portuguesa (L1) e a segunda língua é Libras (L2). Assim sendo, é fundamental a formação inicial dos professores, bem como na formação continuada, pois como no português, a Libras está em constante mudança, sempre evoluindo, pois é uma língua viva.

Para cumprir a Lei 5.626/2005, a qual trata da garantia, obrigatoriedade, de acesso à comunicação, à informação e à educação para pessoas surdas em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, tendo em vista que havia muitos profissionais fluentes em Libras atuando em escolas e instituições, e não era possível ter profissionais formados no ensino superior para atender em tempo hábil as

demandas de profissionais qualificados no mercado, enquanto não houvesse número de pessoas suficientes com formação superior em Libras, se percebeu a necessidade de criar um exame de proficiência de língua e certificação, foi criado o Prolibras, que é um programa nacional que realiza exames para obtenção de dois tipos de certificados: Certificado de Proficiência no Uso e Ensino da Libras e Certificado de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa. O Prolibras foi estabelecido pela Portaria Normativa MEC nº 29, de 20 de julho de 2007 e Portaria Normativa MEC nº 20, de 08 de Agosto de 2010, para ser realizado em parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi a primeira instituição pública de ensino superior a ser credenciada pelo INEP para realizar o Prolibras.

O Prolibras teve 10 edições, para qualificar profissionais para atuarem no ensino de Libras e na tradução e interpretação, tendo assim, tempo para acriação de cursos superiores e qualificação de professores. Em 2006, a Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio financeiro da SEAD / MEC e CAPES, criou o primeiro curso de Licenciatura em Letras/Libras, na modalidade a distância. O curso foi desenvolvido para atender a demandas decorrentes da inclusão dos surdos na educação, conforme previsto na Lei de Acessibilidade e demais dispositivos legais.

Em 2008, foi criado o curso de Bacharelado em Letras/Libras para formação superior de tradutores e intérpretes da língua, igualmente na modalidade a distância da UFSC, e contando com parcerias com diversas instituições do país. O curso formou mais de mil profissionais, entre professores de Libras, tradutores e intérpretes de Libras-Português. Participando do Programa Viver Sem Limite, do Governo Federal, o curso EaD se tornou regular na Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo é de que outras instituições formem polos de apoio presencial fazendo com que a formação na área seja disponibilizada em todo o país.

Ressaltamos a relevância de que o curso seja identificado como Graduação em Letras com habilitação em Libras e ofereça títulos de Licenciatura, para professor de Libras ou Bacharelado para tradutor e intérprete de Libras, pois tais títulos denotam fluência em Libras e o domínio das línguas estudadas, bem como relativo conhecimento de suas culturas. Isto serve para garantir o compromisso e a responsabilidade que os profissionais assumem ao ensinar outra língua ou traduzir e

interpretar e ao exercer as atividades de professor, pesquisador, tradutor e intérprete, revisor de texto, etc.

Os cursos também possuem o objetivo de formar professores de Língua Brasileira de Sinais aptos a atuar no ensino de Libras como L1 e L2 em diferentes níveis de ensino, seja no ensino de sua área de competência, seja na gestão do trabalho pedagógico. Este alvo tem a função de observar as disciplinas oferecidas no cursos para que os profissionais conheçam sobre a história e cultura dos surdos, a estrutura da língua, o processo de aquisição da língua materna dos surdos e sua segunda língua e também outros profissionais do bacharelado ainda aprendem sobre as áreas específicas da tradução e interpretação.

Observar como aluno aprende é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem, especialmente para que o professor possa desenvolver a avaliação do estudante, entendendo a relação entre professor-aluno e estabelecendo uma boa comunicação. É, portanto, importante para o professor organizar as atividades didático-pedagógicas que venham ao encontro das necessidades dos estudantes.

O Decreto 5.626/2005, institui o ensino de Libras no currículo dos cursos de licenciatura e isso foi importante para os alunos, pois os professores passaram a estudar a estrutura linguística da Língua de Sinais. Assim, foram ampliadas as chances de comunicação mais fluente entre alunos e professores, permitindo vencer barreiras comunicativas e favorecer maior interação entre os envolvidos.

A Universidade Federal do Pampa – Unipampa, no campus de Jaguarão tem dois componentes curriculares de Libras no curso de Pedagogia, o que mostra a ampliação na formação de professores para o ensino e na oferta de cursos de licenciatura, em atenção ao decreto nº 5.626/2005. Com esse exercício, percebe-se que deve haver mais prática da língua, materiais e didática em Libras para o desenvolvimento e uma melhor experiência com a disciplina na modalidade de ensino presencial, denotando a necessidade de criação de material visual para uma melhor compreensão.

São muitos anos de luta do movimento surdo, desde a aprovação em 2005, do Decreto 2.656/2005, no contexto da escola, mas ainda remanesce a luta pelas aulas que devem ser oferecidas em Libras nos cursos de formação de professores, conforme o artigo 3º e seus respectivos parágrafos deste decreto.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Após analisar o decreto, é importante mencionar que o ensino obrigatório de Libras no curso de formação de professores passou a dar uma nova etapa à história dos surdos no Brasil. O ensino regido pela legislação da Libras no processo de formação de professores, gerou diversos desafios no que tange a prática da Libras a construção de material didático, elaboração de ementas de disciplinas, entre outros aspectos inerentes à formação de professores surdos e ouvintes. Estas são e, por algum tempo, ainda serão questões importantes para se discutir no ensino presencial e também à distância, sendo que ambas modalidades tem como principal desafio conhecer mais as práticas e didáticas de Libras para lecionar no curso de pedagogia.

Observamos que os alunos ouvintes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pampa se interessam em aprender a Língua Brasileira de Sinais, pois possuem objetivo de bem comunicar-se com alunos surdos nas escolas, na sociedade ou no mercado de trabalho. Para que o futuro profissional consiga a aquisição de Libras oferecida na Universidade, é importante que o curso oportunize que os futuros professores conheçam, aprendam e possam ensinar a Língua para ouvintes, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade à distância (GESSER, 2006).

No Brasil, é importante salientar que o processo de reconhecimento de língua foi muito demorado, porém, exitoso graças à luta da comunidade surda para reconhecer e valorizar sua língua. A criação de cursos de formação de professores aptos a ensinar surdos e ouvintes é um dos frutos decorrentes desses êxitos precedidos pelo reconhecimento da Libras em 2002.

Tal formação foi pensada e organizada para atender e ensinar a Libras, cujos utilizadores da língua mostram a sua importância para a população, maioritariamente ouvinte, que utiliza a oralidade e isto motiva os estudantes e resulta em crescente oferta de vagas na área do ensino de Libras, em instituições federais, principalmente.

Acreditamos que quando existe interesse dos estudantes do curso de pedagogia em aprender a Libras no início da formação, esta deva continuar após a conclusão do curso. Por isso, se torna relevante trazer outros conhecimentos ao

currículo de formação, como a valorização da história das pessoas surdas, sua luta e reconhecimento da língua materna e também a difusão do conhecimento da minoria da população. Desta forma fica evidente a importância para estas comunidades da formação docente para o ensino da Língua Brasileira de Sinais.

A Lei de Libras como língua oficial da comunidade surda traz a possibilidade dos alunos surdos se comunicam diretamente com sua língua nativa em qualquer lugar da sociedade, universidade, locais públicos, entre outros. Isto significa dizer que independentemente do lugar, possam se comunicar com todas as culturas na sociedade, que, apesar de costumeiramente praticar a comunicação oral, graças à difusão da Libras, participem de espaços de diálogos em sua própria língua.

A comunicação humana é essencialmente diferente e superior a toda outra forma de comunicação conhecida. Todos os seres humanos nascem com os mecanismos da linguagem específicos da espécie, e todos os desenvolvem normalmente, independente de qualquer fato racial, social ou cultural. (SÁNCHEZ, 1990, p. 17).

A Libras é uma língua nacional Brasileira, utilizada sistematicamente por uma comunidade. Assim é fundamental que seja difundida tanto aos membros quanto aos professores que nela atuam. Neste sentido, o curso de Letras-Libras encontra-se em constante desenvolvimento, contribuindo para a legitimação social e acadêmica da língua.

3.3 O ENSINO DE LIBRAS E PRÁTICA NO CURSO DE PEDAGOGIA

A regulamentação da Lei nº 10.436/02, por meio do decreto nº 5.626/05 que institui a disciplina de Libras como componente curricular obrigatório nos cursos de Pedagogia dá atenção à importância do ensino de Libras com abordagem comunicativa em Libras aos pedagogos em formação, estimulando a comunicação por meio da língua e usando atividades que envolvem compreensão e expressão abrangendo a língua de sinais com prática.

A disciplina de Libras no currículo do curso de Pedagogia na formação de professores é importante para integração de pessoas com deficiência nas escolas o que torna imprescindível conhecimento da Libras pelos professores. Estes devem saber e ser capazes de usar a língua de sinais para colaborar com o processo de aprendizagem de alunos surdos. O art. 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988

descreve que "A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

Entretanto, conforme a legislação, são obrigatórias 60 horas de aulas de Libras na formação de pedagogos, o que não parece ser suficiente para que os alunos tornem-se fluentes na língua e, assim, capazes de constituir comunicação efetiva de imediato com alunos surdos. Para tanto, é necessário contato mais intenso e frequente com a comunidade surda, para que a língua seja adequadamente adquirida e aprofundada e para que a comunicação e transmissão de conhecimentos fluam de forma mais eficaz.

Gesser (2012), explica que é importante o ensino de Libras, que a disciplina desperta interesse em aprender a língua de sinais e futuramente a trabalhar, especificamente, com surdos, pois os interlocutores da Libras que têm um grande desafio na aprendizagem da Libras, todos têm direito a educação. Isso inclui o caso dos alunos surdos, os quais também têm direito universal à educação, assim sendo, conhecer Libras é muito importante para o desenvolvimento da formação de professores para mundo do trabalho. Há numerosas escolas regulares e bilíngues no Brasil, no entanto, resta saber se utilizam Libras como primeira língua, principalmente por parte dos professores que trabalham diretamente com os aprendizes na escola, durante a sua educação formal e instrucional. Gesser (p. 129) salienta que, "[...] motivar os alunos a entenderem o que é a surdez, o que é libras, a quem essa língua importa e porque importa o que ela tem a ver com as pessoas na nossa sociedade".

No curso de pedagogia, a motivação para desenvolver a formação de professores para aprender o ensino de libras é a possibilidade de enriquecer o desenvolvimento teórico, prático e das atividades de ensino e, assim, o preparo para uma educação inclusiva. Os professores devem ser capazes de conhecer e reconhecer a importância dessa disciplina, no sentido de melhorar a comunicação efetivamente com os alunos surdos em língua de sinais.

O papel mediador do professor formador torna-se determinante na construção de uma cultura colaborativa na escola, principalmente quanto ao fortalecimento da escola e da prática pedagógica como referência para a formação de professores (ANDRÉ, M, 2016 p.181).

Autores como Damiani (2009); Porto (2009); Schlemmer (2009), destacam que o trabalho interativo entre as disciplinas escolares, cuja formação docente (inicial e continuada) não pode se dar sem um trabalho coletivo e colaborativo com pesquisas sobre o cotidiano educacional. Percebe-se quão importante é conhecer a realidade escolar, a ideia de cooperação e interação entre as universidades e escolas, para compreender o serviço na comunidade escolar como ponto de partida. Os autores fortalecem a ideia de que a criação dos cursos em que atuamos é o ponto de partida para a formação de um campo de atuação adequado à realidade dos alunos, em termos epistemológico e metodológico, o que é pressuposto para a construção e transmissão do conhecimento orientado para o respectivo espaço escolar.

Entendemos que a formação é importante e deve priorizar os saberes, as práticas e problemas que ocorrem na realidade do educador escolar, apoiada num enquadramento e numa dinâmica interacionista entre instituições entre universidades e escolas. Para tanto, dois sistemas educacionais que possuem busca para o conhecimento com tarefas e responsabilidades distintas são importantes, cujo objetivo é ensinar e aprender.

De acordo com Collares & Moyses (1995), a universidade é o espaço legítimo de práticas pedagógicas e de sistematização e construção do conhecimento. A escola, por sua vez, é um espaço que se ocupa com práticas pedagógicas, com saberes e rotinas específicas, muitas vezes distantes da sistematização e construção do conhecimento presente na universidade.

Gesser (2012) destaca que atuar como professor talvez seja uma das profissões mais difíceis, quando entramos em sala de aula nos deparamos com um universo de pequenos universos individuais - os alunos. Nossa missão é compreender cada universo particular e atender às reais necessidades de cada um deles. Ser professor de surdos não foge a esta regra, é preciso considerar suas singularidades que a sala de aula deve ser um lugar de construção de aprendizado e para isso utilizamos de diversas estratégias que permitam que o aluno possa estabelecer relações com o mundo que o cerca. Essas estratégias já são ferramentas cabíveis para os alunos ouvintes, porém para os surdos se torna uma ferramenta imprescindível para que estas relações se firmem.

Dessa forma, é necessário entender que talvez estes alunos surdos cheguem à sala com uma bagagem de conhecimento de mundo um pouco reduzido, quando

em comparação com aquela bagagem de um aluno ouvinte, e isso se dá pelo fato dessas estratégias de comunicação com o mundo não serem tão acessíveis quanto são para os ouvintes (GESSER, 2012).

Para Gesser (2012), para lecionar, qualquer que seja a disciplina, é fundamental que o professor de um aluno surdo tenha diferentes estratégias para a aula, e também que desenvolva um aprendizado significativo de LIBRAS. Ainda que haja uma intérprete em sala de aula, buscar aprender um conteúdo significativo da língua de sinais é fundamental para estabelecer uma relação com esse estudante e aproximar suas vivências da aula.

Lacerda (2003), enfatiza que assim como há preocupação por parte do professor ouvinte com o aluno surdo, há também a preocupação do professor surdo com o aluno ouvinte. É necessário pensar neste contexto da realidade dos alunos e a forma como a aprendizagem será efetiva. Assim, o professor surdo preocupa-se com a forma correta da datilologia (sinalização do alfabeto, com as mãos), com as expressões faciais e que seus alunos conheçam os sinais básicos para então compreender seus determinados usos e formas de construção de frases, e assim constituir diálogos.

Uma peça fundamental que auxilia o professor surdo neste trajeto de ensinar Libras para um ouvinte é a presença de um intérprete. Sua presença em sala funciona quase como um elo mediador no primeiro momento, possibilita que o diálogo entre professor e aluno seja muito mais construtivo quando este aluno está iniciando seu caminho ao aprender a língua de sinais

Lacerda (2003) também traz uma informação importante: o intérprete nasce do reconhecimento de que as pessoas surdas eram impedidas de exercer seus direitos plenos como cidadãos devido à barreira de comunicação entre elas e as pessoas ouvintes. Mas, foi apenas depois do ano 2000 que as universidades começaram a aceitar a presença de intérpretes em sala de aula, buscando assim, garantir ao surdo o acesso pleno ao ensino superior. Torna-se fundamental a mediação de profissionais especializados com formação acadêmica compatível com modalidade linguística que envolva Professor ou Instrutor de Libras (preferencialmente Surdo); Professor bilíngue fluente; Profissional intérprete de Libras/Língua Portuguesa, ouvinte e Fonoaudiólogo bilíngue. Nesse sentido, faz-se necessária a reflexão sobre bilinguismo e educação. Para Fernandes (2007), a relação

e as práticas escolares, a adequação ao bilinguismo e às possibilidades dos alunos Surdos exige constante reflexão sobre os conteúdos, os objetivos, as metodologias e as formas de avaliação em curso na escola.

Lacerda (2003), destaca que o desafio é uma via de mão dupla: de um lado temos o professor ouvinte e o aluno surdo na busca de estreitar a comunicação entre eles e assim construir uma relação que funciona muito mais na efetividade do aprendizado. E, do outro lado, temos o professor surdo e os alunos ouvintes que buscam aprender sobre a língua de sinais e construir também uma comunicação entre eles que funcione em todo o cenário educativo, é fundamental que políticas inclusivas sejam repensadas e valorizadas. Torna-se imprescindível que o ensino da língua de sinais não se limite ao âmbito escolar ou acadêmico, mas que habite o contexto social como um todo e que se entenda que este processo de aprendizagem é diferenciado requerendo propostas pedagógicas fundamentadas em outra óptica. A condição ideal para o bilinguismo é privilégio para poucas famílias, que o bilinguismo seja implantado nas escolas será necessário uma mudança nas estruturas práticas já cristalizadas numa cultura que tem Língua Portuguesa como referencial.

3.4 BILINGUISMO E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E VERTENTES

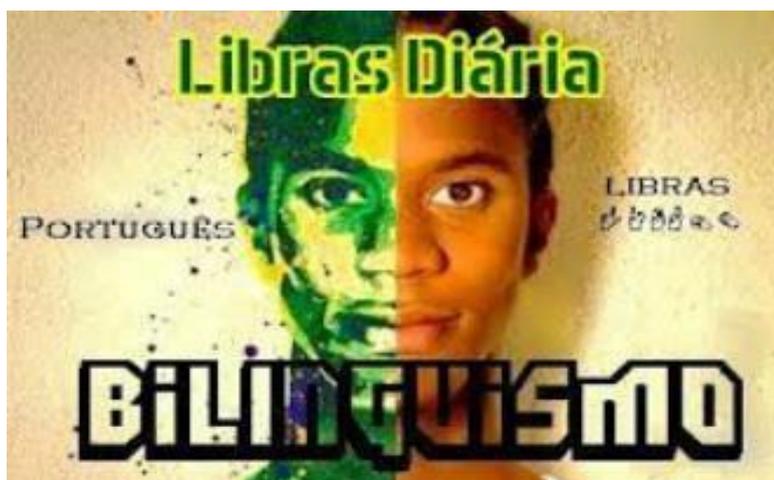
A educação dos surdos é pautada por algumas metodologias. A primeira foi o oralismo, onde a língua de sinais é vista como prejudicial; a segunda tendência, desenvolvida de modo mais amplo a partir de 1980, foi denominada Comunicação Total e seu princípio básico afirma que toda forma de comunicação é válida para que o surdo tenha uma língua. A terceira abordagem, o bilinguismo, nasceu na Suécia e tem o princípio de considerar a língua de sinais como a língua materna do surdo, sendo uma possibilidade e não uma obrigação (HONORA; FRIZANCO, 2009).

Os surdos percebem o mundo de maneira diferente das pessoas ouvintes. A língua de sinais e as experiências visuais são maneiras as quais os surdos conseguem perceber e se comunicar com o mundo. A língua materna é desenvolvida naturalmente no contexto familiar, assim que a criança nasce, se integrando ao ambiente linguístico, de modo que cada criança com audição chega à escola com sua língua materna, pois, sempre esteve em contato com ela em casa e nos ambientes sociais em que ela está inserida e, portanto, a escola utiliza-se dessa linguagem nas

aprendizagens e construção do conhecimento juntamente com a criança.

A educação bilíngue para crianças surdas de acordo com o MEC (2006) envolve a aquisição de duas línguas: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Língua portuguesa na forma oral e escrita. E para a realização deste trabalho, diferentes profissionais são postos para trabalhar em diversos lugares e em momentos distintos. Com esta opção, a primeira língua será a LIBRAS (L1) e a segunda língua será a Língua Portuguesa (L2).

Figura 1 – Libras Diária



Fonte: (COSTA, s.d).

A imagem apresenta o bilinguismo e sua acessibilidade ao surdo, de modo a possibilitar o acesso de aprendizagem das duas línguas para serem inseridas no contexto da escola bilíngue. Quadros (1997) aponta que o bilinguismo tem a proposta “[...] mais adequada, porque considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita”, de modo que apresenta a primeira língua do surdo (L1, a língua natural) como a língua de sinais, e a L2 (segunda língua), a língua escrita do país e o devido respeito aos surdos.

De acordo com Quadros (1997, p. 27) “O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar”, sendo assim, a modalidade de ensino bilíngue é a perspectiva cuja proposta consiste na aquisição da linguagem para os surdos por meio das duas línguas utilizadas no contexto escolar onde o aluno está inserido: no Brasil a Libras – Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua, e o Português, como segunda língua. Nesta proposta sugere-se que a primeira língua (Libras) seja adquirida o mais cedo possível.

Quadros (2006) aborda pesquisas realizadas pelo MEC que mostram que não há problema aprender duas línguas, porém é necessário proporcionar momentos distintos para o ensino de cada língua, sempre de forma contextual para mostrar os objetivos, funções e ambientes específicos, a língua de sinais e a segunda língua devem ser desenvolvidas na escola em horários diferentes. Assim, a autora afirma que a inclusão de alunos com surdez de nível moderado, pode ocorrer, a princípio, naturalmente em creches e pré-escolas regulares, onde o português é a língua de ensino e onde possui suporte nas salas de recursos para aquisição de LIBRAS e o desenvolvimento da língua portuguesa (oral e escrita), desde que assegurado o acompanhamento de um profissional que possa intermediar o ensino pela criança surda.

Considerando a situação linguística, a educação bilíngue para surdos equivale a uma proposta educacional que utiliza a Libras – Língua Brasileira de Sinais – e o Português no ensino e na comunicação dos surdos, sendo desejável que se aprenda a Libras antes da Língua Portuguesa no ambiente familiar, e a Língua Portuguesa em contexto escolar, com metodologias apropriadas (FERNANDES, 2007).

Figura 2 – Que escola é essa?



Fonte: PIMENTA (2016)

A sociedade com espaços restritos às diferenças, torna indispensável que inicialmente contextualize-se a surdez como diferença biológica ou linguística. Sendo assim, a defesa de uma educação bilíngue para os surdos de nada é válida se as

políticas públicas não difundirem e incentivarem a presença da língua de sinais para outros espaços além do ambiente escolar. O convívio com as diferenças é o que pode dismantelar o preconceito envolto (NUNES *et al.* 2015).

Algumas questões são muito importantes no contexto da educação dos surdos como: até que ponto a educação bilíngue pretende e é capaz de ser inclusiva? Até que ponto singularidades de estudantes surdos são respeitadas? Até que ponto há garantia para convívio social e aprendizado efetivo dos estudantes surdos? Não podemos descartar a hipótese de que ela (educação bilíngue) pode estar mascarada de tolerância, objetivando moldar esses sujeitos que fazem parte da minoria.

Para Nunes *et al* (2015, p. 542) “[...] a educação bilíngue pode apontar não para a segregação, mas para o preparo do surdo para o ensino médio, ensino superior e mercado de trabalho, onde o convívio com os ouvintes é imprescindível”, já que o aprendizado efetivo dos surdos não é garantido, não com relação as suas capacidades, mas sim, em metodologia de ensino que não cumpre seu papel de integrar e atender todas as especificidades efetivamente.

Os questionamentos sobre a educação bilíngue para surdos permanecem em discussão:

Qual seria a melhor escola para o surdo? A escola bilíngue para surdos? A escola inclusiva com o convívio entre surdos e ouvintes? Uma escola que mescle as duas possibilidades, com uma sala apenas para surdos? Uma escola bilíngue para surdos apenas durante a educação infantil e o ensino fundamental? O Estado indica atualmente o caminho do bilinguismo, mas a prática demonstra que faltam estrutura e recursos disponíveis (NUNES *et al.* 2015, p. 543).

Nunes *et al* (2015) seguem a indagar acerca das melhores metodologias para o ensino bilíngue, assim como quais as modalidades podem se fazer presente. Por fim, ainda ressalta que, para que haja um aprendizado efetivo e eficaz, um dos principais instrumentos e norteamanto da inclusão é a estrutura das instituições que vão atender essas pessoas.

Conforme Ahlgren (1994), analisando o desenvolvimento das crianças de pais ouvintes e pais surdos, constatou que a Libras proporciona maior interação entre pais e filhos, pois a aquisição da língua de sinais a compreensão visual o material e as atividades didático - pedagógicas como vídeos, jogos, brincadeiras e a literatura visual contribuem para aquisição para o desenvolvimento mais rápido na aquisição da linguagem e da língua facilitando a comunicação entre surdos e ouvintes.

3.5 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO BILÍNGUE

O Brasil avança na busca pela justiça social com a sanção da Lei nº 11.645/08, a qual altera a Lei nº 9.394/96, que por sua vez foi modificada pela Lei nº 10.639/03, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Isto para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica (ALVES; STOLL; ESPINDOLA, 2016, p.16).

O pertencimento das pessoas surdas à sociedade requer muito mais do que a possibilidade de sua presença física nos espaços escolares. Ele está relacionado, fundamentalmente, à desigualdade nas relações sociais existentes e às implicações dessas pessoas nos âmbitos legais, institucionais, sociais e culturais. No campo da discussão sobre a surdez e educação, a desigualdade é marcada pela forma preconceituosa as quais as pessoas ouvintes são reconhecidas como normais e as pessoas surdas como anormais, e, especialmente com um agravante, quando essas são negros/as o preconceito e o racismo se apresentam de forma intensificada aumentando o nível de desigualdades e oportunidades na sociedade.

Torna-se fundamental compreender que a comunidade surda sofre preconceito, que perde o seu direito e cidadania nesse momento histórico diante da ausência de reflexão crítica e postura educacional que venham ao encontro das necessidades educacionais dos estudantes surdos. No geral, o problema é mais grave quando o surdo é negro no que tange as políticas públicas no Brasil voltadas para a comunidade negra, a comunidade Surda luta por direitos na sociedade e na escola bilíngue, respectivamente, antes de mobilizar os surdos, o governo, o Movimento Negro e a Federação Nacional de Educação e Integração dos surdos. Destacamos que organização de estratégias de inclusão social e educacional voltada para o combate ao preconceito aos negros e aos surdos, mas há necessidade de políticas públicas educacionais eficazes, com ações efetivas voltadas para os surdos negros. Sendo assim, “[...] lutar contra o racismo, trabalhar para o fim da desigualdade social e racial, empreender uma possível mudança nas relações étnico-raciais também é tarefa da escola” (ALVES; STOLL; ESPINDOLA, 2016, p. 16). Salientamos a dificuldade de o aluno surdo-negro conviver e interagir na sala de aula em uma

perspectiva inclusiva na escola bilíngue que possa contribuir no processo de ensino-aprendizagem desses estudantes.

Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre as práticas educacionais desenvolvidas no espaço escolar, de forma que busquem trabalhar com as diferenças existentes e com as relações de identificação e diferenciação que ocorrem não apenas em seu interior, mas que se estendem externamente, refletindo diretamente nas práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos em suas relações cotidianas (ALVES; STOLL; ESPÍNDOLA, 2016, p.15).

Costa (2013), denota sobre a impotência do sistema nacional de ensino brasileiro de trazer a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos voltados para as relações étnico-raciais nas escolas brasileiras, pois a lei é importante e concretiza-la é essencial.

O dia 20 de novembro é uma data histórica e importante demarcada em especial no Calendário Escolar e apresenta para aluno surdo – negro e branco na escola bilíngue. O Dia Nacional da Consciência Negra é tido como um dia de luta e resistência pela igualdade de direitos e contra o racismo e preconceito presente na sociedade, sobretudo para a comunidade surda-negra sobre importância desse mês de luta contra o racismo no Movimento Negro. As atividades realizadas são representativas e mostram a contextualização política presente na história do Brasil no que toca a participação de toda população brasileira na história, em especial, dos negros que são a maior parte social. “[...] no que tange aos 10 anos da lei nº 10.639/03 e a implementação de política curricular de educação para as relações étnico-raciais no Brasil” (COSTA, 2013, p. 20).

Costa (2013), explicita que é importante a Lei nº 10.639/2003: dez anos de implementação do currículo de educação das relações étnico-raciais, sendo de suma relevância que essa temática também seja incluída nas escolas bilíngues, onde também temos alunos surdos-negros. Sendo assim, a autora demonstra a relevância do mês de novembro Negro, pois é o momento ideal para discutimos a relevância de uma sociedade igualitária, já que os caminhos reverberam para uma consciência negra. Para tanto, o dia da consciência negra é um importante momento para todos os oprimidos e para todos os brasileiros, em que se reflete sobre todo processo de construção e da afirmação da identidade negra.

A implementação de uma política curricular de educação para as relações étnico-raciais tem a ver com um processo que exige novos aprendizados aos estudantes em diferentes níveis e modalidades, mas, igualmente, também aos professores de modo que o ensinar e o aprender considere, equilibradamente, a importância do índio, do negro e do branco. (COSTA, 2013, p. 26).

Costa (2013, p. 29) ainda afirma que “[...] a formação docente, sob a perspectiva da educação para as relações étnico-raciais, propiciará o rompimento com práticas educativas cerceadas pelas limitações impostas pela falta de conhecimento sobre a matéria”.

Destacamos a relevância da formação continuada de professores para que possam atender a todos os alunos, abarcando os alunos que possuem deficiência incluindo-os em todas as disciplinas e dessa forma abordem as relações étnico-raciais. Assim, é importante que estas temáticas constem nos objetivos e na ementa da formação de professores e interpretes de Libras a fim de que auxiliem a expandir seus conhecimentos com prática no processo de formação de identidades negros surdos. Ainda é fundamental conhecer e valorizar a cultura negra e reconhecer as barreiras impostas pelo racismo na sociedade e na escola bilingue.

De acordo com Alves; Machado (2018), percebe-se que nas escolas ainda existem diferentes formas de discriminação com alunos surdos-negros percebidos através de sinais presnetes em diálogos que geram risos e mímicas. Assim, preconceito e o racismo ainda perduram até hoje, sobretudo no ambiente escolar, desvalorizando a cultura afro-brasileira e também a cultura surda. A educação escolar tem como objetivo básico contribuir para eliminação das desigualdades sociais, raciais e discriminatória, no sentido de fornecer acesso ao conhecimento científico, ações, projetos e práticas curriculares.

O racismo, de tanto ser cultivado, virou cultura. Desatualizá-lo exige um estudo sistemático do tema; exige criar metodologias e práticas que estimulem o diálogo, a compreensão, o respeito e a aceitação para com o próximo. Fazer isso é mais do que simplesmente querer, é unir forças para nadar contra séculos de preconceito (ALVES; STOLL; ESPÍNDOLA, 2016,p. 20).

Munanga (2005), ressalta que é preciso mudar atitudes, superar e remover preconceitos e racismo por causa de não conhecimento, fomentar o respeito mútuo na sociedade, quebrar barreiras morais e epistemológicas para a participação cidadã e reconhecimento, além de acesso a trabalho, comunicação, escrita, fatores que são

imprescindíveis para a formação das relações étnico-raciais.

Somos conscientes de que toda luta no Brasil por uma educação que respeite e reconheça a diversidade étnico-racial nas escolas, representa a afirmação de nosso país como uma república. Porém, é preciso estar alerta para a ideia de que “todos são iguais” não seja incorporada na educação como uma orientação que desrespeite as diferenças (ALVES; STOLL; ESPÍNDOLA, 2016, p 26).

Quando alunos surdos usam sua língua natural em Libras, adaptam o receptor a fazer entender por meio dos gestos, mímica e escrita, estão forçando os estudantes à linguagem comunicativa com os estudantes ouvintes. No entanto, sentimos o preconceito de forma camuflada da comunidade ouvinte que não percebe que professores e intérpretes são interlocutores e, com isso, acabam agindo de forma preconceituosa, o que limita o desenvolvimento dos alunos que se sentem desfavorecidos, pois acentuam a discriminação por ser surdo e ainda mais se houver diferenças de cor da pele. Desta forma, percebemos que ocorrem atitudes segregatórias no âmbito escolar, porque a maioria dos estudantes ouvintes realiza a interação de forma exclusivamente oral e os estudantes surdos têm limitação auditiva, o que não permite perceber com exatidão as manifestações de preconceito sofridas por esses estudantes no contexto escolar e que muitas vezes passam despercebidos pelos professores. Sendo assim, faltam políticas de formação continuada de professores que abarquem atividades didáticas e pedagógicas que enfatizem as diferenças físicas, étnicas, culturais, sociais e outras dos estudantes.

Destacamos que a educação para relações étnico-raciais é compromisso essencial para o bem comum e direito legal, preconizado nas Leis, Resoluções, Pareceres e Diretrizes que tratam dessa temática. Conhecer a Legislação é importante, concretizá-la é necessário, pois o racismo constitui uma relação social que se estrutura política e economicamente. (BRASIL, 1996; 2003; 2004; 2008). Para Almeida (2005), a análise do fenômeno racial abre caminhos para que o marxismo cumpra sua tendência de tornar inteligíveis as relações sociais históricas em suas determinações sociais mais concretas. Para Costa (2013, p. 21):

A educação proposta para o Brasil pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) implica o rompimento com essa perspectiva de via de mão única à medida que propõe recomposição curricular que, concomitantemente, possibilite: 1) reconfiguração do entendimento e do imaginário social

sobre o povo brasileiro; e 2) compreensões sobre quão importantes foram e são os negros (africanos que, embora tenham sido trazidos para o Brasil contra sua vontade e aqui feitos escravos por séculos, bem como seus descendentes brasileiros) na construção e contínua reconfiguração da nação brasileira em todas as dimensões materiais e imateriais.

A desigualdade entre brancos e negros nos espaços educacionais converge sobre a menor presença de negros nas escolas, média de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo superior (ZAMORRA, 2012).

Acrescentamos que atualmente, os atos racistas e discriminatórios contra negros, pardos, indígenas, LGBTQIA+, refugiados, representam uma crescente problemática no âmbito educacional e na sociedade como um todo. Deste modo, afirmamos a importânciada formação continuada de professores para relações étnico-raciais como forma de luta e resistência contra racismo e preconceito.

Portanto, na educação é importante experimentar, sentir, criar e recriar mundos, é uma oportunidade de trocar experiência e aprender com as situações do cotidiano. No ensino de língua e linguagem buscamos autores como Chomsky (1995); Botelho (2005); Lyons (1987), Goldfeld (1997), para compreender como os professores podem ensinar para melhor compreender e a influencia para os alunos surdos sobre linguagem e língua, usando recursos didáticos no ensino da Libras como primeira língua e reorganização no foco. Isto com a finalidade de que o todos os alunos consigam conhecer o significado da língua e da linguagem usada nas práticas pedagógicas contempladas pela educação para relações étnico-raciais, só assim os estudantes surdos terão a inclusão praticada igualmente como aluno surdo branco e negro, juntos na escola bilíngue.

Chomsky (1971) considera que independentemente da língua, a linguagem é algo comum entre os seres humanos, então, a aquisição da linguagem é processo natural em que os seres humanos precisam para se comunicar.

Piaget estuda a aquisição da linguagem com o enfoque cognitivista, “investigando o que há de comum e de universal no desenvolvimento” (PENHA, 2018, p. 13). Piaget acredita que primeiro o organismo precisa estar estruturado para posteriormente se desenvolver. Piaget, em 1990, afirmou que o ideal inicial da educação é Aprender a Aprender, pois desencadeia todas as outras ações

educacionais (apud PIETZAK, 2019, p. 18).

Para Penha (2018), Piaget e Vygotsky defende que “[...] é o próprio processo de aprender que gera e promove o desenvolvimento das estruturas mentais superiores” (PENHA, 2018, p. 14). Vygotsky sinaliza que aprender geralmente, desenvolve como estudar a origem e os processos sociais humanos. Penha (2018, p. 16) explica que:

[...] o desenvolvimento histórico acontece do social para o individual, podemos dizer assim que a aquisição da língua de sinais se estende do social para o individual, sendo algo natural e que é fomentado no meio social, assim como ocorre com as línguas orais.

Penha (2018) afirma que Vygotsky enfatiza que o papel fundamental do ambiente na produção e na estrutura da linguagem contextualiza-se no social e afeta significativamente a interpretação e associação, bem como assimilação de regras gramaticais. Desse modo, relembramos conceitos como L1 e L2, língua e linguagem, aquisição de linguagem, o processo de aquisição de linguagem e seus estágios, analisa as teorias sobre aquisição de linguagem, trouxe-nos grande contribuição sobre linguagem e o pensamento humano.

Quando o pensamento e a linguagem do indivíduo são fortemente combinados, o processo criativo no ambiente social confere ao ser humano a capacidade de resolver problemas práticos com uso de meios e instrumentos para atingir seus objetivos. Por outro lado, a linguagem é representação simbólica do pensamento e constituída como importante ferramenta da rede social que permite aos indivíduos sejam surdos ou ouvintes, de interagir, trocar e compartilhar suas experiências e conhecimento, complementos para a potencial atitude das relações e desenvolvimento de habilidades.

De acordo com Vygotsky (2005), a linguagem desenvolve o pensamento, a formação, o caráter individual, ou seja, começa com a interação e mediação da criança no ambiente e as pessoas que são responsáveis em mediar para relações entre os parceiros sociais a atividade cerebral, na busca da integração do indivíduo na sociedade.

Goldfeld (1997) afirma que é importante e que a linguagem envolve significação

como semiótico e constitui o pensamento do sujeito, que também abarca a identidade e de como ela é construída.

Lyons (1987) considera que a linguagem é o sistema de comunicação natural ou artificial, e tem vários sistemas para perceber sentimentos, ideias, expressões, gestos, signos, significante e significado, símbolos e códigos.

A comunicação incluindo a própria língua também têm vários estudos que utilizam o termo “linguagem” num sentido mais restrito. Chomsky (1986; 1995) mostra a primeira língua - L1- e afirma a necessidade de os alunos surdos aprenderem sobre o que é L1 e qual a diferença entre língua e linguagem. O autor aborda também conceitos sobre outros assuntos como linguagem visual, língua, expressão facial e corporal, cultura surda e identidade surda, temas importantes para entender e referenciar o ensino de LIBRAS como primeira língua da comunidade surda.

Conhecer o desenvolvimento da linguagem é o ponto de partida para qualquer profissional atuante na educação para aquisição da linguagem. Quadros(1997, p. 67) afirma que “os estudos sobre aquisição da linguagem – AL – estão diretamente relacionados com as diferentes abordagens sobre a aquisição” vamos aqui conceituar Língua Brasileira de Sinais como primeira língua é L1 e segunda língua portuguesa como segunda língua L2, no caso surdo brasileiro, a L1, sua primeira língua, é a Libras – Língua Brasileira de Sinais – e a L2, segunda língua, é a língua portuguesa na modalidade escrita.

Apesar de aparentar ser simples, estes conceitos ainda são muito confundidos, porque geralmente não se conhecem os aspectos e o conceito de língua e linguagem como fundamentos basilares e não são entendidos de forma clara, assim precisamos exercitar na prática didático-pedagógica.

3.6 BASES LEGAIS QUE PERMEIAM A LIBRAS E SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA PEDAGÓGICA VIGENTE

Ressaltamos que a Língua Brasileira de Sinais – Libras é uma língua que requer processo de aprendizagem semelhante a todos os outros, mas que possui complexidade e expressividade diferente de outras línguas. No Brasil, a Lei nº10.436,

de abril de 2002, traz em seu artigo primeiro o reconhecimento legal de comunicação e expressão a Libras e outros recursos de expressão a ela associados. E o parágrafo único explica a Língua Brasileira de Sinais - Libras é a forma de comunicação e expressão, sendo que, o sistema linguístico é natureza visual- motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. O Artigo segundo trata que:

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. E o Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva. (BRASIL 2002).

De acordo SKLIAR (1999, p. 33), é imperativo compreender que as representações de raça, classe e gênero como decorrência “[...] das lutas sociais sobre signos e significações, e não como uma espécie de lógica natural que subjaz ao pensamento”. Ressaltamos que a legislação garante o direito dessas pessoas de participarem plenamente a sua cidadania.

Nesse sentido, destacamos o artigo quarto que trata do sistema educacional:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa. (BRASIL 2002).

A legislação traz a obrigatoriedade das instituições de ensino garantir às pessoas com deficiência auditiva o direito de aprender Libras como sua primeira língua, é importante entender que a legislação garante esta institucionalização, até mesmo por não substituir o ensino da língua portuguesa na forma escrita, o que significa lidar com a Libras como primeira língua dos surdos, ou seja, sua língua natural e o português denomina-se a segunda língua dos surdos.

Conforme Quadros (1997), a leitura e a escrita devem ser acessíveis a todos porque é como um indivíduo pode expressar muitas situações, sentimentos e outras coisas importantes para a comunicação e relacionamento com mundo, que pode

promover uma variedade de oportunidades de aprendizagem e socialização entre as pessoas.

A Língua Brasileira de Sinais constitui uma língua em virtude de possuir os níveis linguísticos como as línguas orais. Estes possibilitam seus usuários a expressão de todas as formas de ideias, complexas ou abstratas, bem como discussão de quaisquer assuntos referentes às mais variadas áreas do conhecimento humano (FELIPE, 1988). É importante lembrar que a língua de sinais não é universal assim como as línguas orais. A língua de sinais é regional, assim como a língua portuguesa, tendo assim variações de acordo com a região do país. Por não se caracterizar como universal, cada país tem o seu próprio sistema, como por exemplo: Língua de Sinais Americana (ASL), Língua de Sinais Francesa (LSF), Língua de Sinais Espanhola (LSE), Língua de Sinais Italiana (LIS), dentre outras.

A Libras é uma língua de modalidade espaço-visual ou gestual-visual, segundo Quadros (2006) que utiliza-se de canal visual e o espaço e não canal oral-auditivo como nas línguas orais. Ferreira Brito (1998) em seus estudos apresenta diferença entre as modalidades oral-auditiva e espaço-visual ratificando que as línguas de sinais se articulam espacialmente e são percebidas visualmente. Assim, é importante entender como a língua e a sua estrutura gramatical estão organizada a partir de alguns parâmetros, ou seja, a língua de sinais se constituem em diferentes níveis linguísticos. Estes são cinco: Configuração das mãos; Ponto de articulação; Movimento; Orientação ou Direcionalidade e Expressão facial e Corporal. Os sinais são criados pelos usuários da língua e na sequência divulgados para a comunidade. É importante ressaltar que se um sinal for realizado correto quanto à configuração de mão, movimento, orientação e expressão, mas um ponto de articulação errado, ou melhor, equivocado, pode significar algo completamente diferente, mudando a ideia que se quer passar ou ainda deixando a pessoa sem entender nada.

3.7 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Neste tópico, se apresenta a análise de obras relevantes de dois autores estudiosos sobre a educação bilíngue no contexto da educação de surdos. Sendo o primeiro intitulado “Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05”, o qual apresenta o

significado de educação bilíngue perante dois documentos. O decreto nº 5.626/05 conta com apoio de vários integrantes da comunidade surda brasileira e de pesquisadores da educação de surdos, o conceito de educação bilíngue é trabalhado de forma muito mais inclusiva, pois ele entende que inclusão está nos muros da escola. Já no documento da Política Nacional de Educação Especial (PNEE), existe consenso de que a educação dos surdos se resume ao processo de escolarização, este composto por duas línguas, Libras e português e que ainda acaba priorizando a utilização do português como língua majoritária durante o desenvolvimento educacional. O segundo artigo intitulado “Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?”, segue o mesmo contexto, enfatizando a importância de levar inclusão para todas as esferas sociais, não ficando restrita ao ambiente escolar.

A educação histórica dos surdos inicia na oralização ortodoxa onde qualquer gesto ou sinal era proibido até o reconhecimento em 2005. No Brasil, a Libras como 1ª língua dos surdos e a Língua Portuguesa na modalidade escrita a segunda língua. Ao longo dessa caminhada árdua e penosa, propostas pedagógicas sempre revelaram interesse em fazer o surdo aparentar ser um ouvinte (NUNES et al. 2015). A seguir abordaremos alguns documentos que objetivaram a inclusão dos surdos no processo de escolarização regular.

A inclusão no ambiente escolar é uma das metas da Política Nacional de Educação, com vista à Política Nacional de Educação Especial (PNEE), a qual defende a matrícula de todos os alunos no ensino regular, independentemente de suas diferenças, sendo os surdos um dos públicos a serem incluídos.

A PNEE considera como conduta adequada que o processo educacional seja igualitário. Contudo, para que essa ação seja efetiva, é necessário que tenha uma reorganização no sistema de ensino, entre elas a metodologia, de modo a atender todas as especificidades e diferenças dos estudantes, caso contrário, a pretendida inclusão torna-se uma exclusão (LODI, 2013).

A educação dos surdos tem aberto vários embates nos dias atuais, grande parte dos quais se deve a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto nº 5.626/05. O Decreto qual abarca a inclusão de Libras como disciplina curricular; a formação de professor de Libras e instrutor de Libras; a difusão da Libras e da língua portuguesa para acesso das pessoas surdas à educação; a formação do tradutor e intérprete de libras - língua portuguesa; a

garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; a garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; e o papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da libras (BRASIL, 2005). Do mesmo modo atribui diferentes conceitos para a educação bilíngue para surdos e sua inclusão, os movimentos sociais que impulsionaram a aprovação dos documentos brasileiros supracitados ocorreram em 1990 (LODI, 2013).

Salientamos que este decreto foi publicado após o reconhecimento legal da Libras como meio de comunicação e expressão das comunidades surda. Já a Política Nacional de Educação Especial partiu de uma perspectiva humanística, onde se reconhece as diferenças e anseia pela inclusão dessas. O PNEE entende que a educação especial deve caminhar junto ao ensino regular e não isolada deste, isso contraria os princípios educacionais presentes na história da educação especial, em que a opção mais cômoda era levada em conta, currículos reduzidos e facilitadores onde a educação dos surdos era colocada a parte (LODI, 2013).

Os processos educacionais específicos para surdos são abordados pelo decreto nº 5.626/2005, e este defende a necessidade da educação bilíngue para surdos, pois, através desses, surdos (com suas múltiplas identidades) terão contato com ouvintes (também com múltiplas identidades) e vice-versa, promovendo a inclusão. Já a Política Nacional de Educação Especial tem como pretensão traçar diretrizes que consigam atender à diversidade de estudantes brasileiros (LODI, 2013). O Decreto explicita que a educação bilíngue deve ser prioridade na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, portanto, faz-se necessário a presença de professores bilíngues nesses espaços escolares. Os processos de interação que ocorrem por meio da linguagem devem ser realizados, utilizando Libras como língua principal. A escrita em português também se faz necessária, já que o material pedagógico impresso, como: livros e revistas entre outros, são escritos em português. Dessa forma, a Libras assume o posto de primeira língua na educação de surdos, e o português é compreendido e trabalhado como segunda língua.

Quando os estudantes receberem a base escolar sólida, eles estão aptos a cursar o Ensino Médio e outros níveis de escolaridade. Durante essa etapa é possível ter educação bilíngue desenvolvida por professores de diversas áreas do conhecimento. A presença de intérpretes e tradutores de Libras é fundamental para

a construção da educação inclusiva para os surdos. Mesmo que o decreto defenda a educação de escolas bilíngues, ele destaca também que pode ser realizada nas escolas da rede básica de ensino, uma vez que elas estejam preparadas para receber esse aluno e estejam aptas a compreender as especificidades linguísticas dos estudantes. Conforme Skliar (1999, p. 33), a educação bilíngue para surdos deve enfatizar o papel que exercem “[...] a língua e as representações na construção de significados e de identidades surdas. A língua, neste contexto, não é um reflexo da realidade ou um instrumento de comunicação, mas aquilo que produz essa realidade”.

O decreto mostra que a educação bilíngue também é reconhecida no documento da Política Nacional de Educação Especial, porém, neste documento não fica claro que a Libras deve ser majoritariamente utilizada como única língua de interlocução nos anos iniciais de escolarização. Sabemos que não é possível utilizar as duas línguas nesse processo, mas o decreto acaba difundindo o discurso de que a língua portuguesa poderia ser apropriada como primeira língua do surdo. Esse documento não considera que durante os anos iniciais de escolarização, a criança está tendo seus primeiros contatos com a linguagem, e nesse período é essencial que ela se aproprie da Libras como sua primeira língua.

O documento do PNEE ainda incentiva o ensino bilíngue mediado apenas por intérpretes e tradutores, desprezando a relação entre professor-aluno:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (LODI, 2013).

Desmerecer a importância da relação professor-aluno acaba criando afastamento, no sentido de inclusão, fazendo com que o aluno não participe ativamente dos processos de construção do conhecimento. O documento não deixa claro em muitos aspectos relacionados à educação bilíngue, e não estabelece como o ensino e aprendizagem da Libras deve ocorrer, o que abre portas para o entendimento que ela seria apenas mais uma ferramenta da educação de surdos e não como língua principal e fundamental para uma base educacional sólida. É perceptível que os dois documentos, o Decreto nº 5.626/05 e a Política Nacional de Educação Especial, são muito distintos e possuem atribuições diferentes para o

conceito de inclusão. Enquanto o primeiro reconhece a Libras como língua principal e fundamental para participação de surdos em todos os meios educacionais etambém socioculturais, o segundo desconsidera esse fato.

No caso do decreto, o conceito de inclusão é discutido várias vezes durante o texto, que discorre sobre a importância de garantir espaços educacionais bilíngues para os alunos surdos. O texto também caracteriza esses espaços como abertos para surdos e ouvintes, dando entender que os direitos a escolarização de surdos e ouvintes devem ser os mesmos, o que oportuniza igualdade dentro do âmbito escolar onde ambos têm as mesmas condições de aprendizado. O documento ainda se propõe a deixar claro que a única diferença entre a escolarização de surdos e ouvintes é a língua de instrução.

O texto do decreto abre possibilidade para proposição e formas alternativas de educação de alunos surdos que não são aquelas restritas as salas de aulas regulares, desde que respeitados os princípios da educação bilíngue e ouvidas reivindicações das comunidades surdas brasileiras que clamam para a necessidade dos espaços de escolarização que tenham Libras como língua de instrução e a língua portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua (LODI, 2013).

O documento consegue transformar a educação escolar inclusiva também em educação social inclusiva, fazendo com que a sala de aula não seja o único local que dá direitos aos surdos, que cria oportunidades e que está preparado para atender às demandas da comunidade surda. O decreto enxerga que a sociedade deve ser inclusiva em todos os seus âmbitos.

O mesmo decreto que também prevê a formação de professores bilíngues e instrutores surdos de Libras também trata da formação do tradutor e intérprete de Libras/língua portuguesa e o direito ao acesso à informação em Libras e educação bilíngue que não poderia se limitar ao ensino de Libras apenas para o ensino de graduação, mas a todas as áreas, como saúde, segurança, comercial, empresarial, social, cultural, econômica e outras, tendo assim mais acessibilidade da comunidade surda em todos os aspectos.

Para Skliar (1999), a educação bilíngue para os surdos assume duas dimensões políticas, de um lado a política é pensada no viés da construção histórica das ações discursivas e não discursiva, sendo construídos através de uma

preocupação socioantropológica que percebemos como entidade cultural, de outro temos a política nas relações de poder decorrentes desse processo. Sendo assim, é necessário reconhecer a língua de sinais, os personagens como um símbolo de identidade, o que “[...] permite reinterpretar suas tradições comunitárias como construções históricas, culturais, linguísticas e não simplesmente como um efeito de supostos mecanismos de compensação biológicos e/ou cognitivos” (SKLIAR, 1999, p. 24)

O principal documento que defende a integração educacional é a Declaração de Salamanca, que foi elaborada na Conferência Mundial sobre Educação Especial na cidade de Salamanca, na Espanha, em 1994, com objetivo de incluir todas as crianças com deficiência ou dificuldades, quaisquer que sejam suas necessidades e deficiências, para que possam ser ensinados para obter ensino como os demais. Este documento é o resultado da luta global pela educação inclusiva, o qual é creditado por vários movimentos de direitos humanos e utilizado por apoiadores e defensores de sua aplicação.

Desde a celebração da conferência da UNESCO, em 1951, é axiomático que, ao se mencionar o caráter bilíngue de um projeto educativo, seja reconhecido o direito que tem as crianças que usam uma língua diferente da língua majoritária, de serem educadas na sua língua (SKLIAR, 2016, p.10).

A Declaração de Salamanca (1994), afirma claramente que a rede de ensino deve educar o aluno utilizando a pedagogia da diversidade, pois todos os alunos devem estar na escola regular, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística. A educação bilíngue como política educacional para Surdos, onde a Língua de sinais é adquirida como primeira língua e a Língua Portuguesa a segunda, o surdo tem direito à educação adequada as suas necessidades, ou seja, a educação bilíngue oferece uma contribuição significativa, a aquisição da Libras como língua materna, terá acesso a conceitos que irão nortear pensar, ver o mundo e servir como língua mediadora para aprendizagem do português como segunda língua. Por outro lado, o português permitirá alunos surdos um maior acesso à comunicação, fortalecerá suas estruturas linguísticas e promoverá a integração na cultura da escuta.

Para tanto, “[...] a proposta da educação bilíngue para surdos pode ser definida como uma oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas características da educação e da escolarização dos surdos nas últimas décadas e como um

reconhecimento político da surdez como diferença”. (SKILIAR, 1998, p. 1).

No entanto, apenas o reconhecimento acima exposto não é suficiente para reduzir o problema. É necessário realizar um processo educacional baseado em políticas que garantam que os alunos surdos obtenham condições de igualdade com os alunos ouvintes. Tendo em vista que tais políticas podem ser traduzidas como práticas colonialistas ou, melhor ainda, como práticas “ouvintistas” (Skliar, 1999).

Os profissionais e pessoas envolvidas na educação especial devem estar sempre atualizados no que tange ao aprendizado, de modo a promover que todos respeitem seus direitos.

Os currículos devem adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa. As escolas, portanto, terão de oferecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos. As crianças devem receber apoio pedagógico suplementar no currículo regular e não um diferenciado (UNESCO, 1994, p. 22).

O professor deve possuir formação profissional compatível com a do aluno atendido, de modo a possibilitar seu aprendizado, assim como a escola deve disponibilizar um profissional fluente na Língua Brasileira de Sinais para facilitar ao educador no ensino de suas aulas e/ou mesmo utilizar recursos didáticos adaptados para pessoas com deficiência. Isto hoje já é oferecido por órgãos públicos, tornando a sala de aula um ambiente inclusivo com todos os tipos de alunos, de forma que a escola busque soluções criativas para o ensino e aprendizagem satisfatório na escola e na vida social dos envolvidos. Para que ocorra a inclusão escolar desses alunos, é necessário investir na formação de professores universitários, a começar pelo fato de que não só os surdos aprendam português, mas os ouvintes possuam e tenham condições e motivação para aprender Libras.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprendam juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. Estas escolas devem receber e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos. (UNESCO, 1994, p. 11).

Aprender a língua portuguesa também é extremamente necessário para que o surdo obtenha o conhecimento da leitura e escrita, possibilitando a elucidação nos seus estudos, leituras de textos e compreensão do mundo, sendo capaz de conectar

a escrita ao signo visual, tendo pleno entendimento de ambas as línguas. Assim, idealizamos as instituições de ensino regular que educam surdos com a língua de sinais e a língua portuguesa, utilizando também recursos visuais, desenvolvendo memória visual e o hábito da leitura e da escrita. Formando junto com os ouvintes suas personalidades de cidadãos. O apoio dos professores é muito importante para estimular a aprendizagem dessas crianças. Sem esquecer o intérprete, que facilita a comunicação entre surdos e ouvintes.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização esta pesquisa de cunho experimental, foi selecionada uma escola bilíngue – descrita na seção 2.3 deste trabalho – e incluídos todos os professores da escola. O Projeto Político – Pedagógico da instituição foi examinado em busca de diretrizes do educandário quanto ao ensino bilíngue e também à abordagem dos conteúdos sobre relações étnico-raciais em atividades curriculares.

Os profissionais responderam a questionários diagnósticos acerca dos temas linguística, relações étnico-raciais no contexto escolar e a legislação que tangem as Libras.

Após esta etapa, foram elaborados e ministrados sete encontros presenciais com os professores da escola para exposições e discussões destas temáticas, tendo o cunho de educação continuada. Os encontros ocorreram semanalmente, conforme cronograma exposto a seguir:

Quadro 2 – Cronograma da intervenção.

AULA	DATA	TEMAS
1 encontro – 2h	19/08/22	Roda Conversa com os professores da escola, foram enumeradas quais atividades sobre as relações étnico-raciais foram desenvolvidas ao longo dos anos e solicitar que os próprios alunos negros da escola (que inclusive são vários) sinalizem o que fizeram e apresentam imagens, videos e outros materiais produzidos.
2 encontros – 2h	26/08/22	LIBRAS como a língua natural do surdo e, por isso, sua língua materna como L1 é a primeira Língua na escola bilíngue e a legislação das relações étnico-raciais.

1 encontros – 2h	02/09/22	Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.9 de dez. de 2019.
2 encontros – 2h	09/09/22	Teoria dos autores: Chomsky (1995); Botelho (2005); Lyons (1987), Goldfeld (1997). O que é Língua e Linguagem. História visual de Libras, para marcar qual é a resposta correta.
3 encontros – 2h	23/09/22	Revisão de Perguntas na história visual mostra a língua entre L1 e L2 no surdo e ouvinte para explicar qual diferença da Língua também desafio das perguntas.
4 encontro – 2h	30/09/22	Inclusão dos alunos surdos negros e brancos todos os espaços da sociedade direitos e deveres na escola bilíngue.
5 encontro – 2h Video para surdo e para ouvintes	07/10/22	Compreensão da diversidade cultural e da Libras no mundo contemporâneo, a partir da vivência, sobretudo, da educação das relações étnico-raciais no cotidiano. Aliado a isso poderá entrevistar alunos surdos não negros a fim de compreender as suas percepções sobre os colegas negros, a partir das atividades que desenvolvem na escola.

4.1 DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES

1º ENCONTRO: ATIVIDADE NA ESCOLA DE RIO GRANDE.

Foi realizada roda conversa com os professores da escola, e solicitado que enumerassem quais atividades sobre as relações étnico-raciais foram desenvolvidas ao longo dos anos e solicitado que os próprios alunos negros da escola sinalizassem o que fizeram e apresentassem imagens, vídeos e outros materiais produzidos. A roda aconteceu na sala dos professores da escola, durante o turno da manhã, com duração de duas horas. Para esta atividade, foi utilizado um vídeo sinalizado e narrado em português, como motivação para as discussões. O vídeo está disponível no link https://www.youtube.com/watch?v=L_Yglhvd0Ho.

Figura 3 – Imagem do vídeo apresentado



Em suma, o conteúdo do vídeo trata de apresentar apanhado histórico das leis que regem a educação inclusiva considerando a Lei de Libras e a característica plural das escolas. Também apresenta aspectos da cultura africana que são cultivados e vivenciados no Brasil, como manifestações culturais, gastronômicas, religiosas e de vocabulário usual. O jovem negro faz menção a Zumbi dos Palmares, que foi martirizado pela luta contra a sujeição e sofrimento dos negros e que se tornou símbolo do mesmo ideal. Ele segue afirmando que, sendo negro surdo, percebe a escola como lugar de respeito, de valorização do amor e de reconhecimento dos pares negros, surdos e com valores e capacidades iguais.

2º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

Foi ministrada aula expositiva de Libras, apresentando-a como a língua natural do surdo e, por isso, sua língua materna, (L1) e também a primeira Língua na escola bilíngue, e a legislação das relações étnico-raciais. Novamente foi apresentado o mesmo vídeo do primeiro encontro e apresentação de slides com o conteúdo do encontro atual (Apêndice A). Logo após, foram realizadas quatro questões – projetadas na apresentação de slides – a serem respondidas por escrito (Apêndice B).

3º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

Foi realizada aula expositiva em Libras (com intérprete) sobre as determinações da Lei 10.639/03 e sobre relações étnico-raciais e educação bilíngue (Apêndice B). Após, foi realizado questionamento, a ser respondido por escrito.

4º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

Foi realizada aula expositiva em Libras (com tradução) sobre os conceitos de Língua, de Linguística e de Linguagem, baseados nas teoria dos autores Chomsky (1995), Botelho (2005), Lyons (1987) e Goldfeld (1997). A seguir, foi aplicado questionário de múltipla escolha sobre o conteúdo apresentado (Apêndice C).

5º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

Foi realizada revisão das perguntas aplicadas no encontro anterior, sobre a História Visual da Libras e sua relação com o papel de L1 ou L2 entre surdos e ouvintes. Foi solicitado que os professores relatassem a diferença entre as línguas e os desafios que identificavam sobre o tema.

6º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

Foi realizada aula expositiva em Libras (com tradução) sobre inclusão dos alunos surdos negros e brancos, em todos os espaços da sociedade, seus direitos e deveres na escola bilíngue.

7º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

Foi reapresentado o vídeo que fez parte dos dois primeiros encontros, a fim de identificar se os professores tinham entendimento diferente desta vez, com questionamento sobre a compreensão da diversidade cultural e da Libras no mundo contemporâneo, a partir da vivência, sobretudo, da educação das relações étnico-raciais no cotidiano. Também foi aplicado o questionário impresso ao final dos encontros com professores, sobre suas percepções sobre a formação oportunizada. Perguntas e respostas na íntegra encontram-se no Apêndice C.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

5.1 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO

A partir da análise das leis e dos conteúdos abordados sobre ensino bilíngue, percebe-se que temas como didática, linguística, aspectos culturais, atividades práticas, trocas de experiências, entre outras, já são frequentes no embasamento dos planejamentos pedagógicos das escolas. Na busca de fundamentação teórica desta pesquisa, notei a falta adequação dos currículos escolares quanto à Lei 10.639/2003.

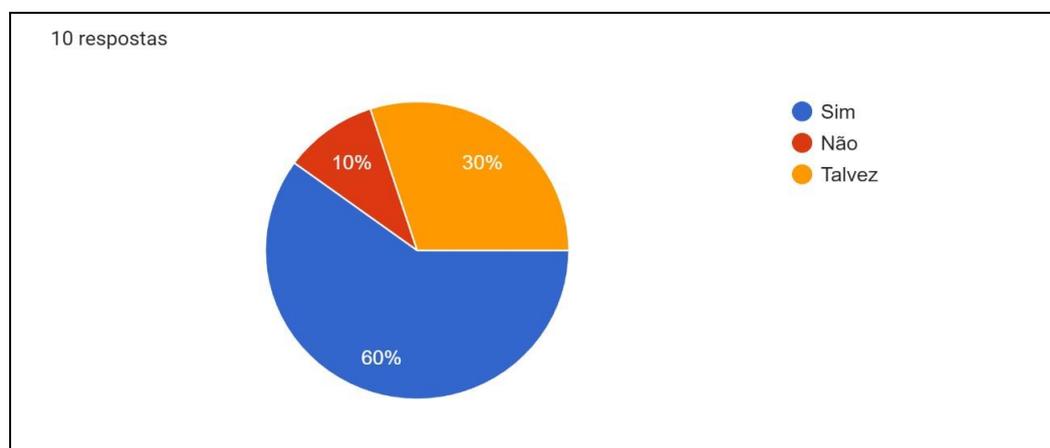
Assim, para que o exercício da legislação vigente seja real, torna-se imprescindível a capacitação dos professores quanto aos conceitos e demais aspectos abrangidos pela lei e seu contexto. Para além da obediência à lei, a efetiva realização de ensino baseado na igualdade, inclusão e combate a preconceitos, com valorização das diversas culturas, possibilita que a escola seja reconhecida como local de fortalecimento cultural e social.

5.2 DIAGNÓSTICO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Nesta parte, para compreender e aprofundar nosso estudo, organizamos um diagnóstico através de formulário *Google Forms* realizado no mês de outubro do ano de 2021, para entendermos como conceitos que pretendemos trabalhar nesse projeto de intervenção com a formação continuada de professores e relações étnico- raciais podem contribuir na práxis dos professores e quais atividades didática- pedagógicas são relevantes para o trabalho docente em escola bilíngue.

Diante disso, organizamos as seguintes perguntas, alguns gráficos e uma breve análise dos resultados.

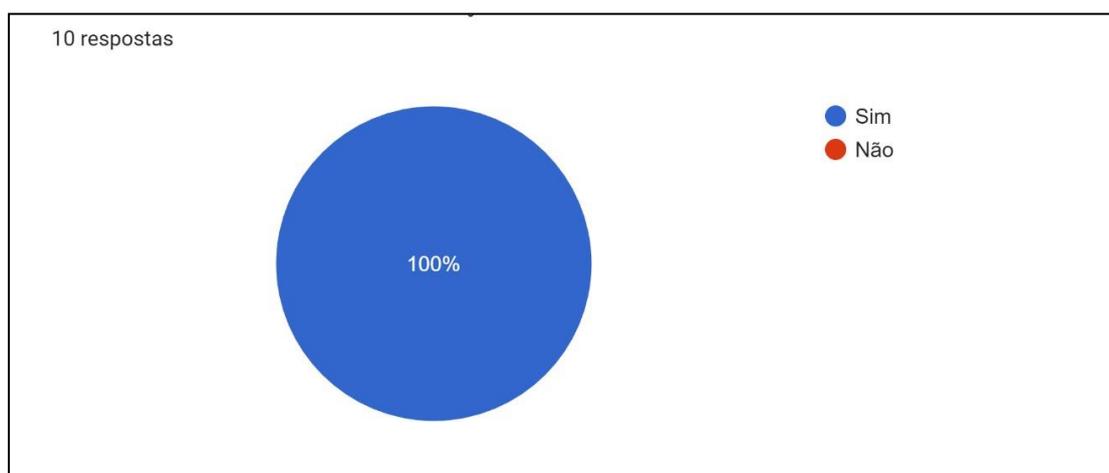
Figura 4 – Pergunta norteadora: “As formações continuadas têm ajudado o professor a trabalhar com a diversidade étnica cultural existente na escola?”



Fonte: Autora (2021).

Esses dados demonstram que 60% as formações continuadas contribuem com informações e conhecimento para trabalhar diversidade étnica cultural na escola. No entanto, também nos faz refletir como essas formações estão sendo realizadas, que temáticas estão sendo desenvolvidas e quais as necessidades dos professores relacionadas a outros temas e áreas do conhecimento, já que 40% dos professores relatam que essas formações são ineficientes para o trabalho docente.

Figura 5 – Pergunta norteadora: “Você conhece a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana/afro-brasileira na educação básica?”

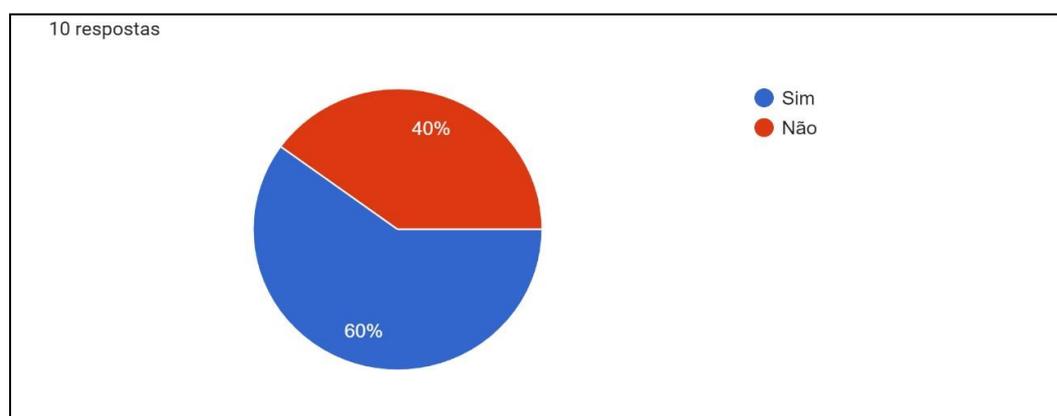


Fonte: Autora 2021.

De acordo com as informações constatamos que todos os professores conhecem a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de educação básica. Esse dado é importante, porque urge mostrar que a história oficial da trajetória do Brasil negou aos africanos

a condição de sujeitos históricos, pois no meio acadêmico adotou uma ideologia que os negros eram uma raça inferior, motivo pela qual, a verdadeira história da África e dos afro-brasileiros têm sido negadas nas instituições educacionais. Diante disso, os negros/as, se organizam e lutam pelos direitos à vida digna e cidadã. Queremos contextualizar a lei no espaço escolar e verificar por que a resistência de trabalhar essa temática ainda persiste se todos conhecem a legislação.

Figura 6 – Pergunta norteadora: “*Você fez alguma formação sobre educação para as relações étnico-raciais?*”



Fonte: Autora (2021).

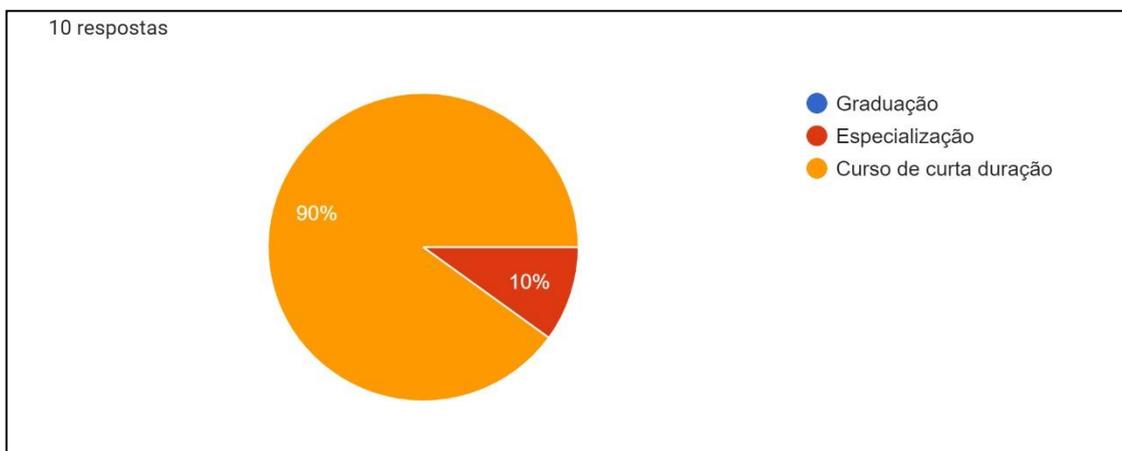
Conforme demonstra a figura acima 60% dos professores participaram de formações sobre educação para relações étnico-raciais.

No entanto, 40% não tiveram nenhuma formação sobre essa temática, o que nos preocupa nas formações continuadas de professores, pois percebemos que as áreas do conhecimento são contempladas ou priorizadas em detrimento a outras, e assim nos questionamos: quem faz as escolhas dos temas a serem oferecidos para formação continuada desses professores? Os professores podem escolher as temáticas? A temática das relações étnico-raciais não é relevante, mesmo tendo as legislações e diretrizes que tratam da obrigatoriedade nos currículos da educação básica?

Neste sentido, refletimos que “descolonizando as mentes, a escola estará cumprindo sua função social e oportunizando a todos/as, em iguais condições a posse do conhecimento produzido pela humanidade”. (MIRANDA, 2012, p. 03). Outra problemática que se apresenta é a falta de percepção desses profissionais, pois em meio à convivência diária entre estudantes de etnias, culturas e realidades distintas, pois pesquisas emonstram que o preconceito e a discriminação ainda fazem parte de

situações no contexto escolar.

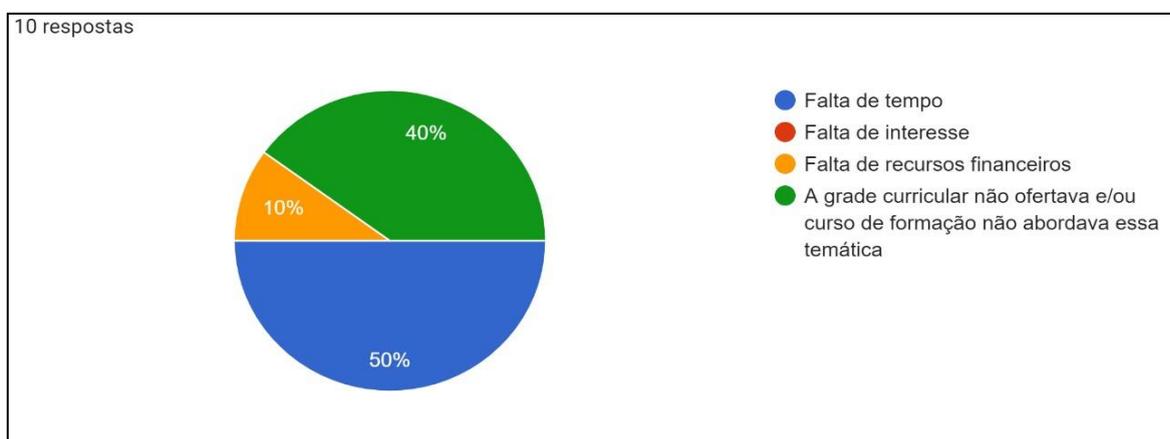
Figura 7 – Pergunta norteadora: “Caso a resposta anterior seja SIM, foi um curso de:”



Fonte: Autora (2021).

Essas informações nos revelam que a formação inicial não contempla a temática da educação para relações étnico-raciais, mesmo sendo obrigatória os professores trabalharem essa temática nas escolas o curso inicial de formação de professores não traz os conhecimentos teóricos necessários para formação que contemple a diversidade étnico cultural. Por isso, nosso projeto de intervenção também se justifica pois as formações ocorrem somente em formato de curso de curta duração, e assim, se faz mais necessário abordar as relações étnico-raciais na formação continuada de professores e também trazer essa reflexão para academia.

Figura 8 – Pergunta norteadora: “Caso a resposta da questão 3 (três) seja NÃO, foi:”

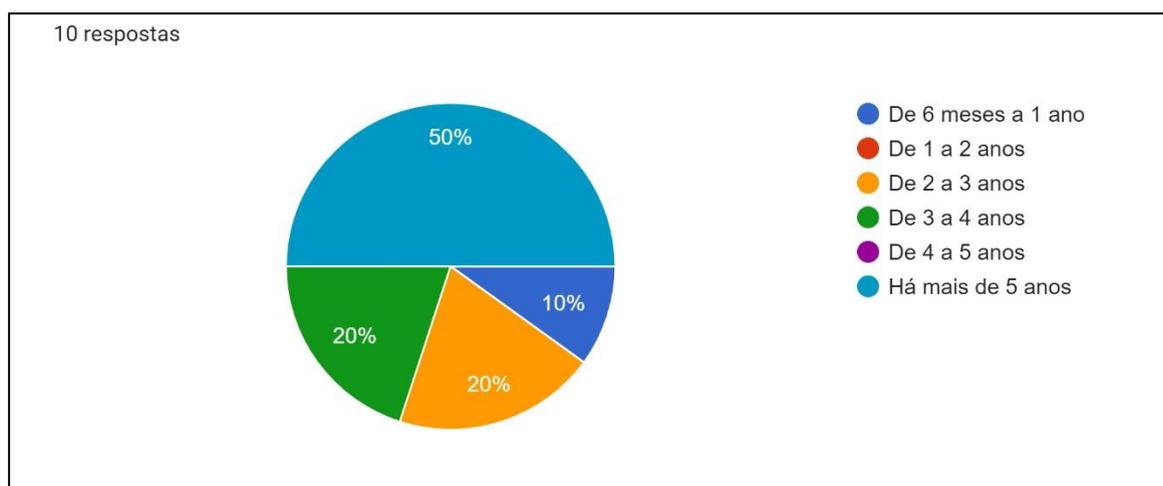


Fonte: Autora (2021).

Nessa figura as informações nos revelam que 40% dos professores trazem o quanto a matriz curricular é relevante no curso de formação inicial. E também

demonstra que 60% dos professores relatam que no dia a dia do seu trabalho faltam tempo e recursos financeiros para realizar um curso de aperfeiçoamento. Destacamos a relevância dos órgãos competentes e da gestão educacional em proporcionar formações que tragam a temática das relações étnico-raciais aos professores, pois é condição legal que se faz necessária ser efetivadas nas escolas de educação básica, bem como, nas universidades que formam professores.

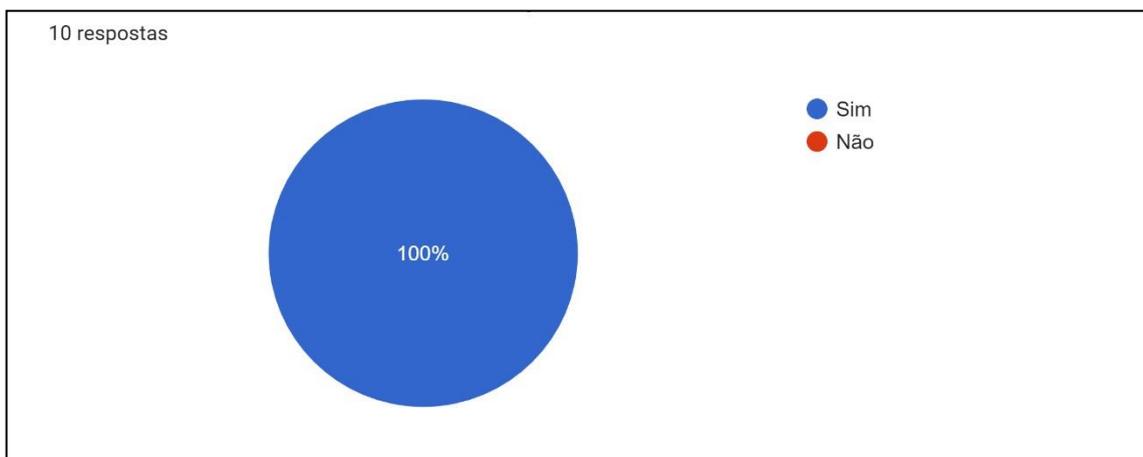
Figura 9 – Pergunta norteadora: “*Tem quanto tempo que você fez a ÚLTIMA formação sobre a educação para as relações étnico-raciais?*”



Fonte: Autora (2021).

Essa figura traz um dado relevante, pois 50% dos professores realizaram formação sobre a educação para as relações étnico-raciais a mais de 05 anos, de 03 a 04 anos 20% e de 02 a 03 anos 20%. Dessa forma podemos dizer que 90% dos professores não tiveram formação sobre essa temática nos últimos 03 anos. Nesse sentido, faz-se importante, especialmente, nesse contexto histórico atual em que o preconceito e a discriminação as diferentes culturas e etnias se fazem tão presentes. Pois atualmente percebemos o aumento da violência contra as pessoas que não fazem parte da cultura europeia tanto no cenário Político, Econômico e Socioeducacional brasileiro. Conforme Silva (2017, p. 131), o “[...] silenciamento é uma das ações, atitudes, estratégias adotadas pela escola brasileira para o enfrentamento do racismo”, na qual, “[...] os professores não costumam intervir diante de conflitos que agridem crianças negras [...]”.

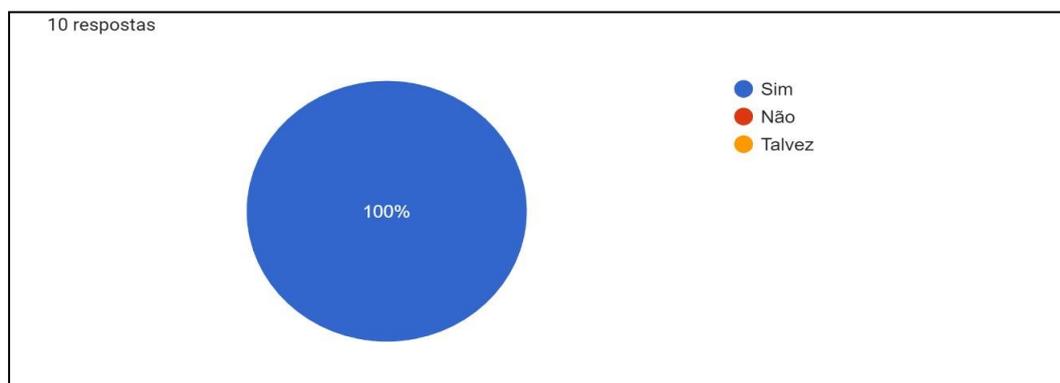
Figura 10 – Pergunta norteadora: “*Você trabalha com a temática das relações étnico-raciais com os alunos?*”



Fonte: Autora (2021).

Ressaltamos que essa informação que todos/todas professores trabalham a temática das relações étnico-raciais vem ao encontro do que preconizam as legislações, no entanto, nos questionamos quando 50% dos professores relatam que não fazem uma formação específica nessa área, pois como bem explicita Munanga (2005, p.15), “[...] alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles inseridos, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado de conscientização” para os estudantes sobre a relevância da nossa cultura e identidade nacional. Para Miranda (2012), é compreensível que a inclusão dos negros/as na construção da história brasileira, tenha que ter sido por força política, ou seja, por Lei, porque de outra forma, ela não aconteceria. Diante da obrigatoriedade de pôr em prática a Lei sancionada, cabe ao professor trabalhar a questão.

Figura 11 – Pergunta norteadora: “*Você considera importante um curso que relacione a Libras com a diversidade étnica cultural?*”



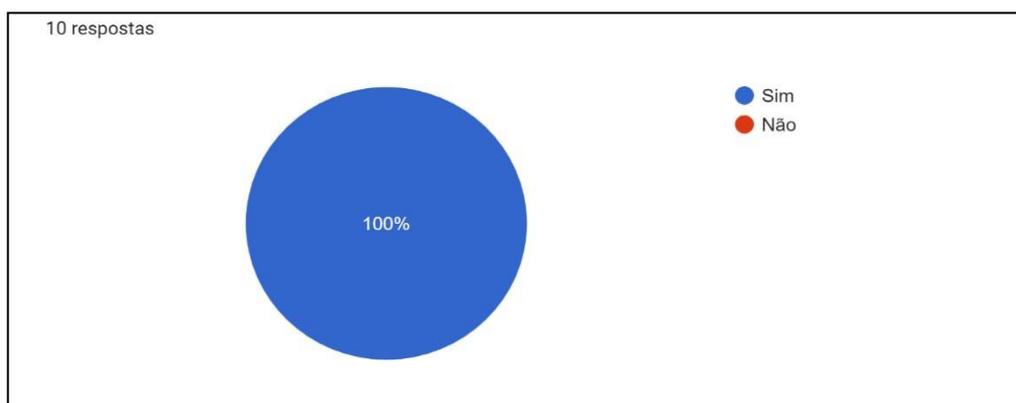
Fonte: Autora (2021)

Quando questionados sobre como os professores consideram relevante um curso que relacione a Libras com a diversidade étnica cultural, todos os professores

responderam que essa temática é importante para formação continuada de professores.

Para Pimenta (2013, p. 120), a observância da Lei n. 10.639/2003 e da Lei n. 11645/2008, necessita de investimento na formação de professores, “[...] do mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas das escolas, da articulação entre os sistemas de ensino e a confecção de livros e materiais didáticos que abordam a questão étnico-racial da nação brasileira”. cremos que a formação continuada de professores é fundamental na promoção da inclusão através da diversidade étnico-racial tendo como base os fundamentos da pedagogia bilíngue e da pedagogia antirracista na escola.

Figura 12 – Pergunta norteadora: *“Você gostaria de participar de um projeto de formação continuada de professores sobre Libras e relações étnico-raciais na escola?”*



Fonte: Autora (2021).

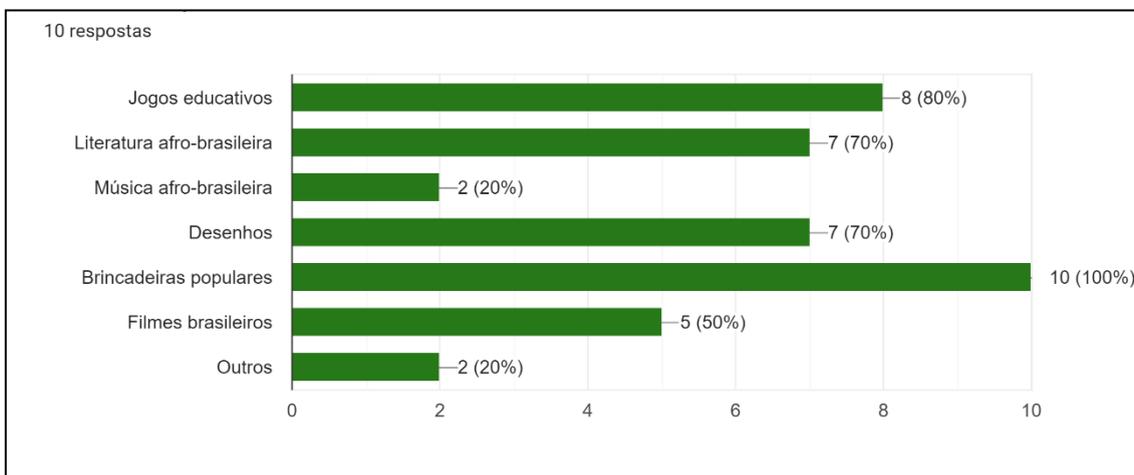
As respostas dos professores nas figuras 10 e 11 mostram que cem por cento (100%) dos professores consideram relevante um curso que relacione a Libras com a diversidade étnica cultural e que gostariam de participar de uma formação que contemplem essas temáticas. Dessa forma, o nosso projeto de intenção vem ao encontro das necessidades didático-pedagógica dos professores.

Salientamos que o mérito da pesquisa em educação é indiscutível, uma vez que a educação tem evoluído na conquista da democratização do ensino. Entretanto, o desenvolvimento das pesquisas científicas na área da educação é, ainda, um processo nascente e em construção, muito se tem a caminhar (DEMO, 2007; GATTI, 2007; TRIVIÑOS, 2007).

Nesse sentido, destacamos a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras)

como disciplina curricular obrigatória na educação básica, a formação docente, o despreparo institucional, a inclusão social e laboral e o combate ao preconceito e a discriminação étnico-racial.

Figura 13 – Pergunta norteadora: *“Na sua concepção quais temas/metodologias você considera fundamental para um trabalho com Libras e relações étnico-raciais na escola?”*



Fonte: Autora (2021).

Compreendemos que a ausência de conhecimento e aprofundamento teórico dos docentes sobre a educação para relações étnico-raciais, acentua o racismo e o preconceito nos espaços escolares, mesmo estando indicado em diferentes legislações e políticas públicas educacionais esse tema não é plenamente abordado nos contextos escolares. (ALVES; ALBUQUERQUE, 2019).

Nessa pergunta fica evidente o quanto a formação continuada de professores é crucial quando abarca metodologias que vem ao encontro das necessidades dos professores tais como: as brincadeiras e jogos educativos; Os professores também enfatizam a importância da literatura afro-brasileira, os desenhos e os filmes brasileiros como metodologias significativas para o ensino da cultura afro-brasileira e Libras.

Diante de todos os conceitos elencados nesta parte do nosso projeto, fica evidente a relevância de nosso de intervenção em escola bilíngue sobre relações étnico-raciais e Libras para estudantes surdos e ouvintes, brancos e negros/as.

5.3 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA ESCOLA BILÍNGUE: RELATOS DA INTERVENÇÃO

Nossa proposta de intervenção foi desenvolvida na Escola Municipal de Educação Bilíngue Professora Carmen Regina Teixeira Baldino que atende alunos surdos de diversos bairros da cidade de Rio Grande.

Salientamos que, quando as famílias são ouvintes e não conhecem a Libras dificulta o desenvolvimento de seus filhos surdos na educação familiar e escolar. A escola bilíngue oferece o curso de Libras para famílias e para as crianças surdas para que juntos no convívio familiar possam praticar com seus filhos surdos a comunicação em Libras.

Se pais ouvintes estão pensando em sinais e tendo contato social com pessoas surdas e se as crianças surdas podem ter um período com os pais com surdos adultos, então, a língua de sinais pode ser a língua materna das crianças surdas e a segunda língua dos pais ouvintes (AHLGREN, 1994, p. 60).

O projeto de intervenção tem como foco a “Formação Continuada de Professores para as relações étnico-raciais escolas bilíngue”, teve por objetivo desenvolver esta formação na Escola Municipal de Educação Bilíngue Carmem Regina Teixeira Baldino, localizada no município de Rio Grande-RS. Para tanto, organização para uma formação será conforme está descrito no cronograma.

5.4 RELATO DAS ATIVIDADES DE INTERVENÇÃO

1º ENCONTRO: ATIVIDADE NA ESCOLA DE RIO GRANDE.

Após a exposição do vídeo e da motivação à discussão, os professores relataram sua impressão e opinião sobre o tema, por escrito. Foram selecionados relatos *ipsis litteris* de dois professores, os quais expressaram o reconhecimento da importância de tratar os temas relativos a etnicidades dentro das escolas.

Professora 1: No nosso primeiro encontro, foi tratada a importância do estudo do negro surdo dentro da escola e da sociedade. Falou-se da importância de se discutir o pertencimento do aluno negro e surdo e sua inclusão na escola. Pode-se utilizar vídeos sinalizados em Libras com histórias e documentários que salientam o respeito e a igualdade entre as diferentes culturas. O aluno pode se expressar através de desenhos e de vídeos sinalizados.

Professor 7. Acredito que o tema proposto é muito importante para ser abordado. Os professores precisam trabalhar as questões na

escola, problematizando a cultura negra, oportunizando reflexões sobre as questões de identidade, respeito e empoderamento!

Os relatos, em geral, manifestam surpresa e identificação dos porquês da menor expressão de preconceitos dentro das escolas surdas, percebidas na forma como as crianças costumam brincar e se relacionar. Parece que a identificação dos pares dada pela própria surdez confere aos pequenos a sensação de similitude que suplanta diferenças etnico-raciais. Contudo, tais diferenças existem na sociedade em geral, tanto dentro como fora das paredes da escola e é útil e interessante aos professores que se apropriem de informações e subsídios para ensinar sobre tais contextos aos alunos no sentido de suprimir o preconceito racial.

Assim, o papel da escola também é de proporcionar aos professores reflexões sobre sua prática, de modo que os desafios de ensinar na diversidade se tornem motivação para o desenvolvimento de didáticas que se convertam em estímulo aos alunos e que gerem neles o interesse por aprender. Certamente tal aprendizado será mais consistente quando estiver contextualizado na familiaridade, na empatia, na troca de conhecimentos e experiências, no reconhecimento de semelhanças, na humanidade e no respeito mútuo.

2º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

As respostas dos professores demonstram a admiração pelas questões que envolvem o ensino-aprendizagem bilíngue. Reconheceram aspectos sobre os quais não haviam refletido quanto às diferenças dadas pelo aprendizado que ocorre tendo Libras como L1 e português como L2, que é o inverso do que habitualmente ocorre no ensino regular e exige adequações por parte dos professores. Assim, pensar a prática pedagógica sob a perspectiva bilíngue é um novo desafio que conta com materiais bem peculiares ajustados ao público alvo. Foi surpresa para alguns professores a existência de livros e materiais de literatura surda e alguns que, além desta particularidade, trazem personagens negros como protagonistas.

Pela capacidade de transmissão de conceitos e informações que a literatura traz, os livros infantis com protagonistas surdos e negros despontam nos alunos sonhos, emoções relacionadas a familiaridades com os temas, enriquecem o imaginário. Daí surge o empoderamento dos alunos surdos negros quando veem personagens semelhantes fazendo parte bem sucedida de obras literárias, pois o mais

comum é ver personagens brancos realizando peripécias. Daí a importância de evidenciar as capacidades dos negros surdos para valorizar a sua identidade.

Assim, ter estes temas na formação de professores serve para oferecer informações para que o tema das relações étnico-raciais sejam trabalhados diariamente em sala de aula, de forma igualitária com as manifestações culturais “brancas” e isto não somente por ocasião do dia da consciência negra. Esta consciência deve ser exercitada todos os dias e, além disto, a apresentação dos conteúdos que abordam pessoas que contribuíram para a construção histórica do Brasil deve contar os feitos tanto de pessoas brancas quanto de negras, de forma igualitária.

A maioria dos professores também se surpreendeu com a ocorrência de Congressos Nacionais de Inclusão Social do Negro Surdo, apoiados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e fundados por um negro surdo. Alguns deles sabiam superficialmente sobre a realização dos eventos e pode aprofundar o conhecimento, enquanto outros desconheciam a existência do congresso. A apresentação deste tema aos professores tem, portanto, dupla finalidade: informar aos professores e despertar neles a consciência sobre o tema e também estimulá-los a comunicar este fato aos alunos, mostrando que a luta pela igualdade e empoderamento dos negros surdos é de abrangência nacional.

3º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

Destaca-se aqui a declaração de uma professora sobre a exposição do dia:

Professora 11. Em relação à Lei que torna obrigatório o ensino História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, acho extremamente importante trabalhar esses temas, em todos os anos, pois o passado ainda reside em nós, nossos ancestrais ainda habitam em nossas alunas. Somos a consequência desse passado, mas nossa história ainda é mais ampla, principalmente nesta porção meridional do Brasil, temos a confluência dos espanhóis, dos italianos, alemães, portugueses, africanos, indígenas, japoneses. Que jamais esqueçamos que somos muitos a história busca resgatar e respeitar esse passado, para construirmos um futuro, talvez utópico, de um mundo seus preconceitos (sejam raciais, ou de gênero, ou de qualquer forma).

É possível perceber, nesta e nas demais respostas que, de fato, a Lei apresentada vem a calhar no contexto do ensino do Brasil, pois altera a forma como fatos são abordados e ensinados até então. Se a escola é local de educação e de

reflexão sobre valores humanos, algo diferente do que vem sendo feito ao longo da história do Brasil precisa ser executado e a Lei 10.639/03 assegura a valorização da cultura negra e indígena em par de igualdade com os fatores culturais que são historicamente passados nas escolas. A intenção é de fazer um currículo diferente, para um ensino diferente e, assim, formar cidadãos diversos do que se formavam outrora, que renunciem aos preconceitos, do *bullying*, das chacotas em prol da igualdade cultural e humana.

Desse modo, os professores de escolas bilíngues precisam se preocupar com a legislação referente aos direitos dos surdos e com a que diz respeito aos direitos dos negros e indígenas, percebendo todos eles de forma semelhante na diversidade e conscientes da coexistência de surdez e etnicidade. A declaração da professora citada exprime tal fato, quando lembra que, em especial na região geográfica em que a escola participante se encontra, há influência de culturas oriundas de diversos países e regiões do planeta e que todas merecem e precisam ser valorizadas igualmente.

4º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

Nesta atividade, o intuito foi de provocar a curiosidade dos professores sobre os aspectos inerentes à Libras. Ao apresentar os conceitos citados, os professores tiveram contato, muitos pela primeira vez, com o status da Libras como língua, com estrutura própria e com as suas perspectivas linguísticas. Estes conhecimentos são valiosos para melhor capacitar os professores para as suas exposições com um olhar apto a perceber as características mais genuínas dos seus alunos surdos, que tem a Libras como L1, a qual não se refere a gestos aleatórios, mímica, etc.

5º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

Somente um professor respondeu à solicitação de relato da percepção de diferenças entre línguas e seus desafios. Em sua fala, que se apresenta semelhante a uma resenha, expõe a complexidade da reflexão concomitante de aspectos inerentes à língua e perspectivas étnico-raciais. Ele relembra os autores citados e chama a atenção para a evolução da linguagem como uma herança que culmina na fala, a qual expressa as nossas construções mentais e a forma como se vê o mundo

representado nas suas verdades aparentes, que são imagens e signos. Logo a seguir, o professor retoma o tema das peculiaridades dos estudantes surdos e negros, aprofundando a reflexão sobre “como se alfabetiza um surdo através de imagens?”. O educador ainda comenta que o conteúdo é “por demais complexo” quando ainda soma a característica de ser negro ao aluno surdo.

De fato, a teorização sobre todos estes aspectos se torna pesada, mas isto não deve ser argumento para que se evite tal prática, afinal, assim é a prática diária dos professores de escolas bilíngues que ensinam alunos surdos e negros. Por certo que fechar os olhos para ponderações como estas perpetua lacunas que são vivenciadas e percebidas socialmente e procrastina mudanças urgentes.

6º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

Este encontro foi interrompido por questões inerentes à escola. Assim, não houve aplicação de questões nesta data.

7º ENCONTRO: ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

O resultado deste encontro foram considerações sobre a forma como ocorre a inclusão real de alunos surdos brancos e negros na escola bilíngue com um olhar sobre a formação de cidadãos com igualdade de direitos. São sujeitos de grupos – ou pertencentes concomitantemente a dois grupos – que protagonizam historicamente lutas pela garantia de direitos, pela repulsa a preconceitos, exclusão, opressão e sujeição a regras moldadas pelas maiorias. No contexto da escola abordada, há alunos de idades variadas, desde as séries iniciais até o ensino médio, o que possibilita contribuir para a formação cidadã, respeitosa e inclusiva destes alunos iniciando na infância até vê-los tornarem-se adultos dotados de valores que cooperem para a construção da sociedade com os mesmos valores.

O trecho do texto de uma professora exprime uma síntese das reflexões:

“Essa relação (étnico-racial na escola bilíngue) é muito importante, a didática deve ser paralela, de forma clara e objetiva. O professor deve sempre ouvir seu aluno e tentar conhecer cada um na sua essência. Propor roda de conversas, palestras, atividades de teatro, dinâmicas de estudo do comportamento e de ações que contemplem as diferentes relações étnico-raciais nas escolas bilíngues”.

Como forma de finalização, foi perguntado aos professores se eles tinham apreciado os conteúdos e o formato como foram apresentados no curso de formação. As respostas foram bastante positivas, no sentido de terem adquirido conhecimentos novos e terem tido oportunidade de reconsiderar sua prática pedagógica, conhecer mais aspectos inerentes aos seus alunos e sua bagagem cultural e histórica. Os professores demonstraram-se satisfeitos com o curso e com a motivação adquirida a partir dos conteúdos trabalhados.

Concluídos os questionários com os professores, foram também entrevistados alunos da escola e dois professores, a fim de compreender as suas percepções sobre os colegas negros e colegas brancos, respectivamente, a partir das atividades que são desenvolvidas na escola. Foram entrevistados 5 alunos surdos brancos, 3 alunos surdos negros, uma professora surda e uma professora ouvinte. A cada um, foi realizada uma pergunta, em Libras, e a resposta, recebida também da mesma forma. As entrevistas foram filmadas e o vídeo está armazenado aos cuidados da pesquisadora, porém, por se tratar de imagens de menores de idade, o material não está disponibilizado online.

As perguntas e respostas foram transcritas e encontram-se no Apêndice B.

Uma aluna branca declara que a cor da pele dos colegas não tem importância, pois se reconhece igual aos demais sob o aspecto da língua, que possibilita troca de experiências, vivências, passeios e, assim, não percebe preconceitos. Outra aluna diz aprender muito com os seus colegas negros e que os ama igualmente. Mais um estudante branco diz que aprendeu com a mãe a não ter preconceitos e que, assim, respeita todos os colegas e suas culturas, que combate o racismo e não pratica *bullying*.

Uma estudante branca cita ainda a perda de oportunidades de convívio e de aprendizado durante o período pandêmico de ensino remoto. Mas festeja o retorno às atividades presenciais e o aprendizado sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e vai além, mencionando a importância do combate ao preconceito contra pessoas LGBTQIA+ e outras deficiências. Percebe que na escola o ambiente é de respeito e união.

A declaração de uma aluna surda negra mostra sua satisfação por se sentir acolhida e incluída na escola bilíngue, mas que percebe que na sociedade em geral

sofre preconceito e *bullying* e precisa travar lutas diárias contra o racismo e pelo exercício de seus direitos.

Outro aluno negro declara que se sente feliz na escola, pois joga futebol com seus colegas brancos e negros igualmente, que não sente preconceito e que tem momentos agradáveis na escola.

Mais um aluno negro, após assistir ao vídeo, traz aspectos relativos ao que viveu – e sofreu – anteriormente em escola inclusiva, onde não conseguia compreender a comunicação escrita e com professora e colegas que utilizavam somente comunicação oral. Lá, se sentia excluído e tinha dificuldades para aprender. Ele comemora que a sua mãe tenha encontrado a escola bilíngue, na qual aprendeu a Libras, encontrou colegas e professores com quem consegue ter comunicação efetiva, tem aprendizado satisfatório e interação social. Diferentemente da escola regular inclusiva, na escola bilíngue não percebe preconceito sobre a cor da sua pele, mas que convive pacificamente com seus colegas surdos brancos.

A professora surda, docente na escola bilíngue, ressalta que sempre estimulou os alunos a fazerem representações artísticas, como teatro e em desenhos, de bonecos pretos e brancos, para que os alunos também assim aprendessem sobre a interação entre negros e brancos.

Já a professora ouvinte revela que já é sua prática mostrar aspectos de diferentes culturas nas demonstrações artísticas presentes localmente, além de também apresentar aos alunos a origem de palavras usadas em português, derivadas ou provenientes de outras línguas. Além disso, ressalta a importância de oportunizar aos alunos o conhecimento sobre a cultura dos negros e sua história, que iniciou no Brasil com os escravos, em contexto de sofrimento, o que já não tem mais espaço na sociedade, e que é preciso mostrar o valor de todas as pessoas igualmente, respeitando a história e a cultura dos diversos grupos – negros, brancos, LGBTQIA+, deficientes etc. A professora se mostra satisfeita com a capacitação e estimulada a trabalhar estes temas.

Por estes relatos, é gratificante perceber que a visualização do vídeo apresentado foi algo muito positivo para alunos e professores, pois perceberam a valorização de aspectos culturais tão relevantes para a vida dos alunos e para a prática pedagógica dos professores. Reconhecer o valor cultural nas manifestações

artísticas estimula a autoestima dos alunos e os motiva a aprender mais e sentir-se verdadeiramente incluídos e iguais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados das atividades propostas nos sete encontros evidenciou a importância da formação sobre cultura negra para os professores. O tema mostrou ser relevante para ser discutido em diferentes espaços, para sanar dúvidas e realizar esclarecimentos que facilitam o trabalho com alunos surdos e se refletem no convívio em sociedade. Além disso, a inclusão dos alunos negros na escola bilíngue é fortalecida, formando os alunos para a cidadania, para que sejam também respeitados e valorizados por sua história.

Os encontros foram excelentes momentos de aprendizado e trocas de experiências com o trabalho com alunos negros para promover o combate a preconceitos sociais tanto contra negros, quanto contra surdos. Ficaram evidentes as lutas de negros e surdos por respeito e reconhecimento social, oferta de oportunidades para conquistar seu espaço de representação, garantia de direitos etc. Foi possível perceber as inadequações de protocolos educacionais elaborados por pessoas não-negras e não-surdas, que desconhecem a história, os desafios e as barreiras da comunidade afro-brasileira e da comunidade surda. Todas essas questões precisam ser discutidas para promover e intensificar o empoderamento do negro surdo.

Os professores concordam que é imprescindível a obediência à Lei n.º 11.645 nos currículos escolares, pois conhecer a História e Cultura Afro-Brasileira faz parte da educação escolar, assim como a prática da valorização das atividades de todos os grupos de forma igualitária. Isto para combater preconceitos, racismo e *bullying* também nas escolas bilíngues, oportunizando a reflexão sobre estes temas com atividades de formação de professores para que levem estes conhecimentos aos seus alunos de diferentes culturas.

A importância da inclusão dos alunos surdos negros e brancos em todos os espaços da sociedade, se reflete na necessidade de se respeitar os seus direitos também na escola bilíngue. Esta é uma forma de aprender sobre igualdade e de possibilitar construir conhecimento e acesso à cidadania como direito de todos, respeitando-se a diversidade e as diferenças. A educação é para todos.

Espera-se que após a conclusão da formação ofertada, os professores participantes da formação possam melhor trabalhar as relações étnico-raciais

envolvendo a língua, a linguagem e a linguística com seus alunos negros e brancos, com atividades baseadas nos três eixos. Existem aspectos que permitem que o aluno aprenda qualitativamente os conhecimentos oferecidos sobre os temas que permeiam as relações étnico-raciais e linguísticas, com didática igualitária que conduza para o debelamento das desigualdades e preconceitos, e que conduza para construção de sua identidade. Citam-se como exemplo atividades de teatro e dinâmicas sobre as diversas relações étnico-raciais em escolas bilíngues.

No vídeo é exposto com clareza o tema da consciência negra para os alunos surdos na escola bilíngue, com explicação que facilita a compreensão da diversidade cultural em Libras e as relações raciais, com apresentação de aspectos do cotidiano das comunidades negras. A experiência da educação que aborda as relações raciais nas escolas bilíngues deve ser executada com estratégias diferenciadas e com recursos visuais que atendam às necessidades linguísticas e culturais dos alunos surdos, negros e brancos, viabilizando sua aprendizagem e inclusão.

A partir das atividades realizadas com os professores e alunos da escola bilíngue, fica evidente uma lacuna tanto no currículo quanto na experiência dos professores sobre as questões étnico-raciais e o conhecimento e observância à Lei 10.639/03. Disto surge a necessidade urgente de formação dos professores, em foco aqui os de escolas bilíngues, quanto à obrigatoriedade de abordagem dos temas, mas, mais profundamente, de reflexão e aproximação com as comunidades e culturas abordadas. Isto para oportunizar que a escola seja espaço de verdadeira inclusão, de diálogo, de respeito, de acolhimento e de valorização das características individuais de cada aluno, que trazem em si os traços culturais de sua família e de antepassados, de lutas e de vitórias, na certeza de que assim, o aprendizado de todos os outros conteúdos será mais efetivo.

As entrevistas com os alunos brancos mostraram a importância de se tratar questões raciais na escola, pois tanto alunos brancos quanto negros tem o mesmo direito de frequentar a escola bilíngue, segundo a Lei n.º 11.645. A discussão sobre o Dia da Consciência negra também é fundamental para a interação dos alunos negros surdos, pois eles tem prazer em aprender estes conteúdos para combater o racismo e o *bullying* e construir vínculos culturais importantes que se aliam à língua.

Percebe-se que os alunos brancos e negros são felizes na escola bilíngue, e se comprazem com a discussão das questões étnico-raciais e convivem bem com os

colegas, sem preconceitos, conforme notado nas atividades. Ao assistirem ao mesmo vídeo apresentados aos professores, puderam aprender sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena e a interação entre estes grupos e os brancos, sendo capazes de reconhecer a importância da união das etnias na escola bilíngue, sem rotulagens e preconceitos, convivendo pacificamente.

Apresento como reflexões finais a compreensão da importância histórica e cultural da luta dos surdos e o reconhecimento da Libras nas instituições educacionais, pois essas necessitam entender que os estudantes surdos podem depender exclusivamente da Língua Portuguesa para que o processo de ensino aprendizagem ocorra, pois a sua língua materna é a Libras e utilizam a língua portuguesa como segunda língua. Acreditamos que esta é forma concreta de inclusão social de minorias linguísticas que vem ao encontro das necessidades socioeducacionais dos estudantes surdos. As instituições de ensino, bem como os cursos de formação inicial e continuada de professores necessitam trabalhar em uma perspectiva metodológica que contemple a Libras como primeira língua dos estudantes surdos. As pesquisas na área de Libras, processos de aquisição da L1 e da L2, as estratégias e métodos de ensino tem aumentado na área da educação visando melhoria da vida dos surdos, estes cursos tem formado profissionais capacitados para atuarem e aumentar qualidade ensino dos alunos surdos, a difusão da língua etambém conhecimento mesma pela comunidade ouvinte.

Os surdos trazem consigo experiência de língua visual-espacial, Língua de Sinais, manifestação linguística própria e particular. Assim, o curso de Letras Libras, como principal exemplo, inclui os surdos no ensino superior, qualificando-os no direito que anteriormente não era usufruído pela comunidade surda. Em consequência, promove sua inclusão no mercado de trabalho respeitando os direitos previstos na Lei de Libras no 10.436 e no Decreto no 5.626/05.

A lei supracitada, de 24 de abril de 2002, defende a obrigatoriedade do curso de Libras nas diretrizes curriculares dos cursos de formação e educação especial, para atender as necessidades da comunidade surda, esta lei e muito importante no processo de inclusão dos surdos para o ensino de qualificados alunos surdos necessário que haja mais investimentos na área da educação.

Dessa forma, é primordial que tenham cursos na formação de professores Bilíngue, que preparem os mesmos, para ministrar suas aulas em língua de sinais,

pois, somente por meio da sua língua e da língua de sinais os alunos conseguirão entender os conteúdos ministrados.

Conclui-se então a importância de continuar lutando para defender os direitos dos alunos surdos, para que as leis sejam respeitadas, possibilitando que tenha cada vez mais professores bilíngues, dando a esses alunos acesso a um ensino de qualidade.

Após a revisão literária observou-se que é necessária uma luta constante para construir uma educação inclusiva, que permita acabar com os preconceitos contra a comunidade surda. Pois, com a busca do cumprimento das leis, será dado ao curso de Libras o devido valor, permitindo que os alunos surdos tenham os seus direitos respeitados.

Podemos concluir que em nosso país ainda temos escolas verdadeiramente bilíngues, profissionais da educação preparados para atuar na educação de pessoas surdas para comunidade de surdos com comunicação e cultura própria; e infelizmente ainda há no nosso país falta de respeito e preocupação com toda questão da educação de surdos.

Apesar dos direitos e deveres assegurados pela lei que a prática e exigências que as crianças surdas sejam incluídas tenham acesso à educação de qualidade e tenham língua nativa respeitada, exigências relacionadas à formação continuada de professores que possam atuar na educação dos surdos na escola bilíngue está mais interessado numa boa educação do que investir em pessoas que podem gerar essa boa educação: os professores e relação étnico-raciais.

Investir formação de professores qualificados que possam sair das para atuar educação bilíngue que questões em prática, necessários que as duas línguas (português e libras) sejam igualmente respeitadas e disseminadas na educação brasileira.

Refletir sobre as metodologias do ensino de Libras como segunda língua é de extrema importância que possamos entender que a inclusão do aluno surdo-negro tem direito na escola bilíngue com alunos surdos brancos que conhecer culturasurda e as dificuldades que a Libras enfrenta, como: falta de investimento do governo em materiais didáticos e cursos de Libras para os professores, dificultando o ensino da Libras como segunda língua como linguagem e língua para fazer as atividades de

metodologias.

7 REFERÊNCIAS

AHLGREN, I. **Sign Language as the first language. In Bilingualism in deaf education.** Ahlgren & Hyldenstam (eds.) Hamburg: Signum-Verl. 1994.

Almeida, S. L. D. (2018). O que é racismo estrutural? Letramento.

ALVES, S. S.; FREITAS, A. P. A.; STOLL, V. G. .; CHAVES, L. L.; PACHECO, J. da S. . **Legislação, políticas públicas educacionais e o ensino remoto emergencial no Município de Jaguarão/RS. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 12, p. e350101220676, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.20676. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20676>. Acesso em: 30 dez. 2022.**

BRASIL. **Decreto n. 5.626** de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de Abril de 2002, Que Dispõe Sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o Art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. In: Diário Oficial da União, Brasília, n. 246, p. 28, 23 de dezembro de 2005. Seção 1.

_____. **Lei nº. 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2003.

_____. **Plano Nacional de Educação.** PNE nº 10.172. Brasília: Senado Federal, 2001.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos.** Belo Horizonte. Autentica, 2005.

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program.** MIT Press. 1995.

CONSTÂNCIO, Rosana Fátima Janes. **Formação Docente Para O Ensino Da Libras: Singularidades E Valorização Da Língua.** Revista Iniciação & Formação Docente. 2019.

GUESSER, A. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender Libras.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GOLDFELD, M. (1997). **A criança surda: linguagem e cognição numa**

perspectiva sócio-internacionalista. São Paulo: Plexus.

KENDRICK, Denielli e CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Libras e Formação Docente: da Constatação à Superação de Hierarquias.** Revista Brasil. Ed. Esp., Bauru, v.26, n.4, p.571-586, Out.-Dez., 2020. Disponível em: <www.scielo.br/j/rbee/a/q4YtCpbt9bmYH6GdsbbpnHc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

LABORIT, Emmanuelle. **O vôo da gaivota.** São Paulo: Best Seller, 1994.

LACERDA, C. B. F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cadernos Cedes: Educação, Surdez e Inclusão Social. Campinas. v. 26, n. 69, 2003.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05.** Educ. Pesquis., São Paulo, v.39, n.1, Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/ep/a/sr67CQpjymCWzBVhLmvVnKz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 agosto. 2021.

LYONS, J. **Linguagem e Lingüística: uma introdução.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC/SECAD, 2005

NUNES, Sylvia da Silva; SAIA, Ana Lúcia; SILVA, Larissa Jorge; MIMESSI, Soraya D'Angelo. **Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?.** Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, Volume 19, n.3, Set/Dez. 2015: 537-545. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pee/a/GK4bQcHj8pW5h6XnXkBpHDs/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 08 out 2021.

PENHA, N. M. da. **Parâmetros de ensino em Língua Brasileira de Sinais como L1.** Indaial: Uniasselvi, 2018.

PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança.** Trad. Manuel Campos. São Paulo: Martins Fontes, 1986. PIAGET, J. **Linguagem e pensamento da criança.** Rio

de Janeiro: Fundo de Cultura, 1990.

PINTO, Lúcia Lascano. **O trabalho colaborativo / comunicacional na formação continuada de professores: para muito além do mar...tecendo relações no cotidiano da escola.** In: DAMIANI, Magda Floriana. PORTO, Tânia Maria Esperón. SCHLEMMER, Eliane. Trabalho colaborativo / cooperativo em educação: uma possibilidade para ensinar e aprender (Orgs.). São Leopoldo: Oikos: Brasília: 2009.

QUADROS, R.M. **Educação de Surdos - a aquisição da linguagem.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília : MEC, SEESP, 2006.

ROLNIK. Suely. **Esferas da insurreição. Notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

SÁNCHEZ, C.M. **La increíble y triste historia de la sordera.** Caracas: Impresión CEPROSORD. 1990.

SAVIANI Dermeval. XX – formação de professores. In: Livro: **Interlocuções Pedagógicas: Entrevista.** Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

SILVA, Thábio de Almeida. **A disciplina de libras na formação de professores.** Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Jataí, 2017. Disponível em: <[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1279/Dissertacao-Thabio-de-Almeida-Silva-2017-\(.pdf11.431kb\).pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1279/Dissertacao-Thabio-de-Almeida-Silva-2017-(.pdf11.431kb).pdf)>. Acesso em: 12 set. 2021.

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística.** Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 2.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais:** nas áreas das necessidades educativas especiais.

Brasília: UNESCO, s/l, 1994.V. 6 n. 1, 2019. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagepadle/article/download/3691/pdf>>. Acesso em: 15 agos 2021.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA ESCOLA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA ESCOLA

Jaguarão, 05 de julho de 2021.

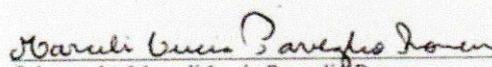
Prezada diretora Profª Maria Auxiliadora Terra Duarte

Venho por meio deste, solicitar autorização para desenvolver a pesquisa de Mestrado em Educação Profissional (PPGEDU) da Universidade Federal do Pampa Campus/Jaguarão/RS, que tem como Título: "Formação de Professores e Educação para Relações Étnico-Raciais para Surdos em Escola Bilingue", na EME Bilingue Professora Carmen Regina Teixeira Baldino. A pesquisa intervenção tem como orientadora a Profª Drª Simone Silva Alves e como orientanda do PPGEDU Marceli Lucia Paveglia Romeu.

Ressaltamos que seguiremos todas as normas sanitárias diante da pandemia da COVID-19, bem como, respeitar todos os princípios e rotinas da escola. Destacamos que todos os participantes da pesquisa serão convidados participar mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nesse sentido, se for de interesse da escola nos comprometemos a divulgar os dados obtidos em publicações científicas com sigilo e proteção ética à Instituição.

Atenciosamente,


 Orientadora: Prof. Drª Simone Silva da Alves
 E-mail: simonealves@unipampa.edu.br
 Fone/watts: (53) 9992-53679


 Orientanda: Marceli Lucia Paveglia Romeu
 E-mail: marceliromeu.aluno@unipampa.edu.br
 Fone/watts: (53) 9995-95230


 Profª. Maria Auxiliadora Terra Duarte
 Diretora da Escola Municipal de Educação Bilingue Professora Carmen Regina Teixeira Baldino

Maria Auxiliadora Terra Duarte
 DIRETORA
 Mat. 8572-3
 Aut. nº 003/2019 - CME - RG

Esc. Mun. Educação Bilingue	
Profª Carmen Regina Teixeira Baldino	
Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal do Rio Grande	
Decl. de Criação e Denominação nº 13200	Data 05/02/2015
Processo de Aut. e Func. do CME nº 038	Data 06/12/2017

APÊNDICE B – SLIDES APRESENTADOS NA INTERVENÇÃO



unipampa
Universidade Federal do Pampa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Formação Continuada de Professores e Relações Étnico-Raciais em Escola Bilíngue: Possibilidades e Limites



Discente:
Marceli Lucia Paveglio Romeu

Orientadora:
Profa. Dra. Simone Silva da Alves

PROJETO DE INTERVENÇÃO

Esse projeto de intervenção tem como foco a “Formação Continuada de Professores para as Relações Étnico-Raciais em Escola Bilíngue”, pretende-se desenvolver esta formação na Escola Municipal de Educação Bilíngue Carmem Regina Teixeira Baldino, localizada no município de Rio Grande-RS. Para tanto, a organização para esta formação será conforme o cronograma proposto.

Cronograma da Intervenção

6.3.1 Cronograma da Intervenção

AULA	DATA	TEMAS
1 encontro – 2h	19/08/22	Roda Conversa com os professores da escola, enumerar quais atividades sobre as relações étnico-raciais foram desenvolvidas ao longo dos anos e solicitar que os próprios alunos negros da escola (que inclusive são vários) sinalizem o que fizeram e apresentem imagens, vídeos e outros materiais produzidos.
2 encontros – 2h	26/08/22	LIBRAS como a língua natural do surdo e, por isso, sua língua materna como L1 é a primeira Língua na escola bilingue e a legislação das relações étnico-raciais.
1 encontros – 2h	02/09/22	Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.9 de dez. de 2019.
2 encontros – 2h	09/09/22	Teoria dos autores: Chomsky (1995); Botelho (2005); Lyons (1987), Goldfeld (1997). O que é Língua e Linguagem. História visual de Libras, para marcar qual é a resposta correta.
3 encontro – 2h	23/09/22	Revisão de perguntas na história visual mostra a língua entre L1 e L2 no surdo e ouvinte para explicar qual diferença da Língua também é desafio das perguntas.

4 encontro – 2h	30/09/22	Inclusão dos alunos surdos negros e brancos todos os espaços da sociedade direitos e deveres na escola bilingue.
5 encontro – 2h Video para surdo e para ouvintes	07/10/22	Compreensão da diversidade cultural e da Libras no mundo contemporâneo, a partir da vivência, sobretudo, da educação das relações étnico-raciais no cotidiano. Aliado a isso poderá entrevistar alunos surdos não negros a fim de compreender as suas percepções sobre os colegas negros, a partir das atividades que desenvolvem na escola



1 ENCONTRO ATIVIDADE NA ESCOLA DE RIO GRANDE

Roda Conversa com os professores da escola, enumerar quais atividades sobre as relações étnico-raciais foram desenvolvidas ao longo dos anos e solicitar que os próprios alunos negros da escola (que inclusive são vários) sinalizem o que fizeram e apresentem imagens, vídeos e outros materiais produzidos.

1 ENCONTRO ATIVIDADE DATA 19/08/2022

Professoras 1, No nosso primeiro encontro, foi tratada a importância do estudo do negro surdo dentro da escola e da sociedade. Falou-se da importância de se discutir o pertencimento do aluno negro e surdo e sua inclusão na escola. Pode-se utilizar vídeos sinalizados em Libras com histórias e documentários que salientam o respeito e a igualdade entre as diferentes culturas. O aluno pode se expressar através de desenhos e de vídeos sinalizados.

1 ENCONTRO DATA 19/08/2022

Professora 2. Acredito que trabalhar com o tema da consciência negra, do respeito entre as diferentes raças é de extrema importância. Nossos alunos tem que conhecer e aprender sobre a história. Nas aulas de Educação Física percebo que os alunos brincam, jogam, interagem muito bem, com respeito entre todos. Não vejo preconceito, na hora da aula.

Professora 3. É de extrema relevância discutir sobre o combate dos preconceitos existentes na sociedade. Junto ao espaço escolar da comunidade surda são estimulados debates sobre temas que envolvem a história da comunidade negra e surda. Todas as manifestações étnicas raciais vem ao encontro de fortalecer o empoderamento surdo negro.

Professor 4. Muito importante o encontro, gostaria de destacar a importância de Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças, que através da advocacia, do jornalismo e da engenharia lutaram pela causa negra, fundando sociedades abolicionistas e republicanas. Também considero importante a literatura negra, porém destaco que, ao ler Machado de Assis, Lima Barreto, Clester Hilmes, entre outros, não me pergunto se são negros ou brancos, apenas leio pelo prazer infinto da leitura.

1 ENCONTRO DATA 19/08/2022

Professor 5. O tema deste trabalho surdos negros é muito importante a meu ver. No geral as pessoas negras são postas em posições de exclusão por parte da sociedade. E mais ainda os negros que são surdos. Eles são excluídos de duas formas. Então, nada melhor do que a escola para começar a mudar essa situação. A escola é o começo de tudo, então é um bom tema de estudo.

Professor 6. Dentro do assunto abordado a respeito da valorização da cultura Negra, reconhecimento da identidade negra, conscientização que somos todos iguais, ou seja, trazer a discussão do respeito à diversidade através de práticas pedagógicas inclusivas. Dentro da disciplina de Educação Física, abordo os jogos e brincadeiras da cultura Africana, o espaço do negro no esporte, as falas preconceituosas e ofensivas, por fim problematizar e levar os alunos pensarem sobre o tema “Consciência Negra”.

Professor 7. Acredito que o tema proposto é muito importante para ser abordado. Os professores precisam trabalhar as questões na escola, problematizando a cultura negra, oportunizando reflexões sobre as questões de identidade, respeito e empoderamento!

1 ENCONTRO DATA 19/08/2022

Professoras 8. Ressalto a importância desta proposta de estudos dando oportunidade de desenvolver princípios voltados à formação de valores como a empatia, respeito, empoderamento e a consciência sobre as diferenças culturais. O trabalho com os alunos é embasado nestes princípios, conscientizando sobre a igualdade enquanto “humanos”.

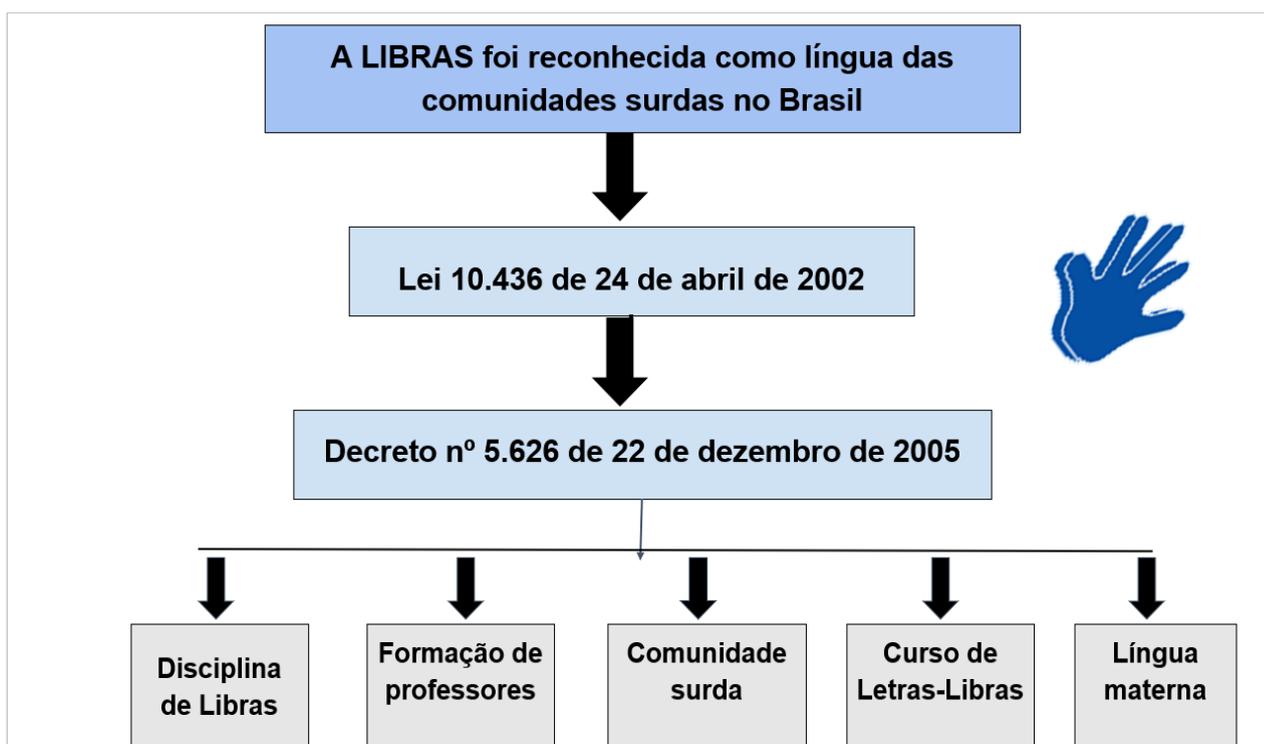
Professora 9. Refletir sobre o papel da escola e a formação do professor na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação é muito importante, pois atualmente é um grande desafio que perpassa as práticas educacionais. Esta formação nos possibilita um conhecimento com fundamentações teóricas que nos proporciona refletir, analisar, discutir e trocar conhecimentos históricos, sociais, políticos e econômicos. Poder ouvir e falar sobre as práticas diárias na sala de aula e as experiências dos colegas com seus alunos é muito importante. Assim nos permite conhecer nossos alunos através das falas dos colegas, e os anseios de todos pode se desconstruir e construir com conhecimento e empatia.



2. ENCONTRO ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

AULA: LIBRAS como a língua natural do surdo e, por isso, sua língua materna como L1 é a primeira Língua na escola bilíngue e a legislação das relações étnico-raciais.

AULA MOSTRANDO SÓ VÍDEO NESTE LINK https://youtube.com/watch?v=L_Yglhvd0Ho&feature=share E PERGUNTANDO QUESTIONÁRIO NO FINAL DOS ENCONTROS COM PROFESSORES O QUE ELES ACHARAM COMO FOI PARTICIPAR DESSA FORMAÇÃO.



Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Indígena) na Escola Bilíngue.

10.639/2003
Lei de Disciplina
história e cultura
Afro-Brasileira

Lutar contra
o racismo



11.645/08
Currículo oficial
da rede de ensino
a obrigatoriedade
da temática
“História e Cultura
Afro-brasileira e
Indígena”

A Lei n. 10.639/03 fez emergir a demanda de formação docente capacitada, fazendo os cursos de formação de professores repensarem os currículos e práticas, para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Africanas. Assim, tornaram-se conteúdos obrigatórios nos cursos de licenciatura, inclusive para os alunos surdos na escola bilíngue. Eles têm o direito de inclusão, o qual deve ser objeto de avaliação dos cursos por parte do Ministério da Educação e Cultura.



Destacamos que organização de estratégias de inclusão social e educacional voltada para o combate ao preconceito aos negros e aos surdos, mas há necessidade de políticas públicas educacionais eficazes, com ações efetivas voltadas para os surdos negros. Sendo assim, “lutar contra o racismo, trabalhar para o fim da desigualdade social e racial, empreender uma possível mudança nas relações étnico-raciais também é tarefa da escola”. (ALVES; STOLL; ESPINDOLA, 2016, p. 16). Salientamos a dificuldade de o aluno surdo-negro conviver e interagir na sala de aula em uma perspectiva inclusiva na escola bilíngue que possa contribuir no processo de ensino-aprendizagem desses estudantes.

Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre as práticas educacionais desenvolvidas no espaço escolar, de forma que busquem trabalhar com as diferenças existentes e com as relações de identificação e diferenciação que ocorrem não apenas em seu interior, mas que se estendem externamente, refletindo diretamente nas práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos em suas relações cotidianas. (ALVES; STOLL; ESPINDOLA, 2016, p.15).



TEXTO: Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo

A história local onde fundou o Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo foi organizada com coordenação de Sandro Pereira, negro surdo que queria ajudar divulgar seus conhecimentos na comunidade surda, na sociedade também escola bilíngue, onde é importante que surdos negros lutem por anos para discutir terminologia: surdo negro, surdo negro ou negro surdos mais atenção mostrando aos surdos que eles entendem o sinal do “**Negro Surdo**”. O Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo- (CNISNS) foi primeiro abertura no dia 22 de novembro de 2008 para conhecer muito importante o evento tem muito marcante história de “**Negro Surdo**” para toda comunidade negra surda brasileira que foi ajudando apoio da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, coordenação de Sandro Pereira está trabalhando juntos com Edvaldo Santos e com comissão outros negros surdos na organização que importante discussão foco de desigualdade social como racismo, problema bullying contra negros surdos na escolas, faculdade, concursos para professores surdos negros, cotas, discriminação nas empresas e ações afirmativas e outros que precisa quebrar de barreiras sociedade para valorização melhor cultura negro surdo no conhecimento inclusão interação com branco e negros.

Qual objetivo de Congresso é Inclusão Social do Negro Surdo apresentam conhecer importantes para saber informação as leis e a constituição brasileira foram igualdade de direitos também responsabilidade todas pessoas trazer melhor inclusão social para os negros surdos. Coincidentemente, o evento foi realizado no mesmo mês em homenagem a Zumbi Palmares. Congresso mostrou explicando para todos sociedade que tem a Lei nº 10.639/2003, ao tornar obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na escola, impôs para a escola de educação básica a necessidade de repensar suas práticas pedagógicas e curriculares. Demandou também a importância da adaptação, pois a Lei n.10.436/2002 garante e assegura a utilização do ensino de Libras (L1) nas escolas e que correspondem às limitações da pessoa surda, que possui sua cultura visual, a aprender sobre sua história e sua origem negra também na escola bilingue para alunos surdos aprendem no conhecimento.

Um evento produz resultados positivos quando ocorre levando consideração organização de congresso, comissão, suporte, participação, responsabilidade este projeto vivo é manifestação cultural e étnica do sujeito negros e surdos no Brasil, é importante considerar ponto de vista étnico pode ter negros surdos, brancos surdos, ruivos surdos, negro surdocegos negros. O congresso foi criado como símbolo para representar surdos negros proposto evento que pretende provocar reflexão sobre questão consideração relacionada ao racismo e surdez.



Fonte: <https://culturasurda.net/2013/08/07/iv-congresso-inclusao-do-negro-surdo/> Acesso em: 22/02/2019.

Vem conhece a visitar no site [IV Congresso Inclusão do Negro Surdo – Cultura Surda](https://www.geledes.org.br/ii-congresso-nacional-de-inclusao-social-do-negro-surdo/)

<https://www.geledes.org.br/ii-congresso-nacional-de-inclusao-social-do-negro-surdo/>

<https://www.porsinal.pt/index.php?ps=congressos&idcon=156>

1. Literatura:

Uma reflexão muito importante vem literatura para surdos adaptar literatura para surdos negros, que visa considerar como literatura deve ser usada na contação de histórias para crianças surdas nas escolas bilingues quando os professores podem ensinar usar literatura surda negra para alunos que eles possam aprender com experiente, conte histórias, tanto para público surdos, contra o racismo e bullying na sociedade.

Mostra muito interessando a literatura da menina negra e surda quer sonho a bailarina no youtube e <https://notaterapia.com.br/2016/12/08/tamara-filme-sobre-uma-menina-negra-e-surda-que-sonha-ser-bailarina-tem-emocionado-o-mundo/>

Tamara: filme sobre uma menina negra e surda que sonha ser bailarina tem emocionado o mundo



https://www.youtube.com/watch?v=SNRFDkKEqhk&ab_channel=SurdoparaSurdos

LITERATURA SURDA "BONECA NEGRA EM LIBRAS" EM 2020



https://www.youtube.com/watch?v=fBHQl0kt3UU&ab_channel=F1%C3%A1viaOrtiz

1. Perguntas e respostas

1. A importância de usar (Trocar),,,..... alunos surdos negros nas escolas bilíngues no Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo- (CNISNS)?
2. O que acha importante a literatura surda para adaptar negros usado recursos ensino de libras para os alunos surdos na escola bilíngue?
3. Qual importância manifestação cultural e étnica do sujeito negros e surdos no Brasil na escola bilíngue?
4. Percebe a reflexão o youtube sobre Conta a história de uma menina negra e surda que sonha ser bailarina tem emocionado o mundo momento na sociedade?

2 ENCONTRO ATIVIDADE DATA 26/08/2022

- 1- Ter representantes negros e surdos em todos os segmentos da sociedade é muito importante para a conquista do espaço e direitos destas comunidades.
- 2- Utilizar a literatura como recurso para abordar temas que fazem parte de nosso cotidiano, acredito ser uma sábia escolha, pois a literatura nos permite trabalhar de diferentes formas, explorando as diferentes áreas do saber
- 3- É a valorização da sua identidade e o sentimento de pertencimento e empoderamento do indivíduo.
- 4- As pessoas pretas (negras) e surdas em nossa sociedade lutam a cada dia para serem respeitadas em seus direitos, reconhecidas como capazes, por igualdade de oportunidades, enfim para conquistar seu espaço. O vídeo da menina negra e surda, demonstra que todos nós temos sonhos e gostaríamos de poder realizá-los, mas nem sempre as oportunidades são iguais para todos.

2 ENCONTRO ATIVIDADE DATA 26/08/2022

- 1- É importante pois os alunos surdos negros podem contar as suas experiencias e vivenciar.
- 2- Extremamente necessária, pois os surdos negros precisam de personagens negros para que eles o tenham como referencia.
- 3- Espalhar cada vez mais as informações, bem como registrar vídeos nas redes sociais em Libras, para que o aluno surdo tenha acesso às informações.
- 4- A sociedade ainda é racista, então acho difícil todos se emocionarem, pois os que não são negros não sabem das maiores barreiras e dificuldade dos negros.



3. ENCONTRO ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

AULA: Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.9 de dez. de 2019.

Lei 10.639/03 - estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.



Lutas do Movimento Negro



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO BILÍNGUE

O Brasil avança na busca pela justiça social. Com a sanção da Lei nº 11.645/08, a qual altera a Lei nº 9.394/96, que por sua vez foi modificada pela Lei nº 10.639/03, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena" nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica (ALVES; STOLL; ESPINDOLA, 2016, p.16)





Costa (2013), explicita que é importante a Lei nº 10.639/2003: dez anos de implementação do currículo de educação das relações étnico-raciais, sendo de suma relevância que essa temática também seja incluída nas escolas bilíngues, onde também temos alunos surdo-negro

A implementação de uma política curricular de educação para as relações étnico-raciais tem a ver com um processo que exige novos aprendizados aos estudantes em diferentes níveis e modalidades, mas, igualmente, também aos professores de modo que o ensinar e o aprender considere, equilibradamente, a importância do índio, do negro e do branco. (COSTA, 2013, p. 26)



Destacamos a relevância da formação continuada de professores que possa atender a todos os alunos, abrangendo os alunos que possuem deficiência para melhor ser incluída na disciplina com enfoque nas relações étnico-raciais, ou seja, colocar nos objetivos e na ementa da formação de professores e interpretes de Libras porque ajudam a expandir seus conhecimentos com prática no processo de formação de identidades negros surdos, mas a valorização da cultura negra que também mostra a identidade surdo-negro, mas encontra barreira, de forma racista imposta pela sociedade e na escola bilíngue necessita dessa educação das relação étnico-raciais.



De acordo com Alves; Machado (2018), percebe-se que nas escolas ainda existem diferentes formas de discriminação com alunos surdos-negros usam sinal de Libras conversando com alunos surdos outros ouvintes provocam risos e mímicas, para tanto, o preconceito e o racismo ainda perduram até hoje, sobretudo no ambiente escolar, desvalorizando a cultura afro-brasileira e também a cultura surda

A educação escolar tem como objetivo básico contribuir para eliminação das desigualdades sociais, raciais e discriminatória, no sentido de fornecer acesso ao conhecimento científico, ações, projetos e práticas curriculares.

O racismo, de tanto ser cultivado, virou cultura. Desatualizá-lo exige um estudo sistemático do tema; exige criar metodologias e práticas que estimulem o diálogo, a compreensão, o respeito e a aceitação para com o próximo. Fazer isso é mais do que simplesmente querer, é unir forças para nadar contra séculos de preconceito (ALVES; STOLL; ESPÍNDOLA, 2016, p. 20)



Acrescentamos que atualmente, os atos racistas e discriminatórios contra negros, pardos, índios e outros, representam uma crescente problemática no âmbito educacional e na sociedade como um todo. Deste modo, afirmamos a importância da formação continuada de professores para relações étnico-raciais como forma de luta e resistência contra racismo e preconceito.



Atividade: O que acha importante para a Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.9 de dez. de 2019 na escola bilíngues com formação de professores para melhor auxiliar nas atividades com práticas para diminuir o racismo?

3 ENCONTRO ATIVIDADE DATA 02/09/2022

Professora 1. Considero muito importante o ensino da história e cultura Afro-Brasileira e Indígena, nas escolas bilíngues. A obrigatoriedade desta lei possibilita a reflexão e a pesquisa em um currículo com atividades para os alunos e formação para os professores possibilitando conhecimentos que venham a diminuir o racismo e o conhecimento sobre a cultura e costumes de povos que sofrem por falta de reconhecimento e respeito.

Professora 2. Concordo com a alteração da lei sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, tornando obrigatória a sua inclusão no currículo escolar para esclarecer que a igualdade racial deve começar dentro da escola e que as suas práticas com atividades de valorização das pessoas negras, indígenas sejam compartilhadas por todos de maneira igualitária, a fim de que o preconceito, o racismo, o bullying sejam extintos da nossa sociedade nas próximas gerações.

Professor 3. Eu penso que não seria obrigatório ensinar algo que deveria ser um princípio do ser humano como as lutas dos povos que sempre foram reduzidos a seres sem relevância. Tanto negros como índios ajudaram a construir o nosso país. Devem ser tratados como todo o respeito. Mas como esse respeito pouco existe é importante que se inclua a temática da cultura e história afro-brasileira e indígena. E na escola bilíngue é super importante já que precisam tomar ciência de sua história.

Professora 4. O ensino da “Historia e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” é importante para que os alunos conheçam a historia dos negros e índios e que compreendam seu sofrimento e suas lutas até os dias atuais. A cultura negra e indígena é permeada de histórias lindas, do alfabeto diferenciado, de comidas, lendas, um universo respeitar, uma cultura forte, a união e a mistura de todos esses elementos que deu origem a todos nós.

Professora 5. Trabalhar com a lei é de extrema importância, devemos falar e trabalhar sobre a cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas e na sociedade como um todo. Percebo que o tema vem sendo abordado em diferentes espaços e tempos e não apenas no mês/semana da consciência negra.

Professora 6. A criação da lei que obriga a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino é muito importante porque visa a extinção do preconceito através da conscientização da igualdade entre as pessoas. Considerando a cultura, as diferenças, etc. No trabalho efetivo com alunos fomentamos a formação de valores como: empatia, respeito e valorização.

Professora 7. Acredito que a obrigatoriedade em trabalhar a história e cultura afro e indígena nas escolas, oportunizará o reconhecimento e respeito por parte de toda a comunidade escolar e social.

Professoras 8. É importante essa Lei presente nas escolas bilíngues para promover a inclusão, evitar o bullying entre os alunos, acabar com o racismo e os preconceitos dentro das escolas e consequentemente na sociedade. Além disso, ela fortalece o empoderamento dos alunos surdos-negros para que eles possam lutar pelas seus direitos e sentirem sua identidade fortalecida.

Professora 9. Incluir no currículo escolar a História e Cultura Afro-Brasileira e trabalhar com os estudantes a Lei nº 11.645, considero extremamente importante, pois a escola tem a obrigação de trazer estes assuntos para serem discutidos e refletidos com os estudantes, para construir em cada a olhar do quanto e rico a diversidade humana, o respeito que devemos ter com cada pessoa seja ela quem for, a contribuição que cada um traz na formação de nossa sociedade, que deve ser valorizado, pois são parte de nossa história.

Professora 10. A criação dessa Lei nº 11.645 que diz sobre a inclusão da temática “ História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino se faz necessário, pois através dessa lei é possível abordar de forma mais significativa, discussões sobre racismo, preconceito, identidade e diferenças em sala de aula. Assim os alunos possam refletir sobre essas questões tão urgentes, para que ocorra uma tomada de consciência e isso reflita no comportamento e consequentemente nas relações entre as pessoas.

Professora 10. Em relação à Lei que torna obrigatório o ensino História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, acho extremamente importante trabalhar esses temas, em todos os anos, pois o passado ainda reside em nós, nossos ancestrais ainda habitam em nossas alunas. Somos a consequência desse passado mas nossa história ainda é mais ampla, principalmente nesta porção meriolisinal do Brasil, temos a confluência dos espanhóis, dos italianos, alemães, portugueses, africanos, indígenas, japoneses. Que jamais esqueçamos que somos muitos a história busca resgatar e respeitar esse passado, para construirmos um futuro, talvez utópico, de um mundo sem preconceitos (sejam raciais, ou de gênero, ou de qualquer forma.)



4. ENCONTRO ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

AULA: Teoria dos autores: Chomsky (1995); Botelho (2005); Lyons (1987), Goldfeld (1997). O que é Língua e Linguagem. História visual de Libras, para marcar qual é a resposta correta

CONCEITOS ESSENCIAIS: LÍNGUA, LINGUAGEM E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS



CONCEITOS DE LÍNGUA E LINGUAGEM: A TEORIA

Pesquisa métodos qualitativa para ensinar em Libras, como é mais prática que facilita aprendizados para os alunos surdos como relação étnico-raciais na escola bilingue, tem atividades de Língua, Linguagem e linguísticas como perguntar e resposta na didática, não só para alunas crianças, também adulto. Portanto importante experimentar, sentir, criar e recriar mundos, sempre é oportunidade de trocar experiência e aprender com as situações que importante o ensino de língua e linguagem buscamos autores como Chomsky (1995); Botelho (2005); Lyons (1987), Goldfeld (1997) e entre outros que professores podem ensinar para melhor compreender e fluentes para os alunos surdos sobre linguagem e língua usado recursos didáticos ensino da Libras como primeira língua e reorganização foco para o ensino que aluno conhecer o que significa da língua e da linguagem e mais usado práticas pedagógicas que contemplem educação para relações étnico-raciais os estudantes surdos tem a inclusão como aluno surdo branco e negro juntos na escola bilingue.



Goldfeld (1997) afirma mostrando importante a linguagem envolve significação como semiótico, a linguagem constitui o pensamento do sujeito também identidade é construída.

Mostra a Língua e linguagem – Lyons (1987) que a linguagem é o sistema de comunicação natural ou artificial, tem vários sistemas para perceber sentimentos, ideias, expressões, gestos, signos, significante e significado, símbolos e códigos.

A comunicação incluindo a própria língua também vários estudos utilizar o termo “linguagem” num sentido mais restrito (Chomsky, 1986; 1995)

Mostra primeira língua L1, momentos os alunos surdos aprenderam sobre o que é L1 e qual a diferença entre língua e linguagem, foi abordado também conceitos sobre alguns assuntos: linguagem visual, língua, expressão facial e corporal, cultura surda e a identidade surda, assuntos os quais são importantes para entender e referenciar ao ensino de LIBRAS como primeira língua, aluno surdo aprende a Libras na escola bilíngue.



Conhecer desenvolvimento da linguagem é o ponto de partida qualquer profissional atuante na educação como aquisição de linguagem quando a autora de Quadros (1997, p. 67) afirma que “os estudos sobre aquisição da linguagem – AL – estão diretamente relacionados com as diferentes abordagens sobre a aquisição” vamos aqui conceituar Língua Brasileira de Sinais como primeira língua é L1 e segunda língua portuguesa como segunda língua L2 no caso surdo brasileiro que o surdo brasileiro, a L1, sua primeira língua, é a Libras – Língua Brasileira de Sinais – e a L2, segunda língua, é a língua portuguesa na modalidade escrita. Apesar de simples, estes conceitos ainda são muito confundidos porque não conhecem o que tem conceito de língua e linguagem quando conceitos basilares não são entendidos de forma clara, precisa pratica usado pedagógica na didático e atividades.

ATIVIDADES PARA ENSINO DE LIBRAS

1- Diferenças entre Língua, Linguagem e a Linguística

O que é Língua?

Falar, escrever, que permitem comunicar e compreender. Por exemplo: Falantes do idioma

O que é Linguagem?

Tem vários sistemas para perceber sentimentos, idéias, expressões, gestos e signos significante e significado, símbolos, e códigos pode ser (Pintura, cinema e música)

O que é Lingüística?

É um estudo científico das línguas naturais e humanas. Já desenvolve com as estruturas linguísticas.



5. ENCONTRO ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

- **AULA:** Revisão de Perguntas na história visual mostra a língua entre L1 e L2 no surdo e ouvinte para explicar qual diferença da Língua também desafio das perguntas.

5 ENCONTRO ATIVIDADE DATA 23/09/2022

Professor respondeu: Sim, como eu estava discutindo com a Marcell e tu estavas na ajuda, na interpretação.

Eu percebi ali 3 eixos que poderiam ser abordados futuramente, o primeiro eixo se refere a linguística.

Na linguística ela cita Chomsky e eu achei interessante porque a teoria do Chomsky, ela se liga a evolução, evolução da linguagem. Existe um livro do Chomsky chamado “Porque apenas nós” da editora UNESP e nesse livro ele faz até umas comparações físicas do cérebro de alguns pássaros, de algumas aves, com o nosso, humano.

E ele discute todo aspecto mecânico da fala, o aspecto mecânico, o aspecto biológico, enfim, a nossa herança genética que culmina na fala.

Então a linguagem é um atributo humano. A linguística é assim, é possível discutir a linguística a partir de diversos prismas. Por exemplo, Platão, filósofo grego, ele dizia que a consciência é o diálogo, a linguagem do homem com a sua própria alma.

Então o pensamento, ele se dá através da linguagem. A construção das ideias, nossas construções mentais se dão através da linguagem mental, da linguagem silenciosa, ou mesmo da linguagem oral, da linguagem escrita. Então a linguística é um caminho bem interessante. Outro caminho, outro eixo que eu percebi, é o eixo da Semiótica que ela também abordou. A semiótica é uma teoria das imagens, tem a ver com a imagética, é uma teoria das representações, é uma teoria das aparências, é a teoria dos signos. Né, então é como nós vemos o mundo, como é que é representado o mundo. Qual o conceito que tu tens, qual a definição que tu tem de algo, de algum objeto, de algum entre, de algum ser, enfim, é a tua teorização a teoria das representações. Então o mundo e tudo que existe no mundo é feito de representações, tu não enxergas o mundo mesmo, tu enxerga as representações, de uma outra verdade, de uma essência e essa essência do mundo real tu não consegue ver, só consegue ver as aparências.

Eu sei que ficou meio complicado esse segundo eixo, mas é porque é uma discussão bem filosófica, que existe desde a época de Aristóteles, passando pela idade média, passando pela modernidade, sobre essa questão das imagens, dos signos, das representações, dos conceitos.

Esse foi o segundo eixo. O terceiro eixo que ela abordou foi sobre o estudante negro e surdo, bem, eu suponho que nestes 3 eixos, o “leque” ficou muito aberto, na sua dissertação. Ela está discutindo: linguística, ela está discutindo semiótica e está discutindo a condição do estudante negro surdo. Então eu gostaria de sugerir que ela num futuro trabalho de doutorado ou em outro mestrado, que ela aprofundasse uma dessas, pra mim na minha opinião, que são muito importantes, uma dessas duas linhas que eu mencionei a pouco. Aprofundasse a questão das linguísticas, dessa evolução da fala. Como é que se dá a fala entre os surdos, como se dá a linguagem entre os surdos. Ou abordar a questão dos conceitos da semiótica. O que são as imagens? Como se alfabetiza um surdo através das imagens? O que que representa as imagens pra eles? Então eu acho que são dois eixos muito legais de se investir em estudo mais aprofundado mais adiante né, mas eu considero, minha opinião particular né, que colocar tantos autores e tantas ideias, por exemplo, a semiótica é Parsons que discutiu. Então ela coloca Parsons, Chomsky e daqui a pouco ela coloca o estudante negro, eu achei que ficou por de mais complexo, demais sem foco talvez. Mas o trabalho é muito bom. É um trabalho científico, que pode então como eu falei agora a pouco “render” um outro trabalho mais profundo ainda e muito melhor.



6. ENCONTRO ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

- **AULA:** Inclusão dos alunos surdos negros e brancos todos os espaços da sociedade direitos e deveres na escola bilíngue.



7. ENCONTRO ATIVIDADE FORMAÇÃO COM PROFESSORES

- **video para surdo e para ouvintes;** Compreensão da diversidade cultural e da Libras no mundo contemporâneo, a partir da vivência, sobretudo, da educação das relações étnico-raciais no cotidiano.
- https://youtube.com/watch?v=L_YqIhvd0Ho&feature=share E PERGUNTANDO QUESTIONÁRIO NO FINAL DOS ENCONTROS COM PROFESSORES O QUE ELES ACHARAM COMO FOI PARTICIPAR DESSA FORMAÇÃO.
- Aliado a isso poderá entrevistar alunos surdos não negros a fim de compreender as suas percepções sobre os colegas negros, a partir das atividades que desenvolvem na escola

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES 07/10/2022

- 1- Você gostaria de aprofundar mais sobre a temática trabalhada na escola bilíngue? O que acha como foi participar dessa formação de professores?**

- 2- O que acha é importante inclusão dos alunos surdos negros e brancos todos os espaços da sociedade direitos e deveres na escola bilíngue?**

- 3- O que acha é importante relação étnico-raciais na escola bilíngue, tem atividades de Língua, Linguagem e linguísticas como perguntar e resposta na didática para alunos surdos negros e brancos?**

- 4- O que acha é importante o vídeo sobre compreensão da diversidade cultural e da Libras no mundo contemporâneo, a partir da vivência, sobretudo, da educação das relações étnico-raciais no cotidiano na escola bilíngue?**

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES 07/10/2022**Professora 1**

- 1- Sim, foi muito importante participar desta formação. Proposta inovadora um olhar específico para o aluno surdo negro.**

- 2- Sim. A inclusão é importante e a escola tem o dever de capacitar e orientar estes alunos sobre seus direitos, incentivando-os a serem atuantes. Persistentes. Vencedores.**

- 3- Sim, as relações são muito importantes. Meu trabalho é embasado nas relações interpessoais focadas em valores como empatia, respeito, solidariedade, etc.**
.

- 4- O vídeo é muito importante. Mostrar a realidade, proporcionar o conhecimento faz com que o aluno tenha propriedade do assunto e assim tenha opiniões, atitudes, autoestima, etc....**

AValiação da Intervenção com Professores 07/10/2022

Professora 2

- 1- A formação foi de extrema importância, já que a cultura negra é algo que precisa ser discutido em diversos espaços. Junto às dúvidas e esclarecimentos fica mais fácil trabalhar com os alunos.
- 2- Muito importante os estudos e participações voltadas a este tema. Os alunos surdos negros tem esse direito e podemos a partir disso construir novos saberes.
- 3- As atividades baseadas nestes 3 eixos são ricas em diversos aspectos e possibilitam ao aluno uma aprendizagem com qualidade, oferecendo conhecimento amplo em diferentes assuntos.
- 4- Acho que a identidade e cultura precisam ser estimuladas, ensinadas e relacionadas às vivências desse aluno.

AValiação da Intervenção com Professores 07/10/2022

Professor 3

- 1- Os encontros foram excelentes, precisamos sem dúvida de mais momentos assim, de compartilhar experiências e discussões.
- 2- Sim, toda inclusão é importante. O acesso à cidadania é direito de todos.
- 3- Sim, a educação, a escola deve ser o espaço de valorização da ancestralidade, sejamos pretos, brancos ou qualquer outra etnia a ancestralidade deve ser respeitada e admirada.
- 4- O vídeo é importante, pois nossa sociedade é bastante visual, assim é necessário expor as ideias, o conhecimento através de imagens, como nossa escola bilingue faz há bastante tempo, com os outros bilingues.

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES 07/10/2022**Professora 4**

- 1- Sim, a formação foi boa, mas pode-se aprofundar mais sobre o tema realizando oficinas.
- 2- Sim inclusão importante, todos somos iguais. Toda pessoa surda tem direito à educação. O surdo como um ser social é merecedor de respeito.
- 3- Sim muito importante essa relação, a didática igual para todos, com sugestões para combater essa desigualdade, combatendo o preconceito para intensificando a construção da identidade.
- 4- O vídeo foi importante, a importância da comunicação em libras para a pessoa surda, no cotidiano da escola é importante abordar todos os assuntos esclarecendo todas as dúvidas.

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES 07/10/2022**Professora 5**

- 1- Achei muito interessante o tema trabalhado na formação. Acredito que é de grande importância essa discussão na escola e na sociedade, de forma geral. Parabéns pelo teu trabalho
- 2- Acredito que a inclusão, de modo geral, é de extrema importância e com a população surda também, todos devem ter seus direitos e deveres atendidos.
- 3- Trabalhar as questões étnico-raciais é muito importante, sendo assim deve ser um dos temas abordados na escola.
- 4-

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES 07/10/2022**Professora 6**

- 1- Sim! As formações pedagógicas sempre são excelentes para adquirirmos experiências.
- 2- É preciso e necessário a inclusão mista em todos os aspectos na área da surdez para que tenhamos igualdade entre todos.
- 3- Muito importante discutir as ações étnico-raciais nas disciplinas que envolvem reflexão na relação dialética.
- 4- A mostra de vídeo sempre nos mostra o cotidiano do mundo e faz transformações em nossas vivências com a educação dos surdos.

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES 07/10/2022**Professora 7**

- 1- Eu gostaria de aprofundar mais sobre a inclusão do aluno negro dentro da escola bilingue. Gostei muito em participar dessa formação e achei bem significativa.
- 2- Acho muito importante a inclusão de todos, devendo respeitar.
- 3- A partir desta formação achei muito importante se trabalhar a relação étnico raciais envolvendo a Língua, Linguagem e a Linguística com os alunos.
- 4- Acho sim muito importante se trabalhar isto com os alunos sim, para eles se sentirem pertencentes a escola bilingue.

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES 07/10/2022**Professor 8**

- 1- Eu gostaria de aprofundar e participar desta discussão sobre a cultura negra e sua importância enquanto cidadão que precisa ser respeitado, incluído e valorizado por sua história. Saber qual situação do negro surdo no Brasil.
- 2- Importante inclusão de todos, respeitando a diversidade e respeitando as diferenças. Educação é para todos!
- 3- A partir desta formação e deste questionamento, me despertou como ensinar os conceitos destas três palavras: Língua, Linguagem e Linguística no contexto da disciplina de Educação Física. Pois tenho como prática trabalhar com jogos, brincadeiras da cultura Africana, conversar sobre o atleta negro surdo ou ouvinte.
- 4- É muito importante este questionamento e discussão para construção de propostas de Educação Inclusiva.

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES 07/10/2022**Professor 9**

- 1- Sim, seria importante dar continuidade a essa temática, que auxiliou na prática da sala fazendo um repensar nas nossas metodologias.
- 2- Sim, a inclusão vem a contribuir para o desenvolvimento do aluno.
- 3- É importante trabalhar a relação étnico-raciais. Os temas acima descritos são trabalhados sem usar as nomenclaturas.
- 4- O vídeo é importante porque contribuir com clareza sobre o assunto.

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES 07/10/2022

Professora 10

- 1- Sim, seria muito importante se aprofundar mais sobre o assunto. Foi muito bom, porque foi construtivo e contribuiu muito no trabalho realizado com os alunos.
- 2- Sim, a inclusão é muito importante porque permite o aluno desenvolver-se em um todo.
- 3- É importante oportunizar este assunto para os alunos. Os professores oportunizam atividades que envolvem a Língua, Linguagem e Linguística e diante do que é trabalhado os alunos respondem.
- 4- O vídeo é importante porque pode ser utilizado pelo professor para trabalhar o tema com os alunos.

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES 07/10/2022

Professoras 11

- 1- Sim, seria muito importante aprofundar mais sobre o assunto. Foi construtivo e ajudou na dinâmica da sala de aula.
- 2- Sim, esta inclusão é muito importante para o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos.
- 3- É importante essa relação entre os alunos. Mas eles não sabem diferenciar estes diferentes aspectos. Os alunos são trabalhados sobre estes assuntos, mas não usam as nomenclaturas.
- 4- O vídeo é importante porque explica com clareza o assunto sobre a consciência negra.

AValiação da Intervenção com Professores 07/10/2022

Professora 12

- 1- Sim. A formação foi muito boa, pois possibilitou a reflexão sobre esse tema de suma importância.
- 2- Sim. A inclusão é muito importante e todos devem ser respeitados e lutar para que haja a garantia de seus direitos.
- 3- Essa relação é muito importante, a didática deve ser paralela, de forma clara e objetiva. O professor deve sempre ouvir seu aluno e tentar conhecer cada um na sua essência. Propor roda de conversas, palestras, atividades de teatro, dinâmicas de estudo do comportamento e de ações que contemplem as diferentes relações étnico-raciais nas escolas bilíngues.
- 4- Sim importante. O vídeo esclarece, explica e possibilita a compreensão da diversidade elucida a diversidade cultural Libras e as relações étnico-raciais.

AValiação da Intervenção com Professores 07/10/2022

Professora 13

- 1- Sim, achei muito importante as discussões sobre a temática.
- 2- Sim, a escola é o lugar de aprendizado, de formação de ser humano. A escola tem o papel de formar cidadãos reflexivos para que assim, se construa uma sociedade mais igualitária.
- 3- É muito importante trabalha na escola as questões étnico-raciais na escola. Por isso é necessária pensa estratégias didáticas que contemplem o assunto de forma significativa.
- 4- Sim! Trabalha com estratégias diferenciadas e com recursos visuais como vídeo, que atendam as necessidades linguísticas e culturais de aprendizagem dos alunos surdos.

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO COM ALUNOS 07/10/2022

Concluídos os questionários com os professores, foram também entrevistados alunos da escola e dois professores, a fim de compreender as suas percepções sobre os colegas negros e colegas brancos, respectivamente, a partir das atividades que são desenvolvidas na escola. Foram entrevistados 5 alunos surdos brancos, 3 alunos surdos negros, uma professora surda e uma professora ouvinte. A cada um, foi realizada uma pergunta, em Libras, e a resposta, recebida também da mesma forma. As entrevistas foram filmadas e o vídeo está armazenado aos cuidados da pesquisadora, porém, por se tratar de imagens de menores de idade, o material não está disponibilizado online.

As perguntas e respostas foram transcritas por tradutor-intérprete de Libras e expostas abaixo:

Entrevistadora- Você gosta de uma relação étnico-raciais da escola bilíngue com seu colega negro como sentimento?

Aluna surda branco- Sim, eu realmente gosto de unir meus colegas negros eu amo escolas bilíngue.

Entrevistada- Como você está se sentindo ao ver com seu colega surdo negro feliz na escola bilíngue aprender na disciplina da Lei nº 11.645 a alteração da lei sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no dia da consciência negra?

Aluna surda branco- Estou aprendendo muito tudo com meus colegas surdos negros interação juntos amor na escola bilíngue muito feliz aprendo muito na atividade no dia da consciência negra importante todos no coração.

Entrevistada- Como você sente que seu colega negro surdo da escola bilíngue percebe o desenvolvimento da união ao ver alguém na perspectiva do preconceito com seu colega surdo negro?

Aluno surdo branco- Mas eu nunca tive preconceito contra surdos negros porque minha mãe me ensinou a respeitar cada pessoa negra e branca diferente mas eu sou surdo e sim aprendi muito na escola ouvinte porque a inclusão ainda tem pessoas preconceituosas contra mim eu sou surdo branco eu vi a mesma coisa na escola ouvinte tem preconceito negro e sou surdo branco falta de respeito quando estudo na escola bilíngue muito feliz com meus colegas brancos e negros surdos são alianças importantes para aprender dois culturais e línguas também a combater o racismo e muito sério, não faz bullying.

Entrevistada- Você aprende na escola bilíngue a dar na disciplina da Lei nº 11.645 a alteração da lei sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena importante?

Aluna surda branco- Parar temporariamente o coronavírus não aprendi nada depois aprendi voltei a fazer aulas presenciais em escolas bilíngues, valorize o que aprendi na aula de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena sob a lei 11.645 explica muito o combate ao racismo negros também negros surdos, *LGBTQIA+* e alguns deficientes estão sofrendo preconceito é a mesma coisa de branco que as escolas bilíngues ensinam muito importantes amor alunos negros e brancos tem respeito para evitar o racismo que prejudica os pobres e os ricos e eles estão alegremente unidos.

Entrevistada- Você sentiu na escola bilíngue ao aprender libras se comunicar com seus colegas negros juntos surdos interagindo?

Aluno surdo branco- Claro que fico feliz em jogar futebol com meus colegas negros surdos, sempre juntos, amigos, sempre ajudo muitas aulas, jogo bem com colegas negros, amigoso, amo bilíngue feliz na escola.

Entrevistada- Você está se sentindo feliz na escola bilíngue para ensinar História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena para aprender alívio contra o racismo?

Aluna surdo negra- Eu sou surda negra, sempre ajudo a ensinar meus colegas surdos brancos a abraçar a união com carinho. Relato a sociedade que o ouvinte e surdo desprezam os negros porque não são educados a respeito de negros quando sou surda negra sempre reclamo para contra preconceito, bullying mostrar o meu direito importante. Estou muito feliz na escola bilíngue, tem ensinado muitas matérias que são muito importantes para os alunos negros e brancos, aprender a combater o racismo e a paz pelos amigos da união é demais, ficarei muito feliz.

Entrevistada- Você está aprendendo a se sentir feliz na escola bilingue com relações étnico-raciais?

Aluno surdo negro- Gosto muito de aprender sobre as relações étnico-raciais na escola bilingue para fazer atividades divertidas, gosto muito de jogar com meus amigos e não tenho ninguém preconceito mais tranquilo

Entrevistada- Você é surdo negro como está se sentindo na escola bilingue relação étnico-raciais ao assistir meu vídeo mostra algo para ensinar história e cultura afro-brasileira e indígena para aprender e relacionamento com seu colega branco tem capacitação?

Aluno surdo negro- Eu estudava na escola de ouvinte inclusão é muito difícil não consigo entender a escrita visual dificuldade o professor de ouvinte oralizou muito difícil de aprender na minha vida sofrendo ainda barreira também colegas ouvintes oralizavam quando minha mãe estava procurando uma escola para surdos em uma escola bilingue, minha mãe me levou para conhecer e tive o prazer de aprender libras e escrever. Eu estou buscando aprender libras com meus colegas surdos mais felizes mais rápido esforçar para conquista eu gosto muito na escola bilingue importante para usando pratica aprender ler a escrever e libras como sou primeiro língua e sou aluno negro dentro relação étnico-raciais na escola bilingue maravilhoso ninguém preconceito e paz perfeitos com colegas surdos brancos.

Entrevistada- Gostaria de perguntar à experiência da professora de arte surda como fazer atividades de arte para ensinar alunos surdos na escola bilingue?

Professora de arte surda- Sou professora surda sempre ensinei atividades de arte fazer bonecas em preto e branco para os alunos entenderem entender aprender diferentes peles interação olhares fazer desenho papel usado teatro didático, pintura na escola bilingue.

Professora de arte ouvinte- Eu sou professora ouvinte de arte comecei procurar o cinema negro, a cultura cozinha nomes cada uma das palavras comida para os alunos aprendem a escrever alguém palavra portuguesa e libras porque diferentes culturas que estimulam importante palavras em português os alunos aprendem também alunos negros focam aprendem importante cultura diferente história dos escravos sofrimento na história do Brasil e a professora de arte mostrou no [youtube](#) da história negros precisam ter respeito igualdade surdos, negros, brancos, [lgbtqi+](#) e deficiência física o mais importante a professora ensinou estimulação mais feliz na escola bilingue tem capacitação mostrar importante negros tem direito para a lei importante.

APÊNDICE C – ATIVIDADES PARA ENSINO DE LIBRAS

1- Diferenças entre Língua, Linguagem e a Linguística O que é Língua?

Falar, escrever, que permitem comunicar e compreender. Por exemplo: Falantes do idioma

O que é Linguagem?

Tem vários sistemas para perceber sentimentos, ideias, expressões, gestos e signos significante e significado, símbolos, e códigos pode ser (Pintura, cinema e música)

O que é linguística?

É um estudo científico das línguas naturais e humanas. Já desenvolve com as estruturas linguísticas.

2- Diferenças entre Língua, Linguagem e a Linguística Responda qual é a (V) verdadeira e (F) Falso

() Língua tem várias sistemas para perceber expressões, códigos e ideias, pintura, cinema e música.

() Linguísticas é uma idioma.

() Linguagem é uma língua natural e humana. () Língua usa para compreender e comunicar .

Marca (x) qual é a correta:

a) () F F V F

b) () F V V F

c) () F F F V

d) () F V F V

História Visual de LIBRAS

1-Marca (x) qual é a correta:

a) () LIBRAS não são gestos aleatórios

b) () LIBRAS são gestos aleatórios

2-Marca (x) qual é a correta:

- a) () Libras é mímica
- b) () Libras não é mímica

3-Marca (x) qual é a correta:

- a) () LIBRAS é universal
- b) () LIBRAS não é universal

4-Marca (x) qual é a correta:

- a) () LIBRAS é linguagem
- b) () LIBRAS não é linguagem

5-Marca (x) qual é a correta:

- a) () LIBRAS não é língua
- b) () LIBRAS é Língua

6-Marca (x) qual é a correta:

- a) () LIBRAS não é Língua Brasileira de Sinais
- b) () LIBRAS é Língua Brasileira de Sinais

7-Marca (x) qual é a correta:

- a) () LIBRAS não é linguagem Brasileira de Sinais
- b) () LIBRAS é Linguagem Brasileira de Sinais

8 -Marca (x) qual é a correta:

- a) () LIBRAS é Língua Brasileira de Sinais
- b) () LIBRAS é Língua Portuguesa

APÊNDICE D – ATIVIDADES PARA ENSINO DE LIBRAS

- 1- Por que a LDB é importante para a Educação Bilíngue de Surdos?
- 2- Por que os alunos surdos preferem na escola bilíngue?
- 3- Intérpretes de Libras e agora? Qual o lugar desse profissional dentro da escolabilíngue?
- 4- Educação bilíngue entre inclusão ou segregação?
- 5- Educação Inclusiva para alunos surdos? Verdade ou ficção?